

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Ano XXVII — N.º 106 — abr./jun. 1966

IBGE — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Órgão oficial do IBGE — Conselho Nacional de Estatística e
Sociedade Brasileira de Estatística

DIRETOR responsável: SEBASTIAO AGUIAR AYRES

Secretário: RAUL ROMERO DE OLIVEIRA

Redação: Av. Franklin Roosevelt, 166 — ZC-39 — Rio de Janeiro, GB — Brasil — Tel.: 52 3605

Preço: assinatura anual: Cr\$ 1 280

número avulso: Cr\$ 400

Vendas: Av. Franklin Roosevelt, 146-A — Loja B — Tel.: 42 7142

S U M Á R I O

	<i>Pág.</i>
GIORGIO MORTARA	
A COMPOSIÇÃO DAS POPULAÇÕES LATINO-AMERICANAS SEGUNDO O ESTADO CONJUGAL E SUAS RECENTES VARIAÇÕES	73
JOÃO LIRA MADEIRA	
APLICAÇÃO DE UM MODELO TEÓRICO NA RECONSTITUIÇÃO DA DEMOGRAFIA BRASILEIRA	86
<i>NOÇÕES DE METODOLOGIA</i>	
Lei da Distribuição da Renda de Pareto — Oswaldo Iório	93
<i>ESTUDOS & SUGESTÕES</i>	
Levantamento da produção física e de dados gerais da indústria de transformação	97
Estatística de Crimes e Contravenções — Análise — Mário Peçanha de Carvalho	101
<i>LEGISLAÇÃO</i>	
Leis e Decretos Federais	106
Resoluções da JEC	107
Resoluções da CCN	111
<i>REPORTAGEM</i>	
XXIII Assembléia-Geral do CNE	112
<i>BIBLIOGRAFIA</i>	
<i>INFORMAÇÕES GERAIS</i>	
Exportações: 1965 — Créditos para a Indústria — Produção de Cimento — Comércio de Cabotagem — Safra Algodoeira Mundial — População da França	135
<i>RESENHA</i>	
30.º Aniversário do IBGE — CIENES — Plano Nacional de Estatística — Visitantes — Homenagem ao Marechal Mascarenhas de Moraes — Tiradentes — EEB — Necrológico	138

A COMPOSIÇÃO DAS POPULAÇÕES LATINO-AMERICANAS SEGUNDO O ESTADO CONJUGAL E SUAS RECENTES VARIAÇÕES

SUMÁRIO 1 *Esclarecimentos preliminares* — 2 *Critérios de discriminação do estado conjugal* — 3 *Influência da composição por idade da população adulta* — 4 *Proporções das diversas classes de estado conjugal na população adulta, por sexo*. — 5. *Proporções por sexo e grupos de idade solteiros* — 6 *Casados* — 7 *Conviventes em união livre* — 8 *Famílias regulares e irregulares*. — 9 *Proporções dos casados e conviventes, em conjunto*. — 10. *Proporções dos viúvos* — 11 *Proporções dos divorciados* — 12 *Considerações finais*

1. TENDO sido publicados os resultados, preliminares ou definitivos, dos censos demográficos de 1960 ou anos seguintes, para a maior parte dos países latino-americanos, torna-se possível determinar as características da composição das respectivas populações adultas, segundo o estado conjugal, e verificar suas recentes variações

Os dados relativos que serão expostos no presente estudo foram calculados de acôrdo com os dados absolutos constantes do *Annuaire démographique* das Nações Unidas, edições de 1962 e 1963, e das publicações *América en cifras*, 1963, vol III, e *El censo de América (Noticiero)* do Instituto Interamericano de Estatística. Informações e análises mais amplas, referentes aos censos de 1950 e anos próximos, acham-se na monografia do autor, *Le unioni coniugali libere nell'America Latina*, publicada em 1961 pelo Instituto de Demografia da Universidade de Roma

* * *

2. PARA a correta interpretação dos dados que serão expostos, é preciso levar em conta algumas advertências acêrca dos critérios aplicados no levantamento dos censos, no que diz respeito ao estado conjugal

A aplicação do critério *jurídico* torna possível a discriminação rigorosa entre os solteiros, que nunca contraíram casamento na forma legal; os casados, que o contraíram; os viúvos, cônjuges sobreviventes de um casamento legal; os divorciados, cujo casamento foi legalmente dissolvido (em país onde é admitido o divórcio), ou os separados legalmente ou desquitados (em país onde não é admitido o divórcio). O rigor da discriminação só pode ser perturbado por declarações intencionalmente falsas ou involuntariamente erradas

A aplicação do critério *sociológico*, que visa a apurar, ao lado das famílias constituídas na forma legal, as que não receberam essa sanção, como também a discriminar, entre as primeiras, as que foram dissolvidas de fato embora ainda subsistam de direito, não pode ser igualmente rigorosa

Em geral, a apuração dos conviventes em união livre fica limitada às uniões estáveis, caracterizadas pelo domicílio comum do homem, da mulher e dos eventuais filhos. Escapam, assim, ao levantamento uniões livres não efêmeras, cujos participantes não puderam ou não quiseram estabelecer um domicílio comum. De outro lado, a própria comunhão do domicílio não garante a estabilidade da união, que pode ser em qualquer instante quebrada pela vontade de um dos conviventes ou de ambos.

Nas outras classes de estado conjugal, ficam incluídas, com a aplicação do critério sociológico, pessoas que não pertencem a elas seja as que conseguem disfarçar seu efetivo estado de conviventes em união livre, seja as que — tendo participado a uma união livre, já dissolvida — declaram o estado de viúvos ou de separados legalmente, enquanto nunca foram casados, ou o de solteiros, que ainda de direito lhes cabe. E na subclasse dos separados de fato, ao lado de cônjuges de casamentos legais, encontram-se ex-conviventes em uniões livres. Outra confusão causada pela apuração do estado de fato depende, em alguns países, da inclusão entre os casados de pares unidos exclusivamente pelo vínculo religioso, desprovido de validade civil, ela pode, todavia, ser eliminada se os componentes destes pares forem discriminados em subclasse à parte.

Apesar dessas imperfeições, na maioria dos países latino-americanos (e em todos os considerados no presente estudo) foi dada a preferência, no último censo, ao critério sociológico, que torna possível determinar, embora só aproximadamente, as proporções comparativas das famílias constituídas na forma legal e das constituídas independentemente dessa sanção.

* * *

3. No estudo da composição da população segundo o estado conjugal, torna-se conveniente considerar somente os habitantes em idades de 15 anos e mais, excluindo-se assim os que, por razão de idade, ainda não podem ter contraído casamento. Na própria América Latina, são extremamente raros os casos de habitantes em idade inferior a 15 anos cujo estado conjugal não fôr o de solteiros, de modo que eles podem ser desprezados se o assunto do estudo não fôr justamente o das uniões precoces.

TABELA I,1

*Composição proporcional segundo o estado conjugal, por sexo, da população em idades de 15 anos e mais **

1 HOMENS

PAÍS	ANO	EM 100 HOMENS EM IDADES DE 15 ANOS E MAIS					TOTAL
		Solteiros	Casados	Em união livre	Viúvos	Divorciados	
México	1950	33,54	50,42	12,17	3,59	0,28	100
	1960	34,51	52,25	9,46	3,39	0,39	100
El Salvador	1950	45,57	26,37	24,91	2,98	0,17	100
	1961	42,17	30,21	25,07	2,37	0,18	100
Honduras	1950	51,70	23,55	22,35	2,09	0,31	100
	1961	42,78	30,00	25,26	1,80	0,16	100
Nicarágua	1950	46,43	29,57	21,10	2,63	0,27	100
	1963	40,58	38,02**	18,86	2,29	0,25	100
Costa Rica	1950	43,82	45,51	7,58	2,90	0,19	100
	1963	40,71	49,60	7,17	2,23	0,29	100
Panamá	1950	45,57	23,91	27,88	2,23	0,41	100
	1960	45,35	29,17	23,32	1,75	0,41	100
Pôrto Rico	1950	38,57	43,87	13,17	3,56	0,83	100
	1960	34,58	52,84	8,25	3,11	1,22	100
Venezuela	1950	50,05	29,25	18,26	2,11	0,33	100
	1961	46,49	33,56	17,78	1,69	0,48	100
Peru	1940	40,88	37,18	17,24	4,53	0,17	100
	1961	39,37	43,75	13,41	3,05	0,42	100
Brasil	1950	42,42	54,28***	.	3,19	0,11	100
	1960	37,43	55,98***	3,86	2,53	0,20	100
Argentina	1947	49,70	46,04	.	3,30	0,36	100
	1960	37,20	55,82	4,45	2,45	0,08	100
Uruguai	1963	36,60	55,02	4,55	2,61	1,22	100
Chile	1952	42,97	48,83	3,40	3,95	0,85	100
	1960	40,73	51,44	3, 3	3,43	1,28	100

* As percentagens foram calculadas, quando possível, em relação ao número das pessoas de estado conjugal declarado. Os separados de fato, quando discriminados, foram incluídos nos casados. Na Argentina, no censo de 1947, os separados foram incluídos com os divorciados. Os dados da última coluna para o Brasil em 1960 incluem os divorciados, os desquitados e as pessoas de estado conjugal ignorado; para o Chile em 1952, incluem os separados, e em 1960 também as pessoas de estado conjugal ignorado.

** Dos quais, 8,90 exclusivamente no religioso.

*** Dos quais 13,84 em 1950 e 12,11 em 1960 exclusivamente no religioso.

A classificação proporcional, segundo o estado conjugal, da população em idades de 15 anos e mais, em treze países da América Latina, consta das tabelas I,1 (homens) e I,2 (mulheres). Para onze países, os dados do censo de 1960 ou ano seguinte são comparados com os do censo de 1950 ou ano próximo; para o Peru, com os do censo de 1940; para o Uruguai, falta a possibilidade de comparação, não tendo sido efetuado nenhum censo demográfico entre os de 1908 e de 1963

Antes de analisar os dados das tabelas, cumpre lembrar que as características da composição por idade das populações latino-americanas repercutem no cálculo das proporções das diversas classes de estado conjugal. Na maior parte destas populações, é muito elevada, entre os adultos, a representação relativa das idades mais moças, e muito baixa a das mais velhas. Dos habitantes em idades de 15 anos e mais, 33,36% no México, 33,10% no Brasil e 32,10% no Peru pertencem ao grupo de 15 a 24 anos, em comparação com 21,72% no Canadá e 19,50% nos Estados Unidos: proporções, estas, ainda superiores à de 18,14% verificada na Suécia, onde a evolução demográfica está em fase mais adiantada. Afastam-se do tipo predominante na América Latina a Argentina, com a proporção de 23,24%, e o Uruguai, com a de 21,53%. A proporção dos habitantes de 45 anos e mais, entre os de 15 e mais, é apenas de 24,66% no Brasil, 26,06% no México e 26,63% no Peru, em comparação com 37,85% no Canadá, 42,53% nos Estados Unidos e 48,08% na Suécia. Proporções relativamente elevadas verificam-se na Argentina, 34,47%, e no Uruguai, 38,34%. No grupo intermediário, de 25 a 44 anos, acham-se 42,24% dos habitantes de 15 anos e mais no Brasil, 40,58% no México e 41,27% no Peru, em comparação com 40,43% no Canadá, 37,97% nos Estados Unidos e 33,78% na Suécia. Na Argentina, a proporção correspondente é de 42,29%, no Uruguai, de 40,13%.

TABELA I,2

*Composição proporcional segundo o estado conjugal, por sexo,
da população em idades de 15 anos e mais **

2 MULHERES

PAÍS	ANO	EM 100 MULHERES EM IDADES DE 15 ANOS E MAIS					TOTAL
		Solteiras	Casadas	Em união livre	Viúvas	Divorciadas	
México	1950	24,89	49,92	12,85	11,69	0,65	100
	1960	27,21	51,56	10,04	10,37	0,82	100
El Salvador	1950	40,99	25,11	26,19	7,31	0,40	100
	1961	38,77	29,15	25,03	6,51	0,54	100
Honduras	1950	49,76	23,77	22,28	3,82	0,37	100
	1961	37,12	29,96	26,76	5,68	0,48	100
Nicarágua	1950	42,21	28,45	21,64	7,18	0,52	100
	1963	32,90	37,16**	21,57	7,63	0,74	100
Costa Rica	1950	38,64	45,56	7,43	7,98	0,39	100
	1963	35,16	50,03	7,66	6,48	0,67	100
Panamá	1950	35,50	25,18	31,84	6,69	0,79	100
	1960	36,55	30,76	26,30	5,55	0,84	100
Pôrto Rico	1950	27,34	44,77	14,59	11,16	2,14	100
	1960	25,55	53,08	8,29	10,34	2,74	100
Venezuela	1950	43,22	28,46	20,46	7,29	0,57	100
	1961	37,82	34,02	20,36	6,81	0,99	100
Peru	1940	36,08	32,73	18,43	12,53	0,23	100
	1961	31,99	43,52	14,70	8,96	0,83	100
Brasil	1950	35,72	54,24***	..	9,89	0,15	100
	1960	30,70	56,50***	3,80	8,72	0,28	100
Argentina	1947	41,01	49,31	..	9,08	0,60	100
	1960	29,82	56,61	4,56	8,90	0,11	100
Uruguai	1963	29,13	53,97	4,55	10,50	1,85	100
Chile .	1952	37,31	46,78	3,42	10,68	1,81	100
	1960	36,14	48,63	3,28	9,48	2,47	100

* Veja-se a nota à tabela I, 1.

** Das quais 8,47 exclusivamente no religioso

*** Das quais 13,76 em 1950 e 11,85 em 1960 exclusivamente no religioso

A elevada proporção das idades mais moças e a baixa proporção das mais velhas, que se verificam no Brasil, no México, no Peru e na maioria dos demais países latino-americanos, contribuem para elevar a percentagem dos solteiros e para baixar as percentagens dos casados, dos viúvos e dos divorciados. Uma visão mais adequada das características da composição segundo o estado conjugal poderá ser obtida, portanto, pela análise desta composição por grupos de idade, que será feita mais adiante

* * *

4. Nos TREZE países latino-americanos incluídos nas tabelas I,1 e I,2, a proporção dos solteiros na população masculina adulta varia entre os mínimos de 34,51% no México e 34,58% em Pôrto Rico, e os máximos de 45,35% no Panamá e 46,49% na Venezuela, e a proporção das solteiras na população feminina adulta varia entre os mínimos de 25,55% em Pôrto Rico e 27,21% no México, e os máximos de 37,82% na Venezuela e 38,77% em El Salvador. As elevadas percentagens de solteiros não dependem somente das altas proporções das idades mais moças, mas também, em vários países, da inclusão nesta classe de pessoas conviventes em união livre, que conseguem disfarçar a sua condição. Justamente nos países onde é mais freqüente essa forma de união, encontram-se altas percentagens de solteiros de um e do outro sexo

A proporção dos casados¹ na população masculina adulta varia entre os mínimos de 29,12% na Nicarágua (exclusivo os casados só no religioso), 29,17% no Panamá e 30,00% em Honduras, e os máximos de 55,02% no Uruguai e 55,82% na Argentina (os 55,98% do Brasil ficam reduzidos a 43,87% excluindo-se os casados só no religioso). Na população feminina adulta, a proporção das casadas varia entre os mínimos de 28,69% na Nicarágua (exclusivo as casadas sã no religioso), 29,15% em El Salvador e 29,96% em Honduras, e os máximos de 53,97% no Uruguai e de 56,61% na Argentina (os 56,50% do Brasil reduzem-se a 44,65% excluindo-se as casadas só no religioso). As proporções mais baixas de casados verificam-se nos países onde são mais freqüentes as uniões livres, e as mais elevadas nos países onde estas uniões são menos freqüentes

A proporção dos conviventes em união livre verificada pelos censos fica em geral inferior à efetiva, todavia ela atinge em vários países níveis bastante elevados. Na população masculina adulta, varia entre os mínimos de 3,43% no Chile, 4,45% na Argentina e 4,55% no Uruguai (os 3,86% do Brasil sobem para 15,97% incluindo-se os casados só no religioso), e os máximos de 25,07% em El Salvador, 25,26% em Honduras e 27,76% na Nicarágua (inclusive os casados só no religioso). E na população feminina adulta, a proporção das conviventes em união livre varia entre os mínimos de 3,28% no Chile, 4,55% no Uruguai e 4,56% na Argentina (os 3,80% do Brasil sobem para 15,65% incluindo-se as casadas só no religioso), e os máximos de 26,30% no Panamá, 26,76% em Honduras e 30,04% na Nicarágua (inclusive as casadas só no religioso)².

A proporção dos viúvos (entre os quais podem estar incluídos ex-conviventes em uniões livres) é baixa, em geral, em virtude da baixa proporção das idades maduras e senis. Ela varia, na população masculina adulta, entre os mínimos de 1,69% na Venezuela, 1,75% no Panamá, 1,80% em Honduras, e os máximos de 3,11% em Pôrto Rico, 3,12% no Chile e 3,39% no México. Na população feminina adulta, a proporção das viúvas fica muito mais elevada, em consequência da maior idade média do homem na data do casamento, da maior mortalidade masculina nas idades maduras e senis e da menor freqüência de novas núpcias entre as mulheres enviuvadas, ela varia entre os mínimos de 5,55% no Panamá e 5,68% em Honduras (países com alta freqüência de uniões livres), e os máximos de 10,34% em Pôrto Rico, 10,37% no México e 10,50% no Uruguai (países com freqüência relativamente elevada de casamentos legais e relativamente baixa de uniões livres).

A proporção dos divorciados varia nos onze países cujos censos os discriminam na população masculina adulta, entre os mínimos de 0,08% na Argentina, 0,16% em Honduras e 0,18% em El Salvador, e o máximo de 1,22% no Uruguai e em Pôrto Rico; e na população feminina adulta, entre os mínimos de 0,11% na Argentina, 0,48% em Honduras e 0,54% em El Salvador, e os máximos de 1,85% no Uruguai e de 2,74% em Pôrto Rico. Em todos os países, a proporção das divorciadas excede a dos divorciados, em virtude, principalmente, da menor freqüência de novos casamentos entre as primeiras, e secundariamente,

¹ Os separados legalmente ou de fato foram aqui incluídos entre os casados, nos países onde o censo os discrimina (Costa Rica, Brasil, Argentina)

² Na Jamaica, em 1960, a proporção das mulheres conviventes em união livre, entre as de 15 anos e mais, ascendia a 18,83%. Não foi apurada a proporção correspondente para os homens.

da menor mortalidade feminina. Em alguns países, cuja legislação não admite o divórcio, os divorciados que figuram no censo são estrangeiros, e às vezes também nacionais, que obtiveram o divórcio em outro país.

Resultam das tabelas I,1 e I,2 as variações ocorridas nas proporções das diversas classes de estado conjugal, entre o último e o penúltimo censo, para doze países (só faltando a possibilidade de comparação para o Uruguai). Em todos esses países diminuiu a percentagem dos solteiros, em alguns casos fortemente (de 51,70% para 42,78% em Honduras, de 49,70% para 37,20% na Argentina, onde porém no penúltimo censo estavam incluídos nesta classe os juridicamente solteiros que conviviam em união livre); e em dez países diminuiu a percentagem das solteiras (de 49,76% para 37,12% em Honduras; de 41,01% para 29,82% na Argentina). A proporção dos casados aumentou em onze países (de 43,87% para 52,84% em Porto Rico; de 46,64% para 55,82% na Argentina); e a das casadas, em doze (de 32,73% para 43,52% no Peru; de 44,77% para 53,08% em Porto Rico, de 49,31% para 56,61% na Argentina). Na proporção dos conviventes em união livre prevalecem as diminuições: em sete países para os homens e em oito para as mulheres, contra aumentos, respectivamente, em três e dois países. Para o Brasil, a Argentina e o Uruguai, falta a possibilidade de comparação. Ainda mais predominantes são as diminuições na proporção dos viúvos, verificando-se em todos os doze países para os quais fica possível a comparação, para os homens, e em dez, para as mulheres, sobretudo em virtude das reduções ocorridas na mortalidade. A proporção dos divorciados apresenta aumento em seis países, diminuição em dois, estabilidade em um; mas a das divorciadas aumentou em todos os nove países para os quais se dispõe de dados comparáveis dos dois últimos censos.

Recapitulando, pode-se dizer que a característica peculiar da composição segundo o estado conjugal da maior parte das populações latino-americanas consiste na elevada frequência das uniões livres. Só na Argentina, no Uruguai e no Chile esta frequência desce para níveis provavelmente pouco diferentes dos que seriam verificados na América Anglo-saxônica e na Europa Ocidental se os conviventes nessas uniões fossem discriminados na apuração dos censos (enquanto de fato não o são).

Entre os países considerados no presente estudo, quatro repúblicas da América Central³ apresentam as máximas proporções de conviventes em união livre e as mínimas proporções de legalmente casados: 28,95% de uns e 28,90% dos outros, na população de 15 anos e mais, na Nicarágua (incluídos entre os primeiros os casados só no religioso) e, respectivamente, 26,03% e 29,98% em Honduras, 25,05% e 29,66% em El Salvador, 24,78% e 29,95% no Panamá. Proporções ainda elevadas de conviventes em união livre encontram-se em três outros países, de maior importância demográfica. Eles constituem 19,06% da população de 15 anos e mais na Venezuela, 15,81% no Brasil (incluindo-se os casados só no religioso) e 14,08% no Peru, em comparação, respectivamente, com 33,79%, 44,27% e 43,63% de casados legalmente. Em mais três países, a proporção dos conviventes em união livre na população de 15 anos e mais, embora inferior a 10%, excede 5%, atingindo 9,75% no México, 8,27% em Porto Rico e 7,42% em Costa Rica, em comparação, respectivamente, com 51,90%, 52,96% e 49,82% de casados legalmente. Proporções muito baixas de conviventes em união livre e proporções elevadas de casados legalmente observam-se na população de 15 anos e mais das três repúblicas meridionais: 4,55% de uns e 54,49% dos outros no Uruguai, e, respectivamente, 4,50% e 56,22% na Argentina, e 3,35% e 49,99% no Chile.

Na apreciação das comparações acima apresentadas, cumpre lembrar que, como já foi advertido, uma parte das uniões livres escapa ao levantamento censitário pela falta de domicílio comum dos participantes ou pelas falsas declarações destes acerca do seu estado conjugal de fato. Logo, as proporções de conviventes em união livre constantes dos censos ficam, em geral, erradas por falta. Um indício das omissões é dado pela divergência entre os números de declarantes desta situação nos dois sexos, o das mulheres excedendo o dos homens na maior parte dos países (873 mil homens e 963 mil mulheres no México e, respectivamente, 369 mil e 413 mil na Venezuela, 355 mil e 416 mil no Peru, etc.) Parece que o homem mais do que a mulher tende a disfarçar o estado de convivente em união livre; entretanto, é provável, também, que amiúde mulheres as quais participaram de uma destas uniões, já dissolvida, continuam declarando o estado de conviventes, enquanto entre os homens este comportamento deveria ser raro.

* * *

³ Uma outra, Costa Rica, apresenta características muito diferentes, como consta dos dados das tabelas I,1 e I,2, em parte refeitos mais adiante no texto.

5. A ANÁLISE da composição das populações segundo o estado conjugal, por sexo e grupos de idade, dará uma visão mais clara das características que essa composição apresenta nos países latino-americanos.

TABELA II

Percentagens dos solteiros, por sexo e grupos de idade, segundo os censos de 1960 e anos seguintes

PAÍS	SEXO	IDADE — ANOS					
		15 a 19	20 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 54	55 e mais
México	H	94,57	59,54	22,28	9,42	6,45	5,35
	M.	77,01	35,77	15,76	9,54	8,69	9,60
El Salvador	H	96,28	67,10	32,71	18,79	16,17	17,18
	M	79,96	43,66	27,01	22,56	27,52	33,54
Honduras	H	96,20	66,82	31,94	17,08	14,79	16,51
	M	76,81	38,86	22,49	20,49	26,55	33,93
Nicarágua	H	94,81	63,22	29,06	16,85	12,87	15,46
	M	75,86	37,33	19,31	16,01	20,39	24,18
Costa Rica	H	97,81	70,82	29,36	15,18	10,71	12,44
	M	83,57	45,05	23,02	16,53	17,14	18,88
Panamá	H	97,31	70,66	35,32	22,20	21,24	24,37
	M	78,42	42,16	22,96	19,31	23,87	31,32
Porto Rico	H	96,60	63,06	22,03	11,77	8,76	6,75
	M	82,26	39,59	12,21	5,77	5,52	6,05
Venezuela	H	97,37	75,79	39,30	21,77	19,68	20,66
	M	78,56	42,22	24,76	22,73	26,23	34,06
Peru	H.	97,46	68,82	28,40	14,18	9,63	8,11
	M	83,43	44,36	21,80	13,85	14,24	14,09
Uruguai*	H	99,41	80,46	37,21	17,29*		14,54*
	M	90,19	52,45	23,13	14,59		15,93
Chile**	H	98,42	60,05**		19,15**	12,99**	10,27**
	M	90,88	46,01		17,91	15,66	16,18

* Grupos de idade: 35 a 49 anos, 50 e mais

** Grupos de idade: 20 a 29 anos, 30 a 44, 45 a 64, 65 e mais

Iniciando-se esta análise pela classe dos solteiros (tabela II), verifica-se que no sexo masculino a respectiva percentagem vai declinando ao subir da idade, em todos os onze países para os quais se dispõe de dados. Todavia, em alguns desses países encontram-se proporções elevadas de solteiros ainda no grupo de 45 a 54 anos (onde nos Estados Unidos há apenas 7,39% deles): 21,24% no Panamá, 19,68% na Venezuela, 16,17% em El Salvador, 14,79% em Honduras, 12,87% na Nicarágua. Estes são todos países com elevada frequência de uniões livres, de modo que parece fundada a suposição, anteriormente exposta, de que entre esses declarados solteiros estejam incluídos numerosos conviventes ou ex-conviventes em união livre. O aumento da percentagem dos solteiros que se verifica nesses países passando-se para o grupo de 55 anos e mais traz mais um argumento a favor desta hipótese. Entre as mulheres, a proporção das solteiras diminui em todos os países até o grupo de 35 a 44 anos, onde todavia atinge ainda 22,73% na Venezuela, 22,56% em El Salvador, 20,49% em Honduras, 19,31% no Panamá (em comparação com apenas 6,07% nos Estados Unidos). Já no grupo de 45 a 54 anos encontram-se, nestes países, proporções mais elevadas de solteiras, e no grupo de 55 anos e mais continua o aumento. Esta marcha singular pode ser esclarecida pela mesma hipótese que foi exposta acima com referência ao sexo masculino; e o esclarecimento se estende a outros países onde também se verifica, embora menos acentuado, o aumento da percentagem dos solteiros nas idades senis.

Os casamentos e as uniões livres precoces não são muito frequentes entre os homens. No grupo de idade de 15 a 19 anos, os solteiros constituem a maioria preponderante, a proporção deles variando entre 94,57% no México e 99,41% no Uruguai, em comparação com 96,09% nos Estados Unidos. E no grupo de idade de 20 a 24 anos, essa proporção varia entre 59,54% no México e 80,46% no Uruguai, em comparação com 53,15% nos Estados Unidos. Entre

as mulheres, as uniões precoces, legais ou livres, são mais freqüentes. Já no grupo de idade de 15 a 19 anos a proporção das solteiras varia entre 75,86% na Nicarágua e 90,88% no Chile, ficando inferior à dos Estados Unidos (83,91%) em nove dos onze países para os quais se dispõe de dados, e não atingindo 80% na Nicarágua, em Honduras, no México, no Panamá, na Venezuela e em El Salvador, quase todos países com alta freqüência de uniões livres.

A proporção dos declarados solteiros, embora diminuindo fortemente ao subir da idade, não desce na maior parte dos países latino-americanos a níveis tão baixos, para um e outro sexo, como os que atinge nos Estados Unidos. Neste país, entre os homens de 45 a 54 anos, apenas 7,39% são solteiros, enquanto em nove países latino-americanos a proporção correspondente fica abaixo desse nível, apenas no México (6,45%), variando nos demais entre 8,76% (Pôrto Rico) e 21,24% (Panamá), e atingindo valores particularmente elevados, como já foi observado, nos países com maior freqüência de uniões livres. E entre as mulheres de 35 e 44 anos, apenas 6,07% são solteiras nos Estados Unidos, enquanto, dos nove países latino-americanos, apenas Pôrto Rico apresenta uma proporção inferior (5,77%), e nos demais a proporção varia entre 9,54% (México) e 22,73% (Venezuela), atingindo os valores mais elevados em países com alta freqüência de uniões livres. A análise dos dados por grupos de idade confirma a suspeita de que entre os declarados solteiros, de um e do outro sexo, se achem numerosos conviventes ou ex-conviventes em união livre.

* * *

TABELA III

*Percentagens dos casados, por sexo e grupos de idade,
segundo os censos de 1960 e anos seguintes*

PAÍS	SEXO	IDADE — ANOS					
		15 a 19	20 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 54	55 e mais
México	H	4,01	32,11	63,96	74,42	75,59	69,50
	M	17,47	51,20	67,25	68,51	62,05	40,16
El Salvador	H	1,08	13,87	33,66	41,82	48,14	47,40
	M	7,55	24,36	37,25	38,95	39,29	25,78
Honduras	H	1,48	16,93	35,04	43,96	46,92	43,59
	M	11,15	30,95	39,05	39,70	34,28	22,60
Nicarágua*	H	1,53	15,48	34,68	42,46	44,20	42,23
	M	9,40	25,93	38,91	39,97	34,22	21,04
Costa Rica	H	1,57	24,99	61,76	71,13	76,12	67,01
	M	13,50	46,85	63,79	68,51	65,19	42,02
Panamá	H	0,71	10,85	31,39	42,86	46,65	45,35
	M	7,29	24,43	38,96	44,49	42,10	27,41
Pôrto Rico	H	2,47	29,83	66,13	73,54	74,70	69,55
	M	13,94	49,12	71,48	74,05	69,46	41,54
Venezuela	H	1,03	13,24	37,45	50,03	53,10	50,03
	M	11,58	32,93	43,96	45,18	41,55	24,76
Peru	H	1,29	18,29	50,80	66,14	68,95	64,46
	M	9,25	35,49	56,26	61,19	55,89	39,49
Uruguai**	H.	0,49	17,05	56,55	74,08**		70,67**
	M	8,85	42,76	68,11	72,91		47,89
Chile***	H.	1,36	36,79***		73,18***	74,11***	61,70***
	M	8,17	48,81		69,95	57,89	26,71

* Exclusive os casados só no religioso, incluídos na tabela IV

** Grupos de idade: 35 a 49 anos, 50 e mais.

*** Grupos de idade: 20 a 29 anos, 30 a 44, 45 a 64, 65 e mais

6. A PROPORÇÃO dos casados, em cada grupo de idade da população adulta de cada sexo, consta da tabela III. Na população masculina, esta proporção aumenta ao subir da idade, rapidamente no início e lentamente no fim, até alcançar — nos nove países para os quais há dados comparáveis — seu máximo no grupo de idade de 45 a 54 anos; e diminui no de 55 anos e mais. No grupo de 45 a 54 anos, varia entre 44,20% na Nicarágua e 76,12% em Costa Rica. Mesmo este último valor fica bem inferior ao de 87,74% verificado nos Estados

Unidos, onde a frequência dos casamentos é maior e a mortalidade feminina menor do que, em geral, nos países latino-americanos. Um fator da baixa proporção de casados, especialmente na Nicarágua, no Panamá, em Honduras, em El Salvador e na Venezuela, é a elevada frequência das uniões livres; nessas quatro repúblicas da América Central a proporção dos casados no grupo de 45 a 54 anos não chega a 50%, e na Venezuela sobe pouco acima deste valor. Na população feminina adulta, a proporção das casadas cresce com a idade, alcançando seu máximo — em oito dos nove países para os quais há dados comparáveis — no grupo de 35 a 44 anos (só em El Salvador o máximo se situa, por leve diferença, no grupo de 45 a 54), e depois diminuindo, principalmente em consequência dos enfiamentos cada vez mais frequentes. No grupo de 35 a 44 anos, a proporção das casadas varia entre o mínimo de 38,95% em El Salvador e o máximo de 74,05% em Porto Rico, em comparação com 87,08% nos Estados Unidos. Nas quatro repúblicas da América Central acima especificadas, a proporção das casadas fica inferior a 45%, na Venezuela excede apenas levemente este valor.

Os casamentos precoces são pouco frequentes entre os homens, nos países latino-americanos, em comparação com os Estados Unidos. Neste país, já no grupo de 20 a 24 anos a proporção dos casados atinge 45,75%, enquanto naqueles varia entre o mínimo de 10,85% no Panamá e o máximo de 32,11% no México. As proporções mais baixas encontram-se, obviamente nos países com maior frequência de uniões livres; é baixa, ainda, a proporção no Uruguai, onde estas uniões são relativamente raras. Entre as mulheres, também, os casamentos precoces são, em geral, menos frequentes nos países latino-americanos do que nos Estados Unidos, onde no grupo de 15 a 19 anos a proporção das casadas atinge 15,70%, enquanto nos onze países incluídos na tabela III varia entre o mínimo de 7,29% no Panamá e o máximo de 17,47% no México (o único, entre estes países, onde a proporção das casadas, neste grupo de idade, excede a verificada nos Estados Unidos). Baixas percentagens de casadas nessas idades encontram-se nos países com alta frequência de uniões livres e no Uruguai

* * *

TABELA IV

Percentagens dos conviventes em união livre, por sexo e grupos de idade, segundo os censos de 1960 e anos seguintes

PAÍS	SEXO	IDADE — ANOS					
		15 a 19	20 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 54	55 e mais
México	H	1,27	7,63	12,28	13,12	12,24	10,54
	M	5,02	11,31	13,15	12,80	10,26	6,29
El Salvador	H	2,64	18,89	33,04	37,65	32,01	23,52
	M	12,29	31,20	33,80	33,49	21,38	10,41
Honduras	H	2,32	16,14	32,45	37,51	35,95	29,58
	M	11,90	29,69	36,74	34,83	27,23	14,46
Nicarágua*	H	3,66	20,96	35,55	39,17	38,93	29,56
	M	14,61	35,77	39,36	38,28	30,16	17,16
Costa Rica	H	0,59	4,10	8,38	12,31	10,03	7,93
	M	2,90	7,59	11,20	10,86	7,32	4,33
Panamá	H	1,96	18,36	32,75	33,63	29,23	20,29
	M	14,16	32,92	36,59	32,30	24,72	11,84
Porto Rico	H	0,85	6,55	10,13	12,01	12,16	8,41
	M	3,36	9,31	11,57	11,92	9,38	4,17
Venezuela	H	1,50	10,72	22,44	26,69	23,92	18,62
	M	9,63	23,97	28,76	26,98	18,33	7,96
Peru	H	1,25	12,63	19,69	17,12	16,35	12,08
	M	7,05	19,19	19,76	18,67	13,98	7,02
Uruguai**	H	0,10	2,39	5,24	6,19**		4,99**
	M	0,86	4,17	6,32	5,78		3,63
Chile***	H	0,14	2,36***		4,84***	5,17***	3,71***
	M	0,71	3,41		4,70	3,66	1,79

* Conviventes em união livre e casados exclusivamente no religioso.

** Grupos de idade: 35 a 49 anos, 50 e mais.

*** Grupos de idade: 20 a 29 anos, 30 a 44, 45 a 64, 65 e mais.

No grupo de idade de 55 anos e mais, as proporções dos casados de um e do outro sexo tornam-se relativamente baixas nos países latino-americanos, em consequência também da elevada mortalidade que se verifica na maior parte deles. Na população masculina dessas idades a proporção dos casados varia — nos nove países para os quais há dados comparáveis — entre o mínimo de 42,23% na Nicarágua e o máximo de 69,55% em Porto Rico, ficando inferior a 50% nas quatro mencionadas repúblicas da América Central, e apenas atingindo este valor na Venezuela. Nos Estados Unidos, a proporção correspondente ascende a 77,47%. Na população feminina de 55 anos e mais, a proporção das casadas varia entre o mínimo de 21,04% na Nicarágua e o máximo de 42,02% em Costa Rica, ficando abaixo de 30% nas quatro repúblicas centrais e na Venezuela, enquanto nos Estados Unidos atinge 51,10%.

7. A PROPORÇÃO dos declarados conviventes em união livre (tabela IV) cresce rapidamente ao subir da idade, na população masculina adulta dos nove países para os quais há dados comparáveis, atingindo seu máximo no grupo de 35 a 44 anos em sete deles (no de 25 a 34 no Peru, e no de 45 a 54, por leve diferença, em Porto Rico) e depois diminuindo. Nesse grupo, a proporção dos conviventes varia entre os mínimos de 12,01% em Porto Rico e 12,31% em Costa Rica e os máximos de 37,51% em Honduras, 37,65% em El Salvador e 39,17% na Nicarágua; é, também, bastante elevada no Panamá (33,63%) e na Venezuela (26,69%). Além da idade a que corresponde o máximo, a proporção dos conviventes diminui, em consequência da mortalidade, da dissolução de uniões por vontade de um dos participantes ou de ambos, e da conversão de uniões livres em uniões legais (fatores que, obviamente, agem também nas idades anteriores, mas em medida insuficiente para contrabalançar os aumentos dependentes da constituição de novas uniões). Na população feminina adulta, a máxima proporção de conviventes é atingida, em geral, mais cedo do que na masculina: em oito países, no grupo de idade de 25 a 34 anos, e em Porto Rico no de 35 a 44. Além da idade a que corresponde o máximo, a proporção das conviventes diminui: lentamente no início e rapidamente nas idades mais adiantadas, sobretudo em consequência da elevada mortalidade dos homens. No grupo de 25 a 34 anos, a proporção das conviventes varia entre os mínimos de 11,20% em Costa Rica e 11,57% em Porto Rico, e os máximos de 39,36% na Nicarágua, 36,74% em Honduras e 36,59% no Panamá. Proporções elevadas verificam-se, também, em El Salvador (33,80%) e na Venezuela (28,76%).

Cumpra advertir que, apesar da diferente classificação por idade, os dados para o Uruguai e o Chile, incluídos na tabela IV, mostram que a proporção dos conviventes em união livre, de um e do outro sexo, é relativamente muito baixa nestes países em comparação com as que se verificam na maior parte dos demais. E sem dúvida se acompanha, com estes países a Argentina, para a qual a proporção dos conviventes por grupos de idade é conhecida apenas para os dois sexos em conjunto, ascendendo a 1,30% no grupo de 15 a 19 anos, a 4,92% no de 20 a 29, a 5,89% no de 30 a 39, a 5,38% do de 40 a 49, a 4,75% no de 50 a 59 e a 2,98% no de 60 e mais.

* * *

8. PELOS dados dos censos, pode-se obter uma idéia das proporções comparativas das famílias oriundas das regiões livres e das constituídas na forma legal, nos diversos países, calculando-se a razão entre o número dos recenseados que se declararam conviventes e o dos que se declararam casados. No conjunto da população em idades de 15 anos e mais, encontram-se 100 conviventes em união livre para 100 casados na Nicarágua⁴, 87 em Honduras, 84 em El Salvador, 83 no Panamá, 56 na Venezuela, 36 no Brasil⁴, 32 no Peru, 19 no México, 16 em Porto Rico, 15 em Costa Rica, 8 na Argentina e no Uruguai e 7 no Chile. Embora as omissões no levantamento das uniões livres e a inclusão entre os casados dos separados de fato (alguns dos quais podem proceder de uniões livres) tendam a tornar as proporções assim calculadas algo menores do que as efetivas, já elas evidenciam a grande frequência das famílias irregulares nas quatro repúblicas centrais e na Venezuela, a frequência ainda bem elevada no Brasil e no Peru, e a frequência relativamente baixa nas três repúblicas meridionais.

⁴ Os participantes de união religiosa não legalmente válida, discriminados em subclasse à parte na Nicarágua e no Brasil, foram incluídos entre os conviventes em união livre, no cálculo acima referido.

Para onze dos treze países especificados acima, têm-se dados que permitem calcular a proporção entre conviventes e casados por grupos de idade, segundo o sexo. Os resultados deste cálculo, constantes da tabela V, mostram que em todos os países e sobretudo nos onde as uniões livres são mais freqüentes, essa proporção diminui fortemente ao subir da idade.

TABELA V

Conviventes em união livre por 100 casados, por sexo e grupos de idade

PAÍS	SEXO	IDADE — ANOS					
		15 a 19	20 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 54	55 e mais
México	H	32	24	19	18	16	15
	M.	29	22	20	19	17	16
El Salvador	H	243	136	98	90	66	50
	M	163	128	91	86	54	40
Honduras	H.	157	95	93	85	77	68
	M	107	96	94	88	79	64
Nicarágua*	H	239	135	102	92	88	70
	M	155	138	101	96	88	82
Costa Rica	H	38	17	14	18	14	13
	M	22	17	18	17	12	11
Panamá.	H	277	169	104	78	63	45
	M	194	135	94	73	59	43
Pôrto Rico	H	35	22	15	16	16	12
	M	24	19	16	16	14	10
Venezuela	H	146	81	60	53	45	37
	M	83	73	65	60	44	32
Peru	H	97	69	39	26	24	19
	M	76	54	35	31	25	18
Uruguai	H.	20	14	9	8**		7**
	M	10	10	9	8		8
Chile	H	10	6***	.	7***	7***	6***
	M.	9	7		7	6	7

* No cálculo, foram incluídos entre os conviventes os casados só no religioso

** Grupos de idade: 35 a 49 anos, 50 e mais

*** Grupos de idade: 20 a 29 anos, 30 a 44, 45 a 64, 65 e mais.

Esta marcha depende de várias circunstâncias. As uniões precoces são mais freqüentes entre as livres do que entre as legais; e a freqüência daquelas atinge seu máximo em idade mais moça do que a destas, como se pode verificar pela comparação entre os dados das tabelas III e IV. De outro lado, a duração média das uniões livres é menor do que a das uniões legais, em consequência da mais freqüente dissolução voluntária das primeiras, das conversões de uniões livres em legais, e em geral, também, especialmente nas idades maduras e senis, da maior mortalidade dos conviventes, que em grande parte pertencem às classes de mais baixo nível de vida.

Entre os homens, os conviventes são mais numerosos do que os casados no grupo de idade de 15 a 19 anos no Panamá, em El Salvador, na Nicarágua, em Honduras, e na Venezuela, e também no grupo de 20 a 24 anos nos três primeiros países. Ainda no grupo de 35 a 44 anos, encontram-se 92 conviventes para 100 casados na Nicarágua, 90 em El Salvador, 85 em Honduras, 78 no Panamá e 53 na Venezuela. No grupo de 55 anos e mais as proporções ficam menos elevadas: 70 para 100 na Nicarágua, 68 em Honduras, 50 em El Salvador, 45 no Panamá e 37 na Venezuela. Entre as mulheres, o número das conviventes excede o das casadas no grupo de idade de 15 a 19 anos no Panamá, em El Salvador, na Nicarágua e em Honduras, e também no grupo de 20 a 24 anos nos três primeiros países. Ainda no grupo de 25 a 34 anos, encontram-se 101 conviventes para 100 casadas na Nicarágua, 94 no Panamá e em Honduras, 91 em El Salvador. Nas idades de 55 anos e mais, as proporções ficam menores: 82 para 100 na Nicarágua, 64 em Honduras, 43 no Panamá, 40 em El Salvador. Mesmo nos países com freqüência menos elevada de uniões livres, a marcha das proporções apresenta semelhantes características: no México, por exemplo, onde a proporção entre conviventes e casados atinge 32 para 100 entre os

homens e 29 para 100 entre as mulheres no grupo de 15 a 19 anos, ela desce para, respectivamente, 15 e 16 no grupo de 55 anos e mais; e em Porto Rico, de 35 e 24 para 12 e 10 para 100.

* * *

9. MESMO considerando-se em conjunto os casados e os conviventes, a proporção aparente dêles é relativamente baixa na maior parte dos países latino-americanos, e sobretudo nos com maior freqüência de uniões livres. Esta circunstância reforça a dúvida de que uma parte não desprezível das uniões livres tenha escapado aos censos

Na população masculina, no grupo de idade de 45 a 54 anos, a proporção dos casados e conviventes, em conjunto, atinge apenas 81% em Honduras, 79% em El Salvador, 77% na Venezuela, 76% no Panamá e 70% na Nicarágua, enquanto nos Estados Unidos a proporção só dos casados chega a 89%. Na população feminina, no grupo de idade de 35 a 44 anos, a proporção das casadas e conviventes, em conjunto, atinge apenas 76% em Honduras e no Panamá, 73% na Venezuela, 71% em El Salvador e 68% na Nicarágua, em comparação com 88% só de casadas nos Estados Unidos. Cumpre lembrar também que no censo dos Estados Unidos não são discriminados os conviventes em uniões livres, que deveriam nêle figurar classificados segundo seu estado conjugal de direito; não é improvável, entretanto, que em alguns casos os conviventes tenham declarado o estado de casados. Também em alguns países com menor freqüência de uniões livres, a proporção cumulativa dos casados e conviventes fica relativamente baixa, para as mulheres de 35 a 44 anos, ela ascende a 76% no Peru, a 75% em Costa Rica e a 74% no Uruguai

* * *

10. AS PROPORÇÕES dos viúvos, muito baixas nas idades juvenis, vão crescendo ao subir da idade, cada vez mais rapidamente, como se vê pelos dados da tabela VI

TABELA VI

Percentagens dos viúvos, por sexo e grupos de idade, segundo os censos de 1960 e anos seguintes

PAÍS	SEXO	IDADE — ANOS					
		15 a 19	20 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 54	55 e mais
México	H	0,09	0,48	1,11	2,54	5,11	13,91
	M	0,35	1,21	3,00	8,01	17,77	42,79
El Salvador	H	—	0,10	0,39	1,50	3,28	11,61
	M	0,15	0,44	1,39	4,24	10,82	29,60
Honduras	H	—	0,08	0,40	1,14	2,20	10,01
	M	0,08	0,30	1,29	4,27	11,08	28,06
Nicarágua	H	—	0,11	0,54	1,22	3,53	12,18
	M	0,06	0,41	1,74	4,58	14,01	36,58
Costa Rica	H	0,03	0,08	0,21	0,98	2,61	12,01
	M	—	0,25	1,26	2,91	9,19	33,99
Panamá	H	0,01	0,06	0,26	0,77	2,02	9,16
	M	0,08	0,24	0,87	2,42	7,50	28,59
Porto Rico	H	0,02	0,07	0,26	1,01	2,74	13,39
	M	0,09	0,36	1,28	4,12	11,61	45,39
Venezuela	H	—	0,06	0,36	0,68	2,55	10,08
	M	0,11	0,29	1,21	3,73	12,37	32,27
Peru	H	—	0,13	0,73	1,93	4,37	14,50
	M	0,02	0,43	1,38	5,13	14,24	38,62
Uruguai*	H	—	—	0,11	0,80*	—	7,87*
	M	—	0,10	0,66	4,09	—	30,28
Chile**	H	—	0,13**	—	1,29**	5,56**	21,97**
	M	0,05	0,63	—	3,79	18,56	53,25

* Grupos de idade: 35 a 49 anos, 50 e mais.

** Grupos de idade: 20 a 29 anos, 30 a 44, 45 a 64, 65 e mais

Na população masculina, a proporção dos viúvos no grupo de idade de 25 a 34 anos varia entre o mínimo de 0,11% no Uruguai e o máximo de 1,11% no México, nos dez países para os quais a tabela apresenta dados comparáveis. No grupo de 45 a 54 anos, a proporção dos viúvos, que ascende a 1,80% nos Estados Unidos, varia — nos nove países latino-americanos para os quais há dados comparáveis — entre o mínimo de 2,02% no Panamá e o máximo de 5,11% no México. As proporções relativamente baixas de viúvos que se verificam no grupo de idade de 55 anos e mais nos países com maior frequência de uniões livres, variando entre 9,16% no Panamá e 12,18% na Nicarágua, em comparação com 11,96% nos Estados Unidos, em parte dependem da relativa escassez de uniões legais; cumpre lembrar, todavia, que também os sobreviventes de uniões livres às vezes declaram o estado de viúvos. Entre as proporções observadas nos outros países, a mais elevada é a do Peru, 14,50%. Na população feminina, a proporção das viúvas no grupo de idade de 25 a 34 anos varia (em dez países) entre o mínimo de 0,66% no Uruguai e o máximo de 3,00% no México. No grupo de 45 a 54 anos, a proporção das viúvas, que ascende a 8,78% nos Estados Unidos, varia (em nove países) entre o mínimo de 7,50% no Panamá e o máximo de 17,77% no México. No grupo de 55 anos e mais, verificam-se nos países com maior frequência de uniões livres proporções de viúvas que variam entre 28,06% em Honduras e 36,58% na Nicarágua, ficando abaixo da proporção de 37,87% observada nos Estados Unidos. Pode ser repetida, a propósito desta diferença, a observação exposta acima com referência à população masculina. Em alguns dos outros países latino-americanos, a proporção das viúvas neste grupo de idade senil atinge valores mais elevados, até o máximo de 45,39% em Porto Rico.

* * *

11. A PROPORÇÃO DOS DIVORCIADOS NOS DIFERENTES GRUPOS DE IDADE DA POPULAÇÃO DE CADA SEXO CONSTA DA TABELA VII.

TABELA VII

Percentagens dos divorciados por sexo e grupos de idade, segundo os censos de 1960 e anos seguintes

PAÍS	SEXO	IDADE — ANOS					
		15 a 19	20 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 54	55 e mais
México	H	0,06	0,24	0,37	0,50	0,61	0,70
	M	0,15	0,51	0,84	1,14	1,23	1,26
El Salvador	H	—	0,04	0,20	0,24	0,40	0,29
	M	0,05	0,34	0,64	0,66	0,99	0,67
Honduras*	H	—	0,03	0,17	0,31	0,14	0,31
	M	0,06	0,20	0,43	0,71	0,86	0,95
Nicarágua	H	—	0,23	0,17	0,30	0,47	0,57
	M	0,07	0,56	0,68	1,16	1,22	1,05
Costa Rica	H	—	0,01	0,29	0,40	0,53	0,61
	M	0,03	0,26	0,74	1,19	1,16	0,78
Panamá	H	0,01	0,07	0,29	0,54	0,86	0,83
	M	0,05	0,25	0,82	1,48	1,81	0,84
Porto Rico	H	0,06	0,49	1,45	1,67	1,64	1,90
	M	0,35	1,62	3,46	4,14	4,03	2,85
Venezuela	H	0,10	0,19	0,45	0,83	0,75	0,61
	M	0,12	0,59	1,31	1,38	1,52	0,96
Peru	H	—	0,13	0,38	0,63	0,70	0,85
	M	0,25	0,53	0,80	1,16	1,65	0,78
Uruguai**	H	—	0,10	0,89	1,64*	—	1,93*
	M	0,10	0,52	1,78	2,63	—	2,27

* Dados de duvidosa exatidão

** Grupos de idade: 35 a 49 anos, 50 e mais

Entre os homens, essa proporção aumenta ao subir da idade, atingindo seu máximo, na maior parte dos países, no grupo de 55 anos e mais. Somente em El Salvador e no Panamá, o máximo é atingido no grupo de 45 a 54 anos e

na Venezuela no de 35 a 44, diminuindo em seguida a proporção dos divorciados. No grupo de 45 a 54 anos esta proporção varia — nos oito países para os quais há dados comparáveis e fidedignos — entre os mínimos de 0,40% em El Salvador e de 0,47% na Nicarágua e o máximo de 1,64% em Porto Rico, ainda bem inferior ao valor de 3,07%, verificado nos Estados Unidos (país de alta frequência de divórcios). Entre as mulheres, a proporção das divorciadas, aumentando ao subir da idade, atinge seu máximo no grupo de 45 a 54 anos em cinco dos oito países, e, por leves diferenças, no de 35 a 44 anos em Costa Rica e em Porto Rico e no de 55 e mais no México. A escassa frequência dos divórcios nas idades maduras e senis e o menor recurso das velhas gerações a esta solução são as causas principais da diminuição da proporção das divorciadas além da idade em que ela atinge o máximo; é possível, também, que mulheres divorciadas se declarem viúvas após o óbito do ex-marido. No grupo de 45 a 54 anos, a proporção das divorciadas varia entre o mínimo de 1,16% em Costa Rica e o máximo de 4,03% em Porto Rico, pouco inferior à proporção de 4,26% verificada nos Estados Unidos

* * *

12. As ANÁLISES efetuadas nos parágrafos anteriores põem em relêvo as características comuns à maioria dos países da América Latina, no que diz respeito à composição da população segundo o estado conjugal.

A mais peculiar destas características é a elevada proporção dos conviventes em uniões desprovidas de validade legal. A frequência dessas uniões atinge seus máximos em quatro repúblicas da América Central — Nicarágua, Honduras, El Salvador e Panamá —, mas é também elevada na Venezuela⁶; e, embora menos elevada, ainda notável no Brasil, no Peru, no México; fica nitidamente menor nas três repúblicas meridionais — Argentina, Uruguai e Chile

A larga difusão do costume da união livre determina, obviamente, a redução da frequência das uniões contraídas na forma legal, tornando especialmente baixas as proporções dos casados nos países onde são mais elevadas as dos conviventes

As proporções relativamente baixas de solteiros, que se verificam na maioria dos países considerados, em alguns casos podem indicar atraso na idade do casamento (Uruguai) ou moderada propensão para a união conjugal; mas, em parte às vezes preponderante, podem depender, como já foi notado, das declarações do estado legal de solteiros feitas por conviventes em união livre

Em contraste com as baixas proporções de casados, verificam-se em alguns países proporções relativamente altas de viúvos, em consequência da elevada mortalidade que ainda predomina. Como foi advertido, é provável que nesta classe de estado conjugal fiquem incluídos, além dos viúvos autênticos, sobreviventes de uniões livres dissolvidas pelo óbito do cônjuge.

As proporções dos divorciados são relativamente baixas na maior parte dos países. Em alguns destes verificam-se proporções não desprezíveis de separados, mas nem sempre é clara a sua significação, podendo ser nelas incluídos separados legalmente e separados de fato de uniões legais, como também separados de uniões livres⁶

As causas da elevada frequência das uniões livres na América Latina foram investigadas pelos sociólogos e continuam constituindo o objetivo de variadas pesquisas. Um ligeiro resumo dos fatores principais desse fenômeno foi exposto pelo autor na monografia citada no § 1.

⁶ Além dos países considerados no presente estudo, outros com elevada frequência de uniões livres, para os quais ainda faltam dados de censos de 1960 ou anos seguintes, são, de acordo com os censos de 1950 ou anos próximos: a Guatemala, com 40,30% dos homens e 41,52% das mulheres de 15 anos e mais conviventes em uniões livres; Haiti, com, respectivamente, 37,79% e 40,16%; Trinidad e Tobago, com 26,86% e 28,22%; a República Dominicana, com 24,02% e 28,29%, e, com proporções menores, Cuba, a Jamaica e o Paraguai. Veja-se a propósito a monografia do autor citada no § 1

⁶ Entre os países considerados no presente estudo, discriminam os separados: Porto Rico, 1,88% dos homens e 4,13% das mulheres de 15 anos e mais; o Brasil, respectivamente, 1,48% e 3,07%; Costa Rica, 1,66% e 2,76%; e a Argentina 0,43% e 0,70%. Como foi advertido, estes separados foram aqui incluídos entre os casados, no cálculo dos dados proporcionais, constituindo 5,7% do total assim obtido, em Porto Rico, 4,4% em Costa Rica, 4,1% no Brasil e 1,0% na Argentina, para o conjunto dos dois sexos

APLICAÇÃO DE UM MODELO TEÓRICO NA RECONSTITUIÇÃO DA DEMOGRAFIA BRASILEIRA

1 — INTRODUÇÃO

1.1 — A evolução demográfica brasileira é conhecida apenas naquilo que os 7 recenseamentos gerais permitem obter. Assim, as duas componentes demográficas mais importantes, isto é, a mortalidade e a natalidade são, em grande parte, desconhecidas. Um dos mais importantes trabalhos do Prof. Giorgio Mortara, à testa do Laboratório Estatístico do IBGE, foi, precisamente, o de reconstituir, tanto quanto possível, esses dois fatores do crescimento demográfico. Em relação à mortalidade foram construídas tábuas de sobrevivência para várias capitais brasileiras e para alguns Estados, utilizando-se as distribuições por idades fornecidas pelos recenseamentos e os dados sobre óbitos fornecidos pelo registro civil, para os anos dos censos e para os anos contíguos a esses. Nenhuma dessas tábuas, porém, pode ser utilizada para a totalidade do país.

1.2 — Com relação ao Brasil, como um todo, foram construídas, apenas, algumas poucas tábuas de mortalidade, obtidas por comparação de dois recenseamentos sucessivos. Esse método está baseado no princípio óbvio de que, em uma população isenta de movimentos migratórios os habitantes de idade $x + h$ no segundo censo, realizado h anos depois do primeiro, provém do grupo de idade x do 1.º censo. A relação do segundo número para o primeiro fornece, pois, a taxa média de sobrevivência na idade x pelo período h . Além das tábuas assim obtidas pelo professor Mortara, temos conhecimento de mais uma, referente ao Brasil como um todo; ela pretende traduzir a mortalidade, por idades, do período de 1936-40, e foi construída pelo prof. G. S. J. Stolnitz do Office of Population Research, Princeton University, por um processo que não cabe aqui analisar.

1.3 — Com relação à fecundidade foram conseguidos alguns resultados interessantes pelo Laboratório de Estatística do IBGE, também a partir de dados apurados nos recenseamentos gerais de 1940 e 1950 e amplamente divulgados. Faltam todavia, completamente, no Brasil, dados sobre a evolução das taxas de natalidade e de mortalidade, sendo essa deficiência mais acentuada no caso da taxa de natalidade. O objetivo do presente trabalho é utilizar um método teórico proposto essencialmente por A. J. Lotka (*Théorie analytique des associations biologiques, Actualités Scientifiques et Industrielles*, Paris, Herman & Cie., Editeurs, n.º 780, 1939). Uma pequena modificação foi feita quanto ao tipo de função de evolução demográfica: utilizamos para isso uma exponencial generalizada que, segundo nossa experiência, se adapta melhor ao Brasil do que a logística que Lotka sugere e em torno da qual desenvolve o seu método; no caso que nos interessa, esse método pode ser resumido nas seguintes fases:

a) obtenção de valores da vida média, válidos para o Brasil, em diferentes épocas, para o sexo feminino;

b) utilização, a partir dessa vida média, das tábuas padrões da divisão de População da ONU, para o sexo feminino, a fim de calcular os semi-invariantes;

- c) escolha e ajustamento de uma função simples aos 7 recenseamentos brasileiros;
d) aplicação do método de Lotka.

2 — VIDA MÉDIA NO BRASIL

3.1 — A vida média determinada pela tábua do Professor Mortara, baseada nos recenseamentos de 1890 e 1920 (portanto, em torno de 1905) é de 39,3 anos, valor idêntico à vida média para o sexo masculino obtido pela comparação dos recenseamentos de 1940 e 1950, isto é, em torno de 1945. Esses dois resultados parecem-nos incompatíveis entre si e não concordam com outros valores posteriormente obtidos pelo próprio Prof. Mortara. Aliás, isso é reconhecido e explicado por ele próprio; o recenseamento de 1920 está fortemente errado por excesso, em virtude de majorações que foram feitas nos resultados censitários para fins desconhecidos e que eram ignorados e insuspeitados pelo Prof. Mortara quando construiu a sua tábua. Assim, na comparação dos dois recenseamentos a mortalidade aparece, obviamente, inferior a que realmente prevaleceu entre aquelas duas épocas.

O trabalho do Prof. Stolnitz indica para o período 1936-40, a vida média de 36 anos para o sexo feminino e 34 para o masculino, o que daria cerca de 35 para ambos os sexos, também incompatível com a vida média de 39 anos obtida para o período 1890-1920 que sabemos errada por excesso. Todavia, o Prof. Mortara salienta (e mostra através de vários estudos comparativos) que o valor obtido por Stolnitz está, quase certamente, errado por falta. Assim, preferimos adotar para o período 1936-40, isto é, para uma época em torno de 1938, a vida média feminina de 37 anos. Para 1945, nós nos baseamos no valor dado pela tábua do Prof. Mortara para o período 1940-1950.

Sendo de 39 anos a vida média para o sexo masculino, a correspondente ao sexo feminino será o da ordem de 41 anos; a diferença de 2 anos por nós adotada é idêntica a existente entre os dois sexos, no período 1936-40, segundo a tábua de Stolnitz.

Uma análise de algumas tábuas, principalmente a do Estado de São Paulo em 1950 (há certa analogia entre a mortalidade do Brasil e a do Estado de São Paulo para 10 ou 15 anos antes) leva a crer que, em 1960, a vida média feminina para todo o país não seria inferior a 50 anos. Adotamos pois esse valor como resultado mais provável. Para 1870 e 1900 várias comparações e estudos prévios nos conduziram a fixar as vidas médias femininas em 32 anos para 1900 e 30 para 1870.

Esses 5 valores básicos, colocados em suas posições, em um sistema de eixos, permitiram, mediante ajustamento gráfico, determinar os valores da vida média para cada 5 anos, de 1870 a 1960. Cada um desses valores (col. 2 da Tabela 1 no final) permitiu escolher a tábua de mortalidade padrão que lhe correspondia; os semi-invariantes λ_1 , λ_2 e λ_3 , então calculados, figuram nas colunas 4, 5 e 6 do mesmo quadro.

3 — DESENVOLVIMENTOS TEÓRICOS UTILIZADOS

3.1 — Como é sabido, Lotka parte da suposição (aliás pouco restritiva) de que o número de habitantes na época t , $N(t)$, de um lado, e o número anual de nascimentos, $B(t)$, possam ser desenvolvidos em séries do seguinte tipo:

$$N(t) = k_0 \varphi(t) + k_1 \varphi'(t) + \frac{1}{2!} k_2 \varphi''(t) + \frac{1}{3!} k_3 \varphi'''(t) + \dots \quad (3.1-1)$$

$$B(t) = c_0 \varphi(t) + c_1 \varphi'(t) + \frac{1}{2!} c_2 \varphi''(t) + \frac{1}{3!} c_3 \varphi'''(t) + \dots$$

onde $\varphi(t)$ é uma função conhecida. Pode-se então demonstrar que, pelo menos para uma população fechada, uma vez conhecidos k_0 , k_1 , k_2 , ... é possível determinar c_0 , c_1 , c_2 , ... em função dos primeiros e dos semi-invariantes λ_1 , λ_2 , λ_3 , ... correspondentes à tábua de mortalidade utilizada. Para isso parte-se da equação geral

$$N(t) = \int_0^\infty B(t-x) p(x) dx \quad (3.1-2)$$

onde $p(x)$ é a probabilidade de que um recém-nascido do sexo feminino atinja a idade x , de acordo com a tábua de mortalidade vigente.

A solução formal se obtém substituindo nessa integral o valor $B(t-x)$ pelo seu desenvolvimento em série

$$c_0 \varphi(t-x) + c_1 \varphi'(t-x) + \frac{1}{2!} c_2 \varphi''(t-x) + \frac{1}{3!} c_3 \varphi'''(t-x) +$$

e desenvolvendo $\varphi(t-x)$ e suas derivadas em série de Taylor; nesse desenvolvimento aparecem as expressões

$$\alpha_n = \int_0^\infty x^n p(x) dx$$

que dependem, apenas, da tábua de mortalidade. O resultado final permite escrever a igualdade:

$$\begin{aligned} c_0 \alpha_0 \varphi(t) - (c_0 \alpha_1 - c_1 \alpha_0) \varphi'(t) + \frac{1}{2!} (c_0 \alpha_2 - 2 c_1 \alpha_1 + c_2 \alpha_0) \varphi''(t) + \dots = \\ = k_0 \varphi(t) + k_1 \varphi'(t) + \frac{1}{2!} k_2 \varphi''(t) + \dots \end{aligned}$$

de onde, por identificação dos coeficientes, se exprimem os valores de $c_0, c_1, c_2, \dots$ em função de $k_0, k_1, k_2, \dots$ e dos α_n ; ($n = 1, 2, 3, \dots$)

Ora, como os α_n podem ser expressos em termos dos semi-invariantes, obtém-se, finalmente, o resultado desejado

3 2 — Como exemplo de um caso particular, suponhamos:

$$(3\ 2-1) \quad N(t) = k_0 \varphi(t)$$

A aplicação do método indicado permite obter

$$\begin{aligned} c_0 &= k_0 / \alpha_0 \\ c_1 &= \lambda_1 c_0 = \lambda_1 k_0 / \alpha_0 \\ (3\ 2-2) \quad c_2 &= \lambda_1 c_1 - \lambda_2 c_0 = (\lambda_1^2 - \lambda_2) c_0 = (\lambda_1^2 - \lambda_2) k_0 / \alpha_0 \\ c_3 &= \lambda_1 c_2 - 2 \lambda_2 c_1 + \lambda_3 c_0 = (\lambda_1^3 - 3 \lambda_1 \lambda_2 + \lambda_3) k_0 / \alpha_0 \end{aligned}$$

Por conseguinte, teremos o número anual de nascimentos substituindo esses valores na expressão (3 1—2) de $B(t)$. Sendo a taxa de natalidade

$$b(t) = B(t) / N(t)$$

a substituição fornece, para esta última, a expressão

$$\begin{aligned} (3\ 2-3) \quad b(t) &= \left\{ c_0 + c_1 \frac{\varphi'(t)}{\varphi(t)} + \frac{1}{2!} c_2 \frac{\varphi''(t)}{\varphi(t)} + \dots \right\} \frac{1}{k_0} = \\ &= \left\{ 1 + \lambda_1 \frac{\varphi'(t)}{\varphi(t)} + \frac{1}{2!} (\lambda_1^2 - \lambda_2) \frac{\varphi''(t)}{\varphi(t)} + \dots \right\} \frac{1}{\alpha_0} \end{aligned}$$

O desenvolvimento anterior supõe que $p(x)$ independe do tempo, isto é, que a mortalidade é constante. Todavia, como salienta Lotka, desde que essa variação da mortalidade não seja muito rápida, a mesma expressão pode ainda ser adotada como boa aproximação para o caso de uma mortalidade variável. Ora, o nosso objetivo é estabelecer ordem de grandeza de $b(t)$ e da sua variação com o tempo; a aproximação é, pois, plenamente satisfatória.

Vamos aplicar o método de Lotka ao caso de uma função φ do tipo

$$(3\ 2-4) \quad \varphi(t) = e^{at^2 + bt + c}$$

determinando a, b, c a partir dos 7 recenseamentos brasileiros disponíveis

4 — ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO

4.1 — Para estimar a população entre dois recenseamentos passados, ou em datas futuras não muito remotas, podemos a partir da equação geral

$$N(t) = N(o) e^{\int_0^t r(x) dx}$$

onde $r(t)$ é a taxa de crescimento na época t . Representando a integral expoente por $f(t)$ resulta

$$N(t) = N(o) e^{f(t)} = N(o) \cdot \varphi(t)$$

Donde, pondo

$$\lg [N(t)/N(o)] = \eta(t)$$

resulta

$$\eta(t) = f(t) \cdot \lg e = F(t)$$

Dispondo de 7 recenseamentos gerais do Brasil, conhecemos, assim, 7 valores de $n(t)$. Escolhida, pois, a forma da função $F(t)$, dispondo de não mais de sete parâmetros, será possível efetuar o ajustamento.

4 2 — Foram feitas duas tentativas, que denominaremos:

$$1^\circ \text{ ajustamento} \quad F(t) = at + b \quad A1$$

$$2^\circ \text{ ajustamento} \quad F(t) = at^2 + bt + c \quad A2$$

O primeiro ajustamento equivale, de fato, a admitir-se o crescimento exponencial da população. A única diferença do método aqui adotado para o processo geralmente utilizado, reside no fato de que, com a expressão linear empregada no 1º ajustamento não se obriga a que a população ajustada seja igual à população observada no ponto $t=0$, isto é, na origem. Para isso seria necessário supor-se $b=0$ ao passo que no ajustamento em causa admitiu-se, expressamente $b \neq 0$.

Quanto ao critério de ajustamento foi adotado inicialmente o dos mínimos quadrados para o A1; depois de ter ajustado também a 2ª função (trinômio de 2º grau) pelo mesmo método verificamos que os resultados não eram satisfatórios, preferindo por isso, um método de pontos escolhidos, de modo a adaptar bem o "trend" geral à ligeira curvatura dos dados observados.

4 3 — Os resultados obtidos acham-se indicados a seguir. A origem dos tempos foi tomada no ponto 1940, 66 575 (isto é, 1º de setembro de 1940) data do ante-penúltimo recenseamento.

Os valores obtidos para os parâmetros foram os seguintes:

$$A-1 \quad F(t) = at + b, \quad a = 0,02198354, \quad b = 0,03964806$$

$$A-2. \quad F(t) = at^2 + bt + c, \quad a = 0,00005, \quad b = 0,0245, \quad c = 0,02$$

Em ambos os casos $N(o) = 41236,3$. As figuras 1 e 2 indicam os pontos observados da função (valores de $n(t)$) com as respectivas linhas ajustadas.

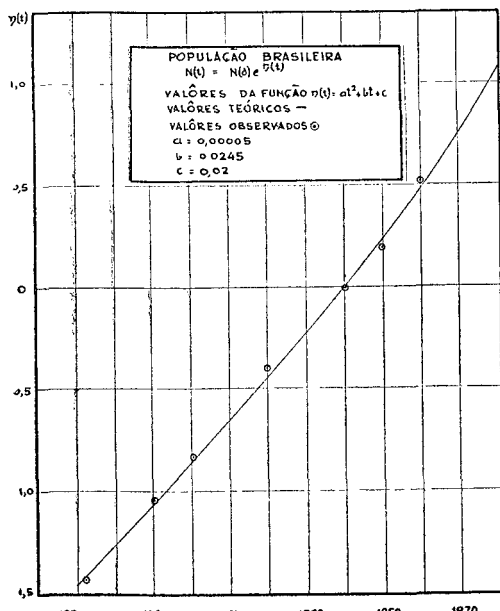


Fig 1

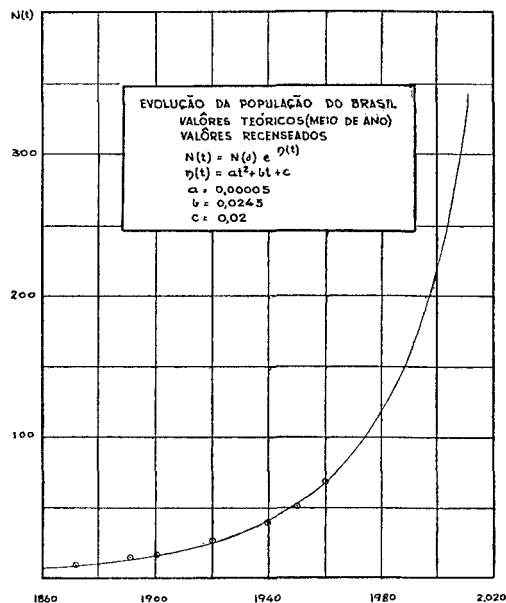


Fig 2

Os valores numéricos das populações ajustadas comparadas com as dos registros censitários acham-se indicados no quadro I.

QUADRO I

DATA DO CENSO	Número de habitantes (milhares)	POPULAÇÕES AJUSTADAS	
		$N(t) = N(O) \cdot e^{at+b}$	$N(t) = N(O) \cdot e^{at2+bt+c}$
1 — VIII — 872	9930,5	9586,5	9984,8
31 — XII — 890	14333,9	14398,7	14095,3
31 — XII — 900	17438,4	17938,9	17221,8
1 — IX — 920	27600,0	27640,9	26293,4
1 — IX — 940	41236,3	42904,1	42069,3
1 — VII — 950	51944,4	53253,8	53783,9
1 — IX — 960	70767,2	66595,6	70057,7

É evidente a superioridade do segundo ajustamento sobre o primeiro, pelo que resolvemos adotá-lo em definitivo, abandonando o outro.

O quadro II fornece as populações, por quinquênios, desde 1865 até 2015, calculadas em 1º de julho. Entre 1965 e 1970, os valores foram calculados ano a ano.

QUADRO II

ANO	Número de habitantes	ANO	Número de habitantes	ANO	Número de habitantes	ANO	Número de habitantes
1860	8137,8	1910	21024,1	1960	69743,1	1970	91345
1865	8847,9	1915	23437,4	1961	71618,4	1975	104932
1870	9644,1	1920	26193,2	1962	73551,4	1980	120841
1875	10538,3	1925	29346,2	1963	75544,2	1985	139511
1880	11544,1	1930	32961,1	1964	77598,7	1990	161409
1885	12677,7	1935	37114,0	1965	79717,1	1995	187349
1890	13957,4	1940	41894,7	1966	81901,5	2000	217992
1895	15404,7	1945	47409,6	1967	84154,1	2005	254120
1900	17044,7	1950	53784,7	1968	86477,4	2010	297070
1905	18906,5	1955	61169,8	1969	88873,7	2015	348151

De acordo com essas estimativas a população do Brasil ultrapassará a casa dos 80 milhões ainda em 1965 e a dos 91 milhões dentro de mais 5 anos. Em 1980 a população brasileira será superior a 120 milhões de habitantes e dentro de 35 anos atingirá os 220 milhões. Notemos, de passagem, o extraordinário crescimento demográfico previsto para o Brasil, neste final de século.

5 — RESULTADOS

5.1 — Com o auxílio das fórmulas (3.2 — 3) e utilizando para $\varphi(t)$ a expressão (3.2 — 4) foram obtidas as taxas de natalidade e de mortalidade indicadas nas colunas 14 e 15 da tabela 2. Os valores obtidos para a natalidade, porém, devem sofrer uma pequena correção: de fato, pelo processo de cálculo adotado as correntes migratórias ficam incluídas nos nascimentos. O cálculo rigoroso dessa correção é praticamente impossível, principalmente se considerarmos as deficiências em matéria de estatísticas das correntes migratórias, bem mais acentuadas ainda quanto às emigrações.

5.2 — Para o período 1860-1940 foi possível obter dados referentes aos imigrantes entrados anualmente no país, mas não quanto às saídas. Em face de estudos do Prof. Mortara e outros, no entanto, foi possível estimar que cerca de 30% dos imigrantes voltam ao país de origem; por outro lado a saída de brasileiros para se fixar no exterior é de fato praticamente desprezível. Por isso, adotamos o critério de que, em cada período quinquenal, entre 1860 e 1940, os imigrantes do quinquênio ficavam reduzidos de 30% dos imigrados no quinquênio anterior. Esses resultados depois de divididos pelas populações calculadas para o meio de cada quinquênio sofreram um ajustamento gráfico, o que permitiu obter a correção desejada. As taxas de natalidade corrigidas acham-se no quadro III; em confronto com as taxas brutas verifica-se que a correção é, em geral, pequena.

QUADRO III

ANO	TAXAS DE NATALIDADE ‰		ANO	TAXAS DE NATALIDADE ‰	
	Brutas*	Líquidas**		Brutas*	Líquidas**
1865	---	---	1915	50,96	48,96
1870	50,41	49,45	1920	50,88	49,12
1875	50,46	48,86	1925	50,69	49,21
1880	50,51	48,55	1930	50,51	49,31
1885	50,58	48,28	1935	49,83	48,95
1890	50,65	48,09	1940	48,34	47,78
1895	50,72	48,16	1945	46,09	45,81
1900	50,81	48,31	1950	44,24	44,24
1905	51,06	48,66	1955	42,63	42,63
1910	51,07	48,83	1960	41,22	41,22

* Sem a correção de imigração

** Com a correção de imigração

Verifica-se que, entre 1870 e 1935 (65 anos), a taxa de natalidade praticamente não variou, oscilando entre o mínimo de 48,09‰ e o máximo de 49,45‰. A partir de 1940, porém de acordo com os cálculos anteriores, ela começou a declinar sensivelmente.

TABELA I

Cálculo dos parâmetros c_0 , c_2 , c_3 e c_4 para o desenvolvimento de $b(t)$

Aplicação de um modelo teórico na reconstituição da demografia brasileira

(1) ANO	(2) Vidas médias (valores básicos)	(3) $c_0 = \alpha_g$	(4) λ_1	(5) λ_2	(6) λ_3	(7) $C_0 = \frac{k_0}{I_g}$	(8) $C_1 = \lambda_1 C_0$	(9) $C_2 = \lambda_1 C_1 - \lambda_2 C_0$	(10) $C_3 = \lambda_1 C_2 - \lambda_2 \lambda_3 C_1 + \lambda_3 C_0$
1870	30	30,00	26,5132	391,3055	4276,387	1374,543	36 443,53347	428 368,4557	-11 285 613,82
1875		30,33	26,6371	393,2375	4269,534	1359,588	36 215,48151	430 034,4163	-11 222 893,88
1880		30,67	26,7610	395,1695	4262,681	1344,516	35 980,59268	431 564,9252	-11 156 513,87
1885		31,00	26,8850	397,1016	4255,828	1330,203	35 762,50766	433 249,2788	-11 093 675,99
1890		31,33	27,0089	399,0336	4248,976	1316,192	35 548,89811	434 931,8021	-11 030 911,81
1895		31,67	27,1329	400,9656	4242,123	1302,062	35 328,71804	436 488,5026	-10 964 495,21
1900	32	32,00	27,2568	402,8976	4235,270	1288,634	35 124,03921	438 181,3660	-10 901 647,42
1905		32,20	27,3282	404,0020	4229,554	1280,630	34 997,31277	439 036,4815	-10 863 098,19
1910		32,6	27,4711	406,2108	4218,122	1264,917	34 718,66110	440 760,9974	-10 786 799,17
1915		33,1	27,6498	408,9718	4208,832	1245,810	34 446,39734	442 034,8360	-10 690 974,59
1920		33,6	27,8284	411,7328	4189,542	1227,271	34 152,98830	445 115,2944	-10 595 261,14
1925		34,2	28,0399	414,9930	4170,962	1205,740	33 808,82903	447 622,5253	-10 480 468,21
1930		34,8	28,2457	418,1472	4149,519	1184,951	33 469,77046	449 893,1527	-10 366 057,89
1935		35,9	28,6231	423,9300	4110,206	1148,643	32 877,72345	454 118,1391	-10 156 278,34
1940		37,9	29,2829	433,9578	4026,764	1088,029	31 860,64140	460 813,3927	- 9 777 161,79
1945	41	41,0	30,2501	448,4829	3875,571	1005,763	30 424,43133	469 274,5832	- 9 196 165,39
1950		44,0	31,1329	461,5753	3712,012	937,189	29 177,41142	475 794,1382	- 8 643 436,72
1955		47,0	31,9529	473,5694	3534,203	877,368	28 034,45197	480 287,4031	- 8 105 145,22
1960	50	50,0	32,728	484,7395	3350,165	824,726	26 991,63253	483 604,8805	- 7 577 432,21

TABELA II

Estimativas das taxas de natalidade e mortalidade

BRASIL

(1) ANO 3016	(2) t	(3) C_0	(4) C_1	(5) $\frac{C_e}{s}$	(6) $\frac{C_s}{6}$	(7) $2at + b$	(8) $(2at + b2 + 2a$
1870	-70,16986	1374,54	36443,5	214184	-1880936	0,01748301	0,000405656
1875	-65,16986	1359,59	36215,5	215017	-1870482	0,01798301	0,000423389
1880	-60,16986	1344,52	35980,6	215782	-1859419	0,01848301	0,000441622
1885	-55,16986	1330,20	35762,5	216625	-1848946	0,01898301	0,000460355
1890	-50,16986	1316,19	35548,9	217465	-1838485	0,01948301	0,000479588
1895	-45,16986	1302,06	35328,7	218244	-1827416	0,01998301	0,000499321
1900	-40,16986	1288,63	35124,0	219091	-1816941	0,02048301	0,000519554
1905	-35,16986	1280,63	34997,3	219518	-1810516	0,02098301	0,000540287
1910	-30,16986	1264,92	34748,7	220380	-1797800	0,02148301	0,000561520
1915	-25,16986	1245,81	34446,4	221467	-1781829	0,02198301	0,000583253
1920	-20,16986	1227,27	34153,0	222558	-1765877	0,02248301	0,000605486
1925	-15,16986	1205,74	33808,8	223811	-1746745	0,02298301	0,000628219
1930	-10,16986	1184,95	33469,8	224947	-1727676	0,02348301	0,000651452
1935	-5,16986	1148,64	32877,7	227059	-1699273	0,02398301	0,000675185
1940	0,16986	1088,03	31860,6	230407	-1629527	0,02448301	0,000699418
1945	4,83014	1005,76	30424,4	234637	-1532694	0,02498301	0,000724151
1950	9,83014	937,189	29177,4	237897	-1440573	0,02548301	0,000749384
1955	14,83014	877,368	28034,5	240144	-1350858	0,02598301	0,000775117
1960	19,83014	824,726	26991,6	241802	-1262905	0,02648301	0,000801350

ANO	(9) $(2at + b)^2 + 6a$	(10) $(2) \times (5)$	(11) $(3) \times (6)$	(12) $(4) \times (5) \times (7)$	(13) $(1) \times (8) + (9) + (10)$	(14) Natalidade $\frac{(11)}{k_0}$	(15) Mortalidade $(12) - (6)$
1870	0,000605656	637,142	86,8850	-19,9166	2078,6504	0,050408	0,032925
1875	0,000823389	651,264	91,0358	-20,9689	2080,9203	0,050463	0,032533
1880	0,000941622	665,030	95,2941	-22,0510	2082,7931	0,050509	0,032026
1885	0,000660355	678,880	99,7244	-23,1775	2085,6269	0,050577	0,031594
1890	0,000879588	692,600	104,294	-24,3423	2088,7417	0,050553	0,031170
1895	0,000899321	705,974	108,974	-25,5373	2091,6350	0,050723	0,030740
1900	0,000719554	719,445	113,830	-26,7792	2095,1258	0,050908	0,030325
1905	0,000740287	734,349	118,603	-28,1236	2105,4584	0,051058	0,030075
1910	0,000761520	746,507	123,748	-29,4115	2105,7635	0,051066	0,029583
1915	0,000783253	757,236	129,171	-30,6800	2101,5370	0,050963	0,028980
1920	0,000905486	767,862	134,756	-31,9796	2097,9084	0,050875	0,028392
1925	0,000928219	777,028	140,602	-33,2492	2090,1208	0,050386	0,027703
1930	0,000851452	785,972	146,542	-34,5443	2082,9197	0,051032	0,027029
1935	0,000875185	788,506	153,307	-35,5293	2054,9237	0,049833	0,025850
1940	0,000899418	780,043	161,151	-35,8829	1993,3411	0,048339	0,023856
1945	0,000924151	760,093	169,913	-35,3870	1900,3790	0,046055	0,021102
1950	0,000949384	743,528	178,276	-34,8520	1824,1410	0,044236	0,018753
1955	0,000975117	728,421	186,140	-34,2260	1757,7030	0,042625	0,016642
1960	0,00100135	714,819	193,768	-33,4907	1699,8223	0,041222	0,014739

a = 0,00005

b = 0,0245

c = 0,02

k° = 41236,3

LEI DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DE PARETO

OSWALDO IÓRIO

1 — A equação de Pareto

Examinando as distribuições da renda de vários países capitalistas, relativas a épocas e instituições sociais diferentes, observou Pareto a existência entre elas de uma notável regularidade estatística. Localizando no eixo das abscissas as rendas x e no eixo das ordenadas o número de pessoas cujas rendas eram iguais ou superiores a x , verificou aquele economista que as curvas representativas das distribuições consideradas muito se assemelhavam entre si, aparentando a forma de hipérboles (V Fig 1), de equação igual a:

$$y = \frac{A}{(x-a)^\alpha} \quad (1)$$

onde:

- a = menor renda observada, a partir da qual se inicia a curva;
- A = constante de proporcionalidade;
- α = parâmetro indicativo do grau de concentração de rendimentos

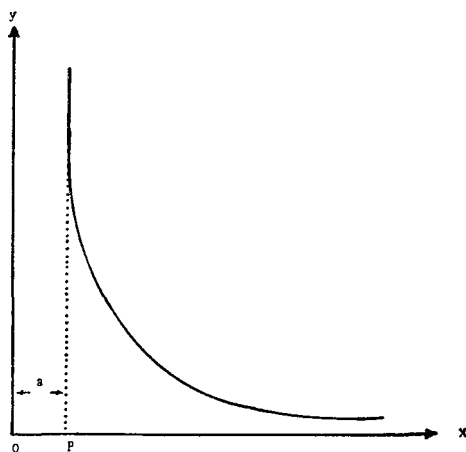


Fig 1

Dessa equação facilmente se deduz que:

1 1) quando x tende para a , y tende para infinito;

1 2) quando x tende para o infinito, y tende para zero, denotando que a curva de Pareto possui duas assintotas: uma para $x=a$ e outra para $y=0$, conforme se ilustra na Fig. 1.

2 — A Equação Simplificada de Pareto

Deslocando-se o eixo das ordenadas paralelamente a si mesmo até o ponto P , correspondente à menor renda observada, resulta $a=0$, assumindo a equação (1) a forma simplificada

$$y = \frac{A}{x^\alpha} \quad \text{ou} \quad y = Ax^{-\alpha} \quad (2)$$

de mais fácil aplicação prática e de uso mais generalizado. Devido a circunstância de se desconhecer, em geral, o número de pessoas de baixa renda, a fórmula de Pareto não é aplicável a níveis de rendas mais baixas, aspecto já salientado anteriormente ao se assinalar que y tende para infinito quando x tende para a .

3 — A Forma Logarítmica da Equação de Pareto

Mediante anamorfose logarítmica, a equação simplificada de Pareto assim se apresenta:

$$\log y = \log A - \alpha \log x \quad (3)$$

cujas representação gráfica, em escala duplamente logarítmica, (V Fig. 2), corresponde a uma linha reta da forma $y = a + bx$, de declividade negativa e coeficiente angular igual a α . Diante da adaptação das distribuições das rendas a linhas retas de igual inclinação, Pareto chegou a pensar estar diante de uma lei natural. De acordo com essa "lei", há uma tendência ine-

vitável para que a renda se distribua de forma constante, a despeito das diferenças existentes nas instituições sociais e da diversidade de tributações ocorridas no tempo e no espaço.

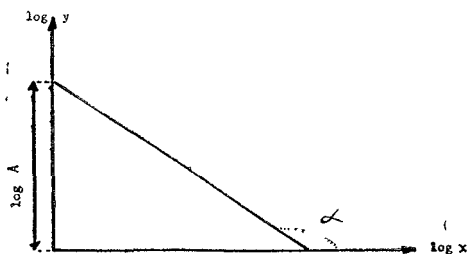


Fig. 2

4 — Grandeza do Parâmetro

Com base nas distribuições de renda examinadas, verificou Pareto que a grandeza do parâmetro α da equação por ele estabelecida oscilava em torno do valor médio 1,5. Esse parâmetro, indicativo da desigualdade de distribuição da renda, mostra que quanto maior o seu valor, tanto mais côncava a hipérbole, e tanto maior a diferença entre as rendas das populações, ou entre os seus vários grupos. Assim, por exemplo, fazendo na equação simplificada, sucessivamente, $\alpha = 1$ e $\alpha = 2$ e atribuindo a A , em ambos os casos, um valor qualquer (digamos, 2), resultam, para valores de x compreendidos de 0 a 10, as curvas representadas na Fig. 3, nas quais se evidencia a maior concavidade da curva correspondente à equação de maior valor de α .

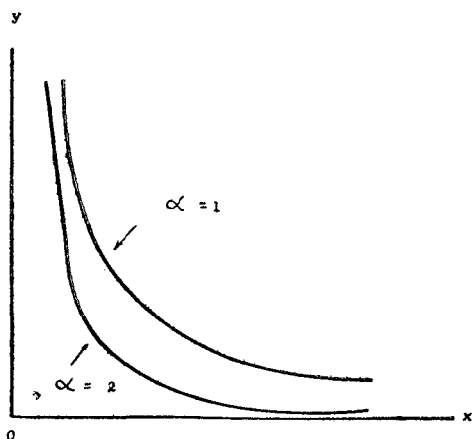


Fig. 3

5 — Propriedades da Curva de Pareto

O parâmetro α da equação (3) corresponde ao coeficiente de elasticidade da função de distribuição da renda (V. item 7).

$$-\frac{d \log y}{d \log x} = \alpha \quad (1)$$

ou seja, a elasticidade do número de pessoas y em relação ao limite mais baixo da renda x . Assim, para $\alpha = 1,5$, se fôr aumentado o limite inferior da renda de 10% (por hipótese, de Cr\$ 10 000 para Cr\$ 11 000), o número de pessoas que percebem Cr\$ 11 000 ou mais será 15% menor do que o número de pessoas que ganham Cr\$ 10 000 e mais.

Torna-se possível, portanto, interpretar o parâmetro α como a elasticidade do decréscimo do número de pessoas que ocorre quando se passa de uma para outra classe de renda mais elevada.

Em todas as observações realizadas no mesmo sentido, verificou-se que α era sempre superior à unidade, valendo dizer que a renda total xy diminui quando x cresce. Esse fato mostra que, ao passar de uma classe de renda baixa para outra mais elevada, tão acentuada é o decréscimo do número de pessoas que a renda total das pessoas de renda igual ou superior a x diminui.

Com efeito, calculando-se a derivada primeira da equação simplificada, obtém-se:

$$\frac{dy}{dx} = -A\alpha x^{-\alpha-1} \quad (5)$$

ou

$$dy = -A\alpha x^{-\alpha-1} dx \quad (6)$$

donde o incremento relativo, representado, no caso, pelo decréscimo do número de pessoas, corresponder a

$$\frac{dy}{y} = \frac{-A\alpha x^{-\alpha-1}}{Ax^{-\alpha}} dx = -\frac{\alpha}{x} dx \quad (7)$$

Esse resultado indica que, atribuindo-se à renda x um acréscimo dx , obtém-se um decréscimo relativo do número de pessoas, aproximadamente, igual a $\alpha dx/x$. No exemplo considerado, aumentando-se o limite inferior da renda de $dx = 1000$, passando-o de 10 000 para 11 000, o decréscimo relativo do número de pessoas é da ordem de

$$\frac{dy}{y} = -\frac{\alpha}{10\,000} \cdot 1\,000 = -\frac{\alpha}{10}$$

ou de 15%, no caso de $\alpha = 1,5$.

Aumentando-se esse novo limite inferior da renda, da mesma quantidade $dx=1000$, o decréscimo relativo do número de pessoas, expresso por

$$\frac{dy}{y} = - \frac{11.000}{1,5} \cdot 1.000 = - \frac{1,5}{11} = 13,7\%$$

configura-se percentualmente menor do que o obtido na passagem da renda de 10 000 para 11 000.

Confirma-se, assim, numericamente o resultado indicado em (7) de que o decréscimo relativo do número de pessoas, à medida que aumenta a renda, é cada vez menor e diminui proporcionalmente à renda.

Dessas considerações conclui-se que o avanço para um grupo de renda mais elevada é mais fácil para as pessoas que alcançaram uma renda maior do que para as pessoas de rendas mais baixas. A facilidade de passar para um grupo de renda maior aumenta proporcionalmente à renda que se possui.

6 — Exemplos de aplicação da "Lei de Pareto"

A fim de salientar a versatilidade do emprego da "Lei de Pareto" são apresentados a seguir alguns tipos de distribuições razoavelmente descritas por ela, ainda que não se refiram a rendas:

6.1) distribuição do número de empresas francesas, segundo a quantidade de operários empregados em 1941;

6.2) distribuição do número de propriedades de terra, cujos proprietários tomaram parte no levante dos jacobinos em 1717, segundo a renda anual dessas propriedades;

6.3) distribuição da população vienense, segundo a distância de Viena em relação ao lugar de procedência do habitante considerado;

6.4) distribuição do número de mortes por difteria, na Inglaterra e País de Gales, nos anos de 1891-1900, segundo a idade dos falecidos;

6.5) distribuições relativas a resultados de exames de matemática, nú-

mero de trabalhos publicados em revistas científicas, eficiência no jogo de golfe, etc.

7 — Coeficiente de elasticidade

Como se sabe, o coeficiente de elasticidade α indica a mudança proporcional que experimenta a função y com respeito à mudança proporcional da variável x .

A expressão matemática da elasticidade é dada por:

$$\varepsilon = \frac{\frac{dy}{y}}{\frac{dx}{x}} = \frac{dy}{y} \cdot \frac{x}{dx} = \frac{dy}{dx} \cdot \frac{x}{y}$$

valendo dizer que o coeficiente de elasticidade α é igual à derivada da função em relação à variável multiplicada pela razão entre a variável e a função.

Aplicando essa fórmula à equação (2), obtém-se:

$$\varepsilon = \frac{d(Ax^{-\alpha})}{dx} \cdot \frac{x}{y} = - \frac{A \alpha x^{-\alpha-1}}{Ax^{-\alpha}} \cdot x = -\alpha$$

resultado idêntico ao obtido mediante derivação logarítmica.

8 — Exemplo de aplicação n.º 1

Ajustar a curva de Pareto à distribuição da renda nos Estados Unidos em 1926, abaixo indicada:

Classes de rendas (em dólares)	N.º de pessoas (em milhares)
1 000 a 5 000	31 796
5 000 a 25 000	1 111
25 000 a 250 000	111
250 000 a 1 000 000	4

Da equação (2), tira-se:

$$\log y = \log A - \alpha \log x$$

de onde se derivam as equações normais:

$$\begin{cases} \sum \log y = n \log A - \alpha \sum \log x \\ \sum \log x \cdot \log y = \log A \sum \log x - \alpha (\log x)^2 \end{cases}$$

cujos dados numéricos figuram no quadro abaixo:

RENDA IGUAL OU SUPERIOR A x	Número de pessoas que recebem renda igual ou superior a x	$\log x$	$\log y$	$\log x \cdot \log y$	$(\log x)^2$
1 000	33,022	3,00000	4,51904	13,55712	9,00000
5 000	1,226	3,69897	3,08849	11,42423	13,68238
25 000	115	4,39794	2,06070	9,06283	19,34188
250 000	4	5,39794	0,60206	3,24988	29,13776
TOTAL	—	16,49485	10,27029	37,29406	71,16202

Substituindo os valores obtidos nas equações normais, vem:

$$\begin{cases} 10,27029 = 4 \log A & -- 16,49485 \alpha \\ 37,29406 = 16,49485 \log A - 71,16202 \alpha \end{cases}$$

de cuja resolução obtém-se:

$$\alpha = 1,610 \text{ e } \log A = 9,20549$$

donde a equação ajustadora:

$$\log y = 9,20549 - 1,610 \log x$$

A fim de calcular as frequências teóricas da distribuição, faz-se necessário atribuir sucessivamente a x , na equação ajustadora, os dados consignados na 1ª coluna do quadro anterior e efetuar as operações indicadas, do que resultam os seguintes valores.

$$\begin{aligned} \text{Para } x &= 1\,000, y = 23741,8 \\ \text{,, } x &= 5\,000; y = 1779,0 \\ \text{,, } x &= 25\,000; y = 133,3 \\ \text{,, } x &= 250\,000; y = 3,3 \end{aligned}$$

9 — Exemplo de aplicação n.º 2

Verificar a adequabilidade da "Lei de Pareto" à descrição da distribuição da renda pessoal no Brasil, no ano de 1955, consignado no Quadro 1

No Quadro 2 acha-se registrado o mínimo de indivíduos que ultrapassam um dado nível de renda.

Para que a "lei de Pareto" se ajuste à distribuição dos rendimentos dados é necessário que os logaritmos de x e os logaritmos de y se disponham em linha reta quando localizados em gráfico logarítmico (ambos os eixos em escala logarítmica).

Acontece, porém, que as transformadas logarítmicas se apresentam, no caso, côncavas em relação à origem, conforme se ilustra na Fig 4, razão pela qual o ajustamento na base da curva de Pareto não oferecerá a aderência desejável.

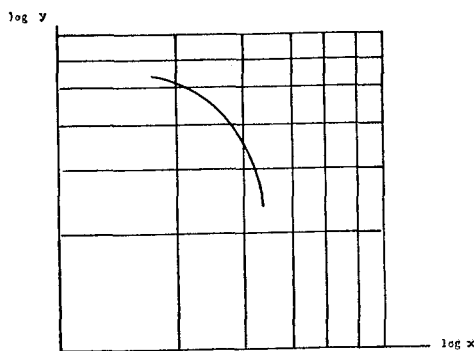


Fig 4

QUADRO 1

Distribuição da renda pessoal no Brasil, no ano de 1955, em milhares de cruzeiros

Renda líquida	Nº de contribuintes	Renda líquida	Nº de contribuintes
60 — 90	47 209	500 — 600	3 506
90 — 120	34 254	600 — 700	2 444
120 — 150	22 941	700 — 1 000	3 626
150 — 200	21 654	1 000 — 2 000	2 722
200 — 300	21 290	2 000 — 3 000	463
300 — 400	10 130	mais de 3 000	242
400 — 500	5 780		

QUADRO 2

Renda líquida (x)	Nº de contribuintes (y)	log x	log y
Acima de 60	176 261	1,77815	5,24616
,, 90	129 052	1,95424	5,11076
,, 120	94 798	2,07918	4,97680
,, 150	71 857	2,17609	4,85647
,, 200	50 203	2,30103	4,70098
,, 300	28 913	2,47712	4,46108
,, 400	18 783	2,60206	4,27377
,, 500	13 003	2,69897	4,11404
,, 600	9 497	2,77815	3,97759
,, 700	7 053	2,84510	3,84837
,, 1 000	3 427	3,00000	3,53491
,, 2 000	405	3,30103	2,84819
,, 3 000	242	3,47712	2,38417

LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO FÍSICA E DE DADOS GERAIS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Pelos Decretos n.ºs 52 449, de 4 de setembro de 1963, e 52 690, de 15 de outubro do mesmo ano, foi constituído, no Conselho Nacional de Estatística, o Grupo Especial de Trabalho para Estatísticas Industriais (GETEI), incumbido de realizar pesquisas que possibilitem a elaboração de índices de crescimento industrial do país

Para atender ao interesse dos estudiosos, a RBE publica, a seguir, as notas metodológicas que orientaram o levantamento da produção física e de dados gerais da indústria de transformação no período 1963/1964, levado a cabo pelo citado Grupo Especial

I — LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO FÍSICA

O objetivo da pesquisa foi o de levantar dados da produção física em 1963 e 1964 que permitissem completar a série de índices de crescimento industrial do País. Em consequência, apenas dois quesitos foram investigados junto ao informante: quantidade e valor da produção de determinados produtos finais da indústria de transformação.

O levantamento da Produção Física e o de Características Gerais da Indústria referem-se aos estabelecimentos que, em algum mês do ano de 1962, ocuparam 5 ou mais pessoas, os quais totalizavam 40 790 estabelecimentos e representavam cerca de 90% do valor da produção total do País (quota observada em 1958).

Com base nas relações sugeridas por entidades consumidoras de estatística, o GETEI preparou uma lista de 116 produtos, cuja produção foi objeto de levantamento. A seleção dos produtos obedeceu aos seguintes princípios.

a) inclusão dos mais representativos, quer quanto à maior participação quantitativa na produção física total, quer em relação à sua importância para o sistema econômico;

b) inclusão de um único produto como representativo de grupos que se situam na mesma faixa de variação;

c) seleção mínima aceitável de produtos, de modo que o número de

estabelecimentos da amostra não alterasse o esquema de atualização das estatísticas.*

Não dispondo dos resultados da produção física para o ano de 1962, serviu como documento básico uma listagem dos primeiros resultados do Registro Industrial de 1962, do MIC, fornecida pelo Serviço de Apuração Mecânica da DLE contendo, para cada subgrupo de produtos, a distribuição dos estabelecimentos segundo classes de valor da produção, tendo sido o estabelecimento classificado de acordo com o principal produto.

Na amostra incluíram-se, sucessivamente, as unidades de maior valor da produção, até atingir parcela ponderável do valor total da produção do subgrupo.

Dos 40 790 estabelecimentos industriais existentes no País em 1962, cerca de 14 729 fabricavam, como principal, o produto selecionado.

A amostra totalizou 3 017 estabelecimentos, representando mais de 90% do valor total da produção industrial dos referidos 14 729 estabelecimentos (essa percentagem, na discriminação segundo gênero de indústria, representa sempre mais de 77% do total correspondente, exceto para os gêneros 15 e 16¹, conseqüentemente, pode-se inferir,

* No levantamento da produção física, adotou-se a terminologia de amostra no sentido definido neste capítulo.

¹ Os códigos 15 e 16 correspondem aos gêneros de indústria da madeira e de móveis.

em virtude da forte correlação que existe entre o valor do produto principal e o total da produção do estabelecimento, que a amostra é representativa do ponto de vista da própria produção física.

O processo adotado, de inclusão dos estabelecimentos na amostra, apresenta naturalmente algumas falhas que serão oportunamente corrigidas, à luz das apurações finais do RI/62

O quadro anexo contém a relação dos produtos investigados e o número de estabelecimentos informantes.

II — LEVANTAMENTO DE DADOS GERAIS DA INDÚSTRIA

O objetivo principal da pesquisa é o de levantar dados que permitam o cálculo do valor adicionado correspondente ao setor da indústria de transformação. Embora fôsse desejável a discriminação por Unidades da Federação, não foi possível efetuar essa etapa, a fim de não retardar o lançamento da pesquisa, razão pela qual foram consideradas, além da amostra nacional, inicialmente prevista pelo GETEI, amostras que permitissem estimativas para onze regiões², segundo gêneros de indústria.

Tendo em vista que a extensão da pesquisa a onze regiões e a 21 gêneros acarretaria laborioso esquema de trabalho, com 231 pesquisas parciais, restringiu-se o levantamento aos gêneros mais importantes, quer quanto à participação no total da produção nacional, quer em relação à sua predominância regional, reduzindo-se, desse modo, as pesquisas a 164, das quais 115 por amostragem e as demais estendidas à totalidade dos estabelecimentos³.

As características investigadas são as seguintes: pessoal ocupado, salários e vencimentos pagos, despesas com as operações industriais, valor dos produtos e serviços industriais e valor dos estoques.

Em relação ao plano de amostragem para a estimativa de Dados Gerais, dispunha-se de valiosa experiência no Conselho Nacional de Estatística — o esquema de amostragem dos Inquéritos Econômicos, elaborado pela Secretaria-

Geral do Conselho, sob a orientação de Thomas Jabine, "Sampling Advisor" do Bureau do Censo dos Estados Unidos. O esquema Jabine, que previa estimativas para o conjunto do País, para cada gênero de indústria, baseou-se nas distribuições dos estabelecimentos existentes em 1957¹ e respectivo valor da produção, segundo classes de operários.

O plano fixava, "a priori", o número de estabelecimentos da amostra em 5 000. Através de um corte na distribuição, foram incluídos, na "classe certa",² todos os estabelecimentos pertencentes às classes de operários cujo valor da produção era superior à média $V/250$, onde "V" designa o valor total da produção do gênero (o divisor 250 representa o número de estabelecimentos de cada gênero se os 5 000 estabelecimentos fôsem igualmente distribuídos pelos 20 gêneros). Subtraindo-se do total de 5 000 os estabelecimentos incluídos na "classe certa", os demais foram selecionados, aleatoriamente, nas "classes incertas"³.

Não se dispondo, simultaneamente, da distribuição segundo classes de operários relativa ao universo de 1962 e a dos estabelecimentos, segundo classes de valor da produção, para que se pudesse fazer, mediante estudos comparativos, uma opção entre as duas, utilizou-se a distribuição segundo classes de valor da produção (em qualquer dos dois esquemas, persiste o problema da representatividade da amostra em relação ao conjunto das demais variáveis a estimar).

Com o objetivo de garantir erros mínimos nas estimativas, procurou-se assegurar elevada participação da "classe certa" no total da produção, estratificando-se "classe incerta" e impondo-se, no dimensionamento da amostra, erros de estimativa de 5% (em alguns casos o erro fixado foi de 10%).

A "classe certa" foi determinada por sucessiva inclusão dos estabelecimentos das classes de maior valor da produção até alcançar percentagem apreciável do valor total da produção

¹ Resultados do RI/57

² Classe de operário constituída de estabelecimentos do universo e que foram totalmente incluídos na amostra. Contrapõe-se às "classes incertas", das quais foram selecionadas amostras.

³ Para a técnica utilizada na distribuição desses estabelecimentos em cada gênero e, depois, nas classes de operários, ver *Levantamento por amostragem, de dados gerais relativos à Indústria de Transformação e ao Comércio Atacadista*, publicação da DLE, de 18 de abril de 1960

² Regiões: I — Compreendendo: RO, AC, AM, RR, PA e AP; II — MA e PI; III — CE, RN, PB, PE, AL e SE; IV — BA; V — MG e ES; VI — RJ; VII — GB; VIII — SP; IX — PR e SC; X — RS; XI — MT, GO e DF

³ Em alguns casos, não foram incluídos, nesse último tipo de pesquisa, estabelecimentos cujo valor global da produção representava percentagem desprezível do valor total do respectivo gênero

de cada gênero ⁴ Em seguida, para o restante da distribuição, estabeleceu-se estratos, tendo a amostra sido dimensionada pelo critério da "locação ótima", princípio que, como se sabe, estabelece que na amostra aleatória estratificada a variância (V^2) da estimativa é menor, para um mesmo tamanho da amostra, quando em cada estrato, a amostra é proporcional à sua variância.

De fato, considerando-se a expressão geral de V^2 :

$$V^2 = \frac{1}{N^2} \sum N_i (N_i - n_i) \frac{S_i^2}{n_i}, \text{ onde}$$

N_i — número de estabelecimentos do i -ésimo estrato; N = número total de estabelecimentos em todos os estratos;

S_i^2 = Variância do i -ésimo estrato, e $n_i = n$ = tamanho da amostra, e introduzindo-se o multiplicador de Lagrange, tem-se a expressão a minimizar:

$$V^e = \lambda (\sum n_i - n) = \frac{1}{N^2} \left(\sum \frac{N_i^2}{n_i} - N_i \right) S_i^2 + \lambda (\sum n_i - n)$$

Diferenciando em relação a n_i e λ igualando a zero, vem:

$$\frac{N_i^2 S_i^2}{N^2 n_i} + \lambda = 0 \quad N_i = \frac{N_i S_i}{N \sqrt{\lambda}}$$

Como $\sum n_i = n$, tem-se $N \sqrt{\lambda}$ e daí

$$N_i = n x \frac{N_i S_i}{\sum N_i S_i}$$

Obtém-se a expressão correspondente à variância mínima substituindo-se os valores na expressão geral:

$$V^2 \min = \frac{1}{N^2} \frac{(\sum N_i S_i)^2}{n} - \frac{1}{N^2} \sum N_i S_i^2$$

O número de estabelecimentos da amostra do Brasil atingiu 3 865 e como a técnica adotada para o levantamento de dados nas regiões foi a mesma, os estabelecimentos da amostra do Brasil participaram da correspondente amostra regional. Em outras palavras, cada amostra Regional foi obtida por complementação do conjunto de estabelecimentos da amostra do Brasil sediados na Região correspondente. O número total de estabelecimentos investigados nas 164 pesquisas foi de 8 607.

⁴ Por apreciável, deve-se entender quotas percentuais da ordem de 70, 80 e 90%, embora, em alguns casos, por razões práticas, essa quota seja inferior a 70%.

RELAÇÃO DOS PRODUTOS INVESTIGADOS E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INFORMANTES

PRODUTOS INVESTIGADOS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INFORMANTES
Minerais não metálicos	
Cal virgem	47
Cal hidratada ou extinta	13
Telhas	17
Tijolos	27
Vidro plano	5
Metalúrgica	
Ferro gusa	120
Aço em lingotes	
Ferro redondo	
Barras diversas	
Perfilados diversos	
Trilhos e acessórios	
Chapas galvanizadas	
Chapas grossas	
Chapas finas a quente	
Chapas finas a frio	
Folhas de flandres	2
Tubos de aço sem costura	
Chumbo (lingotes)	
Alumínio (lingotes)	11
Alumínio laminado	
Fogões não elétricos	
Mecânica	
Caldeiras até 20 toneladas	7
Caldeiras de 20 a 100 t.	6
Caldeiras de mais de 100 t. . . .	2
Turbinas hidráulicas até 5 000 kg . . .	3
Turbinas hidráulicas de mais de 5 000 kg	3
Motores de combustão interna, fixos	5
Mancais de todos os tipos	7
Polias e volantes de todos os tipos	3
Bombas centrífugas e rotativas	26
Fornos industriais, não elétricos:	
Não discriminados	3
A gás	2
A óleo	1
Compressores de ar. . . .	10
Frezadoras até 2 000 kg. . . .	3
Frezadoras acima de 2 000 kg	1
Furadeiras até 1 000 kg	6
Furadeiras de 1 000 a 2 000 kg	1
Plainas para metais até 2 000 kg. . .	4
Plainas para metais acima de 2 000 kg	1
Prensas para metais até 5 000 kg de capacidade	3
Prensas para metais de mais de 5 000 kg de capacidade	4
Serras mecânicas para metais	2
Serras mecânicas para desdóbro de toros	13
Tornos mecânicos até 2 000 kg. . . .	5
Tornos mecânicos de mais de 2 000 até 4 000 kg. . . .	3
Tornos mecânicos de mais de 4 000 kg	2
Fusos para filatórios	2
Teares circulares	1
Teares planos (de alimentação manual)	3
Teares planos (de alimentação automática)	4
Arados (de aiveca)	8
Arados (de discos)	11
Trilhadeiras mecânicas com motor	3
Trilhadeiras mecânicas sem motor	8
Balanças	7
Elevadores (não industriais)	5
Pontes rolantes	6
Talhas e guinchos	15
Máquinas de costura	0
Material elétrico e material de comunicações	
Motores fracionários	4
Motores de 1 cv até 10 cv	4
Motores acima de 10 cv.	3
Transformadores (exclusive para rádios, televisores e semelhantes)	14
Dínamos para veículos	3
Motores de partida (arranque)	3
Baterias e acumuladores para veículos	2
Pilhas secas	4

PRODUTOS INVESTIGADOS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INFORMANTES	PRODUTOS INVESTIGADOS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INFORMANTES
Material elétrico e material de comunicações (continuação)		Química (conclusão)	
Fios de cobre isolados (m)	6	Cêra para assoalho (líquida ou em pasta)	14
Fios de cobre isolados (l)	2	Saponáceos (em tijolo, pasta e pó)	2
Fios de cobre nus	6	Formicidas	2
Lâmpadas fluorescentes	2	Inseticidas (exceto formicidas)	11
Lâmpadas de filamentos	2	Inseticidas sem discriminação	2
Aparelhos de ar refrigerado	3	Tintas à base de água	21
Enceradeiras	7	Tintas à base de óleo	22
Liquidificadores	5	Tintas à base de água e óleo	3
Máquinas de lavar roupa de uso doméstico	6	Tintas sintéticas	33
Refrigeradores (para uso doméstico)	8	Vernizes	32
Rádios receptores de pilha	10	Adubos químicos fosfatados (em termos de P ₂ O ₅)	15
Rádios receptores, exclusive de pilha	10	Adubos químicos-nitrogenados (em termos de N)	12
Televisores	19	Adubos compostos	20
Material de transporte		Perfumaria, sabões e velas	
Motores marítimos	3	Detergentes (para uso industrial)	5
Bicicletas (com ou sem motor)	3	Sabões (para uso industrial)	10
Madeiras		Detergentes (para uso doméstico)	9
Madeira serrada ou desdobrada	333	Sabões (para uso doméstico)	50
Madeira compensada	27	Têxtil	
Madeira laminada	26	Tecidos de algodão, inclusive mesclas com predominância de algodão	66
Madeira folheada	12	Tecidos de lã, inclusive mesclas com predominância de lã	53
Chapas prensadas de fibra e madeira	2	Tecidos de linho e rami	21
Mobiliário		Tecidos de juta	2
Conjuntos de sala	41	Tecidos de fios artificiais (rayon, nylon e outros)	80
Conjuntos de sala sem discriminação	31	Vestuário e calçado	
Conjunto de dormitório	54	Camisas para homem	112
Conjunto de dormitório sem discriminação	25	Camisas para homem não discriminadas	6
Camas avulsas	46	Ternos e costumes para homens	39
Camas avulsas sem discriminação	39	Ternos e costumes para homem não discriminados	35
Mesas de metal	13	Calçados para homens	136
Armários para uso comercial (de metal)	10	Calçados para senhores	92
Arquivos e fichários de metal	15	Alpargatas de pano e fibras	1
Papel e papelão		Produtos alimentares	
Celulose	9	Beneficiamento de arroz	103
Papéis para impressão, exc usive de imprensa ou jornal	17	Farinha de trigo	83
Papel de imprensa ou de jornal	8	Farinha de milho (flocos e bijus) inclusive fubá	53
Papéis para escrever	15	Doces de frutas em massa	41
Papéis para embalagem	22	Frutas em calda (compotas)	28
Papelão liso e corrugado	16	Frutas secas e cristalizadas	18
Couros e peles		Legumes em conserva (exclusive "pickles")	20
Vaquetas	46	Massa ou extrato de tomate	6
Atanados	7	Carne de bovinos frigorificada	34
Cromos	21	Manteiga	83
Carneiras	5	Queijo	96
Pelicas e semelhantes	8	Leite em pó	9
Vernizados	6	Refinação de óleo de algodão	13
Camurças	5	Refinação de óleo de amendoim, soja e milho	9
Couro de porco	4	Preparação de gordura de côco	5
Outros couros	2	Rações balanceadas para bovinos	22
Solas	72	Rações balanceadas para aves	24
Química		Bebidas	
Ácido clorídrico (muriático)	7	Vinho de uva	42
Ácido nítrico (azótico)	2	Aguardente de cana-de-açúcar	95
Ácido sulfúrico	14	Cerveja	26
Cloro	5	Chope	18
Hidróxido de sódio (soda cáustica)	5	Refrigerantes	24
Sulfato de amônio	3	Suco de uvas	2
Taninos	8	Suco de frutas, exclusive de uva	7
Polietileno	2	Fumo	
Polistireno	2	Cigarros	19
Fios de nylon	4		
Fios de rayon	7		
Fósforos de segurança	8		
Óleo bruto de caroço de algodão	22		
Óleo bruto de amendoim	7		
Óleo bruto de babau	14		
Manteiga de cacau	6		
Óleo de mamona	21		

ESTATÍSTICA DE CRIMES E CONTRAÇÕES — ANÁLISE

MÁRIO PEÇANHA DE CARVALHO ✓

1 — Histórico

Em 12 de julho de 1934, pelo decreto n.º 24 689, foi criada a Diretoria de Estatística Geral. Não era uma repartição nova. Foi uma remodelação da antiga Diretoria Geral de Estatística, então subordinada ao Ministério da Agricultura, a qual, com o advento do decreto n.º 19 667, de 4 de fevereiro de 1931, passou à subordinação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, como elemento componente do Departamento Nacional de Estatística, que viveu apenas três anos e poucos meses, tendo sido extinto pelo decreto n.º 24 600, de 6 de julho de 1934.

Nessa mesma data, isto é, 6 de julho de 1934, era também criado, pelo decreto n.º 24 609, o Instituto Nacional de Estatística, com a finalidade de coordenar permanente e sistematicamente todos os serviços estatísticos de interesse geral.

A Diretoria de Estatística Geral se compunha de 3 Seções, ficando uma delas incumbida das estatísticas populacionais, outra das estatísticas morais, administrativas e políticas, e finalmente, a terceira, da compilação da estatística geral da República e, conseqüentemente, da organização do "Anuário Estatístico do Brasil".

O decreto-lei n.º 1 360, de 20 de junho de 1939, transferiu para a Secretaria-Geral do Instituto a elaboração e publicação do "Anuário Estatístico do Brasil", e alterou as denominações das Repartições Centrais do Instituto Nacional de Estatística, transformado pelo decreto-lei n.º 218, de 26 de janeiro de 1938, em *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*.

Dêse modo, a Diretoria de Estatística Geral do Ministério da Justiça e Negócios Interiores passou a denominar-se Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política.

O decreto n.º 16 742, de 6 de outubro de 1944, aprovou o regimento do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política.

As estatísticas levantadas pelo SEDMP continuaram a ser as demográficas, morais, administrativas e políticas com encargos distribuídos por 6 Seções: Demográfica (SD), Moral e Política (SMP), Policial e Judiciária (SPJ), de Estudos e Análises (SEA), de Administração (SA) e de Mecanização (SM).

Em 29 de março de 1965, o decreto n.º 55 875, aprovou novo Regimento do SEDMP, alterando as denominações das Seções e desdobrando-as em Turmas:

Seção de Estudos e Coordenação (SEC),

Seção de Estatística Demográfica (SED),

Seção de Estatística Policial e Judiciária (SEPJ);

Seção de Estatística Moral e Política (SEMP);

Seção de Apuração Mecânica (SAM),

Seção de Administração (SA).

1) Falhas nas estatísticas de Crimes e Contravenções

Uma das atribuições da Seção de Estatística Policial e Judiciária (SEPJ) é a coleta, a crítica e a apuração das estatísticas de crimes e contravenções.

Essa estatística foi implantada no antigo Distrito Federal, nos Estados e nos Territórios pelo decreto-lei número 3 992, de 30 de dezembro de 1941, que substituiu o art. 809, do Código de Processo Penal.

O seu artigo 1.º estabeleceu "As estatísticas criminais, policiais e judiciárias terão por base o "Boletim Individual" que é parte integrante dos processos".

O parágrafo 2.º desse artigo esclarece "O Boletim Individual é dividido em três partes destacáveis. A primeira parte ficará arquivada no cartório policial, a segunda será remetida à repartição incumbida do levantamento da estatística policial e a terceira acompanhará o processo. Transitada

em julgado a decisão final, e, lançados os dados respectivamente, será a terceira parte destacada e enviada: a) no Distrito Federal, ao Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e, b) nos Estados e Territórios, aos respectivos órgãos centrais de estatística”.

O primeiro resultado estatístico baseado nos levantamentos numéricos da delinquência e seus responsáveis, obtidos no decorrer da investigação ou processo criminal, e, posteriormente, depois da decisão judiciária, foi dado a lume, em livro, em 1948, referindo-se à apuração de dados de 1942, relativos ao antigo Distrito Federal.

O então diretor do SEDMP, Doutor Heitor Bracet, que idealizou e iniciou a divulgação dessa estatística, forneceu explicações sobre o aparente atraso da publicação na “Apresentação” do 1º volume.

Declarou que, *“apesar da fatalidade dos prazos marcados pelo Código, inúmeros processos sofrem delongas inevitáveis e só muito tempo depois de iniciados, transita em julgado a decisão proferida”*.

A demora, portanto, que se vem verificando na divulgação, não tanto quanto aconteceu com o primeiro livro, mas a que se observa, isto é, de 3 ou 4 anos, se pode ser apontada, por alguns, como uma das falhas da estatística de crimes e contravenções, tem no entanto, a sua plausível explicação.

Duas outras falhas, assim consideradas pelo Desembargador Nélson Hungria, numa apreciação feita em 1947, são a omissão de alguns dados informativos, como os referentes à situação econômica e aos antecedentes judiciais.

Sem alinhar como falha a possibilidade do eventual descuido da remessa ao SEDMP da terceira parte do “Boletim Individual”, que, muitas vezes, nas Varas Criminais dorme um sono prolongado, necessitando ir alguém buscá-lo, julgo que a principal falha, a que pode ser considerada uma grande falha é a falta de apuração dessa estatística policial-judiciária nas Unidades da Federação, excetuando-se a valente Paraíba, que a vem divulgando desde 1956, e o Estado de São Paulo.

E não se diga que não tem havido apelos, recomendações, oferecimento de ajuda etc., por parte do Dr. Rubens Pôrto, atual Diretor do SEDMP. Infelizmente, tudo tem sido em vão.

2) Critérios de classificação

O Código do Processo Penal, aprovado pelo decreto-lei nº 3 689, de 3 de outubro de 1941, instituiu o “Boletim Individual” que seria o instrumento

destinado a coletar os dados necessários aos levantamentos estatísticos da delinquência e seus autores.

Mas, entrando em vigor, a 1.º de janeiro de 1942, o Código do Processo Penal sofria modificação com a substituição do art. 809, pelo texto estabelecido no decreto-lei nº 3 992, de 30 de dezembro de 1941, com alteração do “Boletim Individual”.

O critério de classificação dos Crimes e das Contravenções tem sua base estabelecida pela natureza dos delitos e das contravenções, de acordo com os artigos do Código Penal.

Assim, a natureza dos crimes é catalogada, conforme os delitos em espécie, apurando-se o total de crimes e o total de indiciados:

- 1 contra a pessoa
- 2 contra o patrimônio
- 3 contra a propriedade material
- 4 contra a organização do trabalho
- 5 contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos
- 6 contra os costumes
7. contra a família
8. contra a incolumidade pública
9. contra a paz pública
10. contra a fé pública
11. contra a administração pública
12. contra a economia popular
13. Crimes diversos (contra o Estado e a Ordem Pública, Social e Florestais)

Cada incidência ou natureza dos crimes foi subdividida de acordo com os delitos em espécie, estabelecidos pelos artigos do Código Penal. Assim: crimes contra a pessoa — homicídios (Art. 121 e parágrafos), lesões corporais leves (Art. 129 e parágrafo 5.º), lesões corporais graves (Art. 129, parágrafos 2.º e 3.º), crimes culposos (Arts. 121, parágrafo 3.º e 129, parágrafo 6.º), aborto provocado (Arts. 124 e seguintes), crimes contra a honra (Arts. 138 a 140 e decreto nº 24 776, de 1934), violação do domicílio (Art. 150).

A apuração vem sendo efetuada no Distrito Federal, hoje Estado da Guanabara, desde 1942, conforme as características dos indiciados e acusados, isto é, sexo, nacionalidade, idade, cor, estado civil, situação de família, instrução, naturalidade dos brasileiros e brasileiros naturalizados.

Também se apuram os crimes conforme as profissões dos indiciados e acusados, isto é: produção primária e industrial, transportes, comércio, administração, profissões liberais e diversas.

O mesmo esquema de apuração é estabelecido, ainda atendendo aos res-

pectivos artigos do Código Penal, para os *Crimes Contra o Patrimônio, Crimes Contra a Propriedade Imaterial etc.*

As contravenções são apuradas, de acordo com a natureza das mesmas, compreendendo também o total de contravenções e o total de contraven- tores.

1. referentes à pessoa
2. referentes ao patrimônio
3. referentes à incolumidade pública
4. referentes à paz pública
5. referentes à fé pública
6. referentes à organização do trabalho
7. referentes à polícia de costumes
8. referentes à administração pública
9. contravenções diversas (economia popular, preconceitos de cor e raça e florestais)

Note-se que até 1946 fazia-se concomitantemente, a apuração dos dados referentes a menores, que foi depois suspensa por solicitação do Juizado de Menores

Atendendo, ainda, como foi feito para os crimes, aos artigos do Código Penal, as contravenções são apuradas segundo o esquema seguinte: *Contravenções Contra a Pessoa* — porte de armas (Art 19), vias de fato (Art 21), outras (Arts 18, 20, 22 e 23).

A apuração, efetuada desde 1942, se faz conforme as características individuais dos contraventores e respectivas profissões: sexo, idade, nacionalidade etc

Também é objeto de apuração pelo SEDMP o movimento dos inquéritos e processos, na justiça comum, relativos a crimes e contravenções, obtendo-se o total de inquéritos apreciados e o total de pessoas implicadas, com detalhes, segundo os delitos em espécie e características pessoais.

Finalmente, dois quadros são apresentados, contendo as penas privativas de liberdade e as penas de multa, impostas pela justiça do Estado da Guanabara, por contravenções diversas

3) *Relações entre os totais das apurações*

O livro de crimes e contravenções — 1959, fornece às páginas 7 e 47, os totais seguintes:

<i>Autores</i>	
Crimes	15 768
Contravenções	7 068
Total	22 836

Nº de crimes e contravenções

Crimes	13 370
Contravenções	6 299
Total	19 669

As apurações da estatística de crimes e contravenções, relativas ao ano de 1959, nos mostram a relação dos autores perante a justiça comum e o número de crimes que é igual a 118 para cada grupo de 100.

Da mesma forma, a relação entre os autores e o número de contravenções, que é igual a 112 para cada grupo de 100

A relação entre o total de infrações penais e contravencionais é 116 para cada grupo de 100.

A relação entre o total de autores de crimes e contravenções e o total de autores só de crimes é 145 para cada grupo de 100. Da mesma maneira, a relação entre o total de autores de crimes e contravenções e o total de autores só de contravenções é 323 para cada grupo de 100

A relação entre o total de infrações penais e contravencionais e o total só de crimes é 147 para cada grupo de 100. Da mesma forma, a relação entre o total de infrações penais e contravencionais e o total só de contravenções é 312 para cada grupo de 100

4) *Predominância dos autores do sexo masculino*

Relativamente aos crimes, verifica-se a alta predominância do sexo masculino, pois os totais revelam:

95,6% de homens
4,4% de mulheres

Quanto às contravenções, encontra-se ainda a mesma predominância:

96,2% de homens
3,8% de mulheres

5) *Percentagens de alguns delitos em espécie, em relação ao total de indiciados*

Procurando-se saber a relação percentual entre o total de autores de crimes, ocorridos em 1959, e os totais de indiciados, referentes a alguns delitos em espécie, tem-se,

Crimes contra a pessoa: 58%
Crimes contra o patrimônio: 20%
Crimes contra a economia popular: 11%
Crimes contra a incolumidade pública 4%
Contra a administração pública: 3%

Observação — Cabe aqui uma ressalva: o total de indiciados não representa taxativamente o total de criminosos, pois, muitos dos autores poderão ser declarados inocentes.

6) *Crimes contra a pessoa — Percentagens dos principais delitos, em relação ao total de indiciados*

Destacam-se, entre os crimes contra a pessoa, os delitos relativos a lesões corporais (5 265) e crimes culposos (3 160)

São as seguintes as percentagens entre o total de indiciados e os totais de autores desses delitos:

Lesões corporais . . .	58%
Crimes culposos . . .	35%

7) *Idade média dos autores de crimes contra a pessoa*

Um dos característicos individuais que permitem aos sociólogos estudar a possível influência etária sobre a praticabilidade dos delitos poderá ser calculado estatisticamente, e será a idade média dos autores de crimes contra a pessoa

Desprezando as duas últimas indicações que fazem ao estabelecimento de um intervalo de classe, tem-se, tirando os dados da página 7, do livro em estudo

Lesões corporais

x (idades)	x _i (pontos centrais)	Z (pessoas)	a = x - x ₀	aZ
18 a 21 anos	19,5	571	-13,5	-7 708
22 a 25 >	23,5	1016	-9,5	9 652
26 a 30 >	28,0	1243	-5,0	6 215
31 a 35 >	33,0	815	0	0
36 a 40 >	38,0	570	5	2 850
41 a 45 >	43,0	326	10	3 260
46 a 50 >	48,0	223	15	3 345
—	—	ΣZ=4764	—	ΣaZ=-14 120

Adotando-se x = 33,0, obtém-se.

$$\begin{aligned} \text{Média aritmética} &= x_0 + \frac{\sum aZ}{\sum Z} = 33 + \\ &+ \frac{-14\,120}{4\,760} = 33 - 2,98 = 30 \text{ anos aproximadamente} \end{aligned}$$

o que mostra, realmente, estar a maior incidência de delitos correspondendo aos indivíduos que possuíam 30 anos.

Ainda observando os crimes contra a pessoa, pode-se fazer a mesma pesquisa, isto é, procurar a idade média

dos autores, relativamente aos crimes culposos:

Crimes culposos

x (idades)	x _i (pontos centrais)	Z (pessoas)	a = x - x ₀	aZ
18 a 21 anos	19,5	162	-13,5	-2 187
22 a 25 >	23,5	414	-9,5	-9 652
26 a 30 >	28,0	671	-5,0	-3 355
31 a 35 >	33,0	568	0	—
36 a 40 >	38,0	406	5	2 030
41 a 45 >	43,0	292	10	2 920
46 a 50 >	48,0	177	15	2 655
—	—	ΣZ=2 690	—	ΣaZ=-7 589

Escolhendo para o x₀ o valor 33,0, tem-se,

$$\begin{aligned} \text{Média aritmética} &= 33 + \frac{-7\,589}{2\,690} = 33 - \\ &- 2,82 = 30 \text{ anos aproximadamente} \end{aligned}$$

8) *Presença de autores de crimes contra a pessoa, naturais das Unidades da Federação*

Percentualmente, são as seguintes as incidências mais importantes:

Cariocas	40%
Fluminenses	18%
Mineiros	10%

9) *Nº de estrangeiros, que praticaram crimes contra a pessoa*

Num total de 1 579 estrangeiros delituosos, excluindo-se a parcela referente a "sem especificação", verifica-se que as ocorrências principais pertencem a:

Portugueses	69%
Espanhóis	6%

10) *Índice de criminalidade entre brancos, prêtos e pardos*

O índice de criminalidade pesquisado em relação à população da Guanabara é:

Branços	1,8/1 000 hab.
Prêtos	0,3
Pardos	0,5

A percentagem relativamente ao total de indiciados é:

62% de brancos
13% de prêtos
19% de pardos

11) *Influência do grau de instrução*

Apreciando a influência do grau de instrução, os indiciados apresentam

a seguinte percentagem, nos delitos contra a pessoa:

Com instrução primária	78%
Com instrução secundária	4%
Sem instrução	9%

12) *Principais tipos de crimes contra o patrimônio — Percentagens dos principais delitos, em relação ao total de indiciados*

São os seguintes os índices percentuais

Furto	57%
Roubo	10%
Estelionato	16%

b) *Idade média dos autores dos furtos*

x (idades)	x _i (pontos centrais)	Z (pessoas)	a = x - x ₀	aZ
18 a 21 anos	19,5	572	-3,5	-4 862
22 a 25 >	23,5	449	-4,5	-2 020
26 a 30 >	28,0	345	0	0
31 a 35 >	33,0	158	5	790
36 a 40 >	38,0	89	10	890
41 a 45 >	43,0	31	15	465
46 a 50 >	48,0	29	20	580
—	—	ΣZ = 1 673	—	ΣaZ = -4 157

Adotando-se para x_0 o valor 28, tem-se a

$$\text{Média aritmética} = 28 + \frac{-4157}{1\ 673} = 28 - 2,5 = 25,5 \text{ anos}$$

Confrontando a idade média dos que cometem furtos com a idade média dos autores de crimes contra a pessoa, na espécie de lesões corporais, vê-se que é menor, isto é, 25,5 anos a idade média dos que praticam furtos, enquanto a idade média dos que praticam lesões corporais gira em torno dos 30 anos.

13) *A participação dos brasileiros e portugueses nos crimes contra a economia popular*

Verificou-se essa participação em 1959, na seguinte percentagem:

Brasileiros, em relação ao total de crimes	45%
Portugueses, em relação ao total de estrangeiros	92%
Portugueses, em relação ao total de crimes	55%

14) *Contravenções e n.º de autores, referentes à Polícia de costumes*

O total de contravenções em 1959 foi igual a 6 299. O n.º de autores, referentes à polícia de costumes foi 5 199. A relação percentual entre esses totais é de 82%, o que mostra a grande quantidade dessa espécie de contravenções.

Em relação às contravenções, referentes a pessoa, tem-se a percentagem de 20%

15) *Resumo e conclusões*

a) Inicialmente, releve lembrar que o estudo feito em relação às apurações de 1959, para o antigo Distrito Federal, cresceria de significação para os estudiosos das estatísticas penais, se tivesse o SEDMP apurações referentes a todas as Unidades da Federação, que pela lei são obrigados a executá-las.

b) Nota-se que o número de autores, tanto de crimes como de contravenções, é mais elevado que os números de crimes e de contravenções, respectivamente, mostrando que há infrações penais que têm mais de um autor

c) Os homens cometem mais crimes e contravenções que as mulheres.

d) A maior percentagem de crimes verificou-se contra a pessoa, (58%), enquanto a maior percentagem de contravenções, é a referente à polícia de costumes (82%).

e) A idade perigosa para os crimes e para as contravenções, situa-se entre os 25,5 e os 30 anos conforme as idades médias, encontradas pelo cálculo estatístico.

f) Entre os estrangeiros, os que mais se destacaram na prática de crimes contra a pessoa, foram os portugueses, enquanto a maior incidência entre os homens, quanto à cor, se verificou entre os brancos, seguidos dos pardos. Como é natural, o grau de instrução também tem influência decisiva para mostrar que 78% dos indiciados de crimes contra a pessoa têm instrução primária, enquanto 4% têm instrução secundária.

g) Entre os contraventores, destacam-se os que se dedicam ao furto, com 57%, seguindo-se os de estelionato, com 16%.

h) As infrações contravencionais referentes à polícia de costumes e o número de autores têm a percentagem de 82%, indicando a preferência dos infratores.

LEIS E DECRETOS FEDERAIS

DECRETO N.º 58 226, DE 20 DE ABRIL DE 1966

Cria Grupo de Trabalho destinado a estudar a formulação do Plano Nacional de Estatística.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art 87, item I, da Constituição Federal, e

Considerando que o levantamento regular de um conjunto de estatísticas básicas constitui condição indispensável para a formulação, execução e controle da execução da política econômica e social do Governo;

Considerando que deve caber ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, diretamente ou através de convênios, o levantamento daquelas estatísticas básicas, que constituirão o Plano Nacional de Estatística, decreta:

Art. 1º — Fica criado, junto ao Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, um Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar a formulação do Plano Nacional de Estatística e propor as medidas de caráter executivo ou legislativo destinadas a permitir sua realização em caráter sistemático

Art. 2º — O Grupo de Trabalho será coordenado pelo Secretário-Geral do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, do Ministério do Planejamento, e terá como membro

a) O Capitão-de-Mar-e-Guerra (IM) Horácio Auler, do Estado-Maior das Forças Armadas,

b) um representante do Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais;

c) o Doutor Sebastião Aguiar Ayres, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística;

d) o Doutor Eduardo da Silveira Gomes Júnior, Chefe do Departamento Econômico do Banco Central da República do Brasil,

e) o Doutor Isaac Kerstenetzky, Diretor de Pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia (Fundação Getúlio Vargas);

f) o Doutor Arthur Ferreira, Chefe do Escritório Regional da SUDENE, em Salvador

Art 3º — O Grupo de Trabalho apresentará o relatório de seus trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias, ouvidas as sugestões dos principais órgãos do sistema estatístico e das principais entidades usuárias de estatísticas

Art 4º — O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Brasília, 20 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República

H CASTELLO BRANCO
Octávio Gouveia de Bulhões
Roberto Campos
Oswaldo Cordeiro de Farias

DECRETO N.º 58 395, DE 10 DE MAIO DE 1966

Dispõe sobre a realização das Assembleias-Gerais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1966

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição Federal, decreta:

Art 1º — As Assembleias-Gerais do Conselho Nacional de Geografia e do Conselho Nacional de Estatística, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, serão realizadas, no corrente ano, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, durante o mês de junho

Art 2º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Brasília, 10 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República

H CASTELLO BRANCO
Oswaldo Cordeiro de Farias

LEI N.º 5 037, DE 17 DE JUNHO DE 1966

Extingue, no Ministério da Saúde, o Serviço Federal de Bioestatística do Departamento Nacional da Saúde e o Serviço de Estatística do Departamento Nacional da Criança, e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam extintos, no Ministério da Saúde, o Serviço Federal de

Bioestatística do Departamento Nacional da Saúde e o Serviço de Estatística do Departamento Nacional da Criança cujas atribuições, acervo, dotações e pessoal são transferidos ao Serviço de Estatística da Saúde do mesmo Ministério.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República

H. CASTELLO BRANCO
Raymundo de Britto

RESOLUÇÕES DA JEC

RESOLUÇÃO JEC-877, DE 11 DE MAIO DE 1966

Abre Crédito Especial de Cr\$ 9 479 237 para atender a pagamento de despesa de exercícios de 1964 e 1965.

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando a proposição n.º 2 do Serviço Econômico e Financeiro da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística (protocolo n.º 4 569/66), na qual se acham relacionados os processos ns 14 704/64, 17 202/64, 9 908/65, 16 067/65, 16 444/65, 16 458/65, 463/66, 1 240/66, 2 378/66, 2 382/66, 2 383/66, 2 385/66, 2 387/66, 2 388/66, 2 390/66, 2 391/66, 2 394/66, 2 606/66, 2 607/66, 2 608/66, 2 610/66, 2 611/66, 2 612/66, 2 613/66, 2 614/66, 3 763/66, 3 764/66 e 3 765/66, referentes a despesas com transportes de encomendas, material de consumo, telefones, taxas de serviços municipais, assistência social e anuidades, realizadas durante os exercícios de 1964 e 1965, no total de .. Cr\$ 9 479 237 (nove milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, duzentos e trinta e sete cruzeiros);

considerando que, por aludirem a exercícios anteriores, tais despesas só poderão correr à conta de crédito especial,

RESOLVE.

Artigo único — Fica aberto, pela Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, mediante destaque dos recursos existentes na conta "Convênios Nacionais de Estatística Municipal", o Crédito Especial de Cr\$ 9 479 237 (nove milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, duzentos e trinta e sete cruzeiros), destinados a atender despesas de exercícios de 1964 e 1965, na conformidade do processo n.º 4 569/66.

RESOLUÇÃO JEC-878, DE 25 DE MAIO DE 1966

Abre Crédito Especial de Cr\$ 150 000 000 para atender à aquisição do prédio situado na Rua Francisco Eugênio ns. 94 e 94-A

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando a conveniência de manter o Serviço de Coleta da Diretoria de Levantamentos Estatísticos instalado no local em que se encontra, na Rua Francisco Eugênio ns 94 e 94-A,

considerando que o prazo de locação do imóvel, improrrogável conforme cláusula contratual, exigiria a entrega do mesmo em julho do corrente ano,

considerando que em vista das dificuldades existentes para prorrogação do contrato de locação ou transferência do Serviço, tornou-a aconselhável a aquisição do imóvel, nos termos do despacho do Sr. Presidente às fls 15v do processo n.º 12 785/64;

considerando que o preço oferecido pelo proprietário — Cr\$ 130 000 000 — é razoável em face da avaliação procedida pelo Grupo Especial de Trabalho — Cr\$ 133 455 000, segundo laudo de fls 33 e 34 do mesmo processo;

considerando a necessidade de se prever recursos destinados a atender às despesas decorrentes da aquisição, estimadas em Cr\$ 20 000 000;

considerando, finalmente, não consignar o orçamento vigente do Conselho Nacional de Estatística dotação específica para aquisição de imóveis,

RESOLVE:

Artigo único — Fica aberto pela Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, mediante destaque de recursos existentes na conta "Convênios Nacionais de Estatística Municipal", o crédito especial de Cr\$ 150 000 000 (cen-

to e cinqüenta milhões de cruzeiros), destinado à aquisição do prédio situado na Rua Francisco Eugênio ns. 94 e 94-A, no Estado da Guanabara e demais despesas decorrentes da operação

RESOLUÇÃO JEC-879, DE 6 DE JUNHO DE 1966

Dispõe sobre a reformulação do Caderno "A", das Campanhas Estatísticas, e dá outras providências

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando que já se faz necessária, à luz da experiência, a reformulação do Caderno "A" das Campanhas Estatísticas, para que sejam aproveitados de forma racional e regular os elementos coletados, por meio daquele instrumento, na elaboração e permanente atualização de cadastros concernentes às atividades que constituem objeto de indagação estatística no país;

considerando que nesse sentido se firmam as conclusões a que chegou a Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas (CTRACE), no curso de seus estudos sistemáticos sobre a estrutura, métodos, processos e funcionalidade dos inquéritos a cargo do Conselho;

considerando que cadastros metodicamente organizados e cuidadosamente mantidos em dia são imprescindíveis, como fonte essencial e básica de documentação e informação, para o planejamento e execução dos levantamentos regulares de estatística,

RESOLVE:

Art. 1.º — É tornado obrigatório o uso das Fôlhas do Caderno "A" das Campanhas Estatísticas, para efeito da elaboração e revisão geral dos cadastros das unidades estatísticas de levantamento dos assuntos constantes do plano geral das Campanhas.

Art. 2.º — Ficam extintas as atuais "Fôlhas de Arrolamento Completo" e "Fôlhas de Atualização de Cadastro", as quais serão substituídas por formulários únicos de coleta, as "Fôlhas de Cadastro", que constituirão o Caderno "A" das Campanhas Estatísticas.

Art. 3.º — Na "Fôlha de Cadastro" não poderão ser incluídos quesitos de natureza dinâmica

Art. 4.º — O Arrolamento Completo das unidades estatísticas de levantamento, para efeito de elaboração e revisão geral dos cadastros, será procedido nos anos terminados em 4 e 9, de referência das Campanhas, ou 3 e 8, de referência dos dados.

Art. 5.º — Nos anos para os quais o Arrolamento Completo não esteja

programado, caberá à Inspetoria Regional de Estatística preencher, com base nas informações prestadas pelas Agências Municipais, quatro vias de cada "Fôlha de Cadastro" em que hajam ocorrido alterações no universo das unidades estatísticas de Levantamento, relativamente ao ano imediatamente anterior ao da Campanha em desenvolvimento.

Parágrafo único — As quatro vias das "Fôlhas de Cadastro" alteradas, acima referidas, destinam-se, respectivamente, ao Órgão Central Federal interessado no assunto, à Agência Municipal de Estatística encarregada da coleta de dados de lugar em que a alteração se tenha verificado, ao Departamento Estadual de Estatística e à própria Inspetoria

Art. 6.º — A Secretaria-Geral do Conselho submeterá, oportunamente, à consideração da Junta Executiva Central, para exame e aprovação, um "Boletim de Alterações de Cadastro", no qual as Agências Municipais deverão registrar as alterações verificadas no universo municipal das unidades de levantamento sob seu controle.

Art. 7.º — A utilização do Caderno "A" das Campanhas, para efeito da elaboração e revisão geral dos cadastros, compreende todos os assuntos incluídos nos Anexos I e II das mesmas Campanhas, excluídos, contudo, os assuntos cujos cadastros devam ser organizados com base em registros obrigatórios estabelecidos por legislação específica.

Art. 8.º — Em princípio, para cada questionário da série "Q" das Campanhas Estatísticas deverá existir a correspondente fôlha do Caderno "A"

Art. 9.º — Ressalvados os casos excepcionais, tôdas as unidades estatísticas de levantamento, para as quais seja exigido o preenchimento do questionário da série "Q", deverão constar obrigatoriamente do Cadastro organizado com base no Caderno "A".

Parágrafo único — A Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas (CTRACE) deverá estudar os casos em que seja contra indicada a implantação de cadastro para determinados assuntos compreendidos nas Campanhas e apresentar, para homologação da Junta Executiva Central até fins de setembro do ano em curso, a relação dos inquéritos a serem incluídos da obrigatoriedade prevista neste artigo e no artigo 8.º da presente Resolução.

Art. 10 — A Secretaria-Geral do Conselho providenciará, a seu tempo, a elaboração e permanente atualização de cadastros para todos aqueles assuntos que, por força de acôrdos e convê-

nios firmados ou de entendimentos estabelecidos, estejam ou venham a ficar sob a sua direta responsabilidade.

Art 11 — Fica incorporada à presente Resolução, como anexo, por se tratar de documento digno de estudo pelas observações que contém e conclusões que define, o Relatório da Subcomissão da Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas (CTRACE), incumbida do estudo e reformulação do Caderno "A" das referidas Campanhas

RELATÓRIO

Subcomissão incumbida do estudo da Reformulação do Caderno "A" das Campanhas Estatísticas.

A reformulação do Caderno "A" não é um problema pela vez primeira tratado no seio da CTRACE. Pelo contrário, algumas vezes projetou-se como centro de debates nessa Comissão Técnica, pelo conhecimento universal de que esse instrumento de coleta estava longe de cumprir os reais objetivos para os quais fôra criado.

Com efeito, instituído para servir de base aos cadastros que se fazem necessário organizar nos Serviços federais e estaduais de estatística, na realidade, deixou de constituir o elemento básico desses cadastros, para transformar-se quando algum aproveitamento dêle se faz no próprio cadastro das unidades estatísticas de levantamento dos assuntos incorporados no plano nacional das Campanhas

Nestas condições, a medida dessa realidade fica dependendo, apenas, do maior ou menor zelo do agente municipal de estatística, ao preenchimento das folhas do Caderno "A" e, mais do que isto, da maior ou menor eficácia com que o conjunto dessas folhas venha a representar o universo das unidades estatísticas de levantamento

Afora êste problema, que está na consciência de todos, outros mais existem de importância não menor, igualmente relacionados com o Caderno "A".

Um deles é o da freqüente não utilização do Caderno "A" pelos órgãos do sistema estatístico, para efeito da organização e atualização dos respectivos cadastros. Neste particular, vale referir-nos não somente aos assuntos que integram o Anexo I como, também, aos compreendidos no Anexo II, das Campanhas.

Um outro problema, não menos importante, é o que se relaciona diretamente com o custo anual do levantamento desse Caderno "A", mesmo quando, conforme já foi esclarecido, é ele racionalmente aproveitado dentro do esquema estabelecido. Esse custo,

convém registrar, não foi minimizado dentro do mesmo esquema, devendo, por isso mesmo, ser estudado para situá-lo dentro dos limites da razão e do bom senso. A minimização dos custos do Caderno "A" só poderá traduzir-se em benefícios para o próprio sistema, porquanto possibilitará ao mesmo, com a eliminação de gastos vultosos e supérfluos, investimentos produtivos maiores em campos ainda não explorados ou insuficientemente explorados e em pesquisas especiais tempestivas, dentro ou mesmo fora da cobertura dos Anexos I e II, das Campanhas.

Assim, sob prismas diferentes, pôde a CTRACE levar a efeito o estudo do Caderno "A" das Campanhas Estatísticas, procurando, na medida do possível, sugerir algumas modificações na estrutura do documento em aprêço e na mecânica de seu levantamento, a fim de torná-lo realmente útil aos propósitos, que determinaram a sua instituição

Assim, *considerando* — que pela Convenção Nacional de Estatística os Órgãos Centrais Federais e Estaduais de Estatística assumiram obrigações com a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, entre as quais a de organizar as estatísticas sob sua jurisdição, segundo métodos adotados pelo mesmo Conselho ou por êle indicados como sendo os mais aconselháveis,

— que pela Resolução AG-705, de 20 de junho de 1957, que criou a Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas (CTRACE), cabe a essa Comissão estudar os inquéritos e levantamentos estatísticos, seus instrumentos de coleta, âmbito, periodicidade, métodos e sistematização;

— que não só em congressos e seminários nacionais e internacionais como, e principalmente, pela Assembléia-Geral do Conselho foram amiúde registradas a importância e significação dos cadastros para o levantamento das estatísticas a cargo do sistema do Conselho;

— que alguns Serviços Federais de Estatística e bem assim alguns Departamentos Estaduais de Estatística vêm adotando as recomendações emanadas das citadas Assembléias, mas que, de outro lado, outros não o fazem,

— que para êsse fim, necessário se faz a fixação de normas para todo o sistema estatístico, pois que sem a organização de cadastros atualizados e que cubram a universalidade das unidades estatísticas de levantamento não é possível se disporem de informações concretas, seja quanto ao grau de fidedignidade das estatísticas levantadas

com base nesses instrumentos, seja acêrca da real cobertura dessas estatísticas;

— que a aplicação da técnica de amostragem aos levantamentos das estatísticas necessárias ao planejamento nacional e regional é uma função da existência desse cadastro;

— que é de alta relevância para o sistema estatístico brasileiro conseguir, concomitantemente com o preenchimento dessa lacuna, a minimização dos gastos decorrentes de sua implantação e atualização permanente,

— que os cadastros devem constituir a base de todo levantamento estatístico sendo o Caderno "A" o instrumento necessário à execução e atualização desses cadastros,

— que apenas 10% dos municípios brasileiros, em média anual, apresentam modificações nos elementos de caracterização das unidades estatísticas de levantamento, enquanto a fração maior, do mesmo total, informa *nada haver o que registrar* nas atuais Fôlhas de Atualização de Cadastro

RESOLVE SUGERIR

1 o uso obrigatório das fôlhas do Caderno "A", por parte dos Órgãos Centrais Federais, Departamentos Estaduais de Estatística e Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, no que couber, para efeito da elaboração dos cadastros relativos às unidades estatísticas de levantamento dos assuntos constantes do plano geral das Campanhas;

2. a utilização obrigatória do Caderno "A", na sua forma de arrolamento completo, isto é, com instruções para o seu correto preenchimento, para efeito do registro das alterações nos elementos de caracterização das unidades estatísticas de levantamento, bem assim, das novas unidades incorporadas aos universos de que essas unidades são partes integrantes;

3 a instituição de um instrumento único de coleta, a "Fôlha de Cadastro", em substituição das atuais "fôlhas de arrolamento completo" e "fôlhas de atualização de cadastro";

4. a extinção do "folheto de instruções", atualmente usado para orientar o preenchimento das "fôlhas de atualização de cadastro", por efeito de que tais folhetos não apresentem instruções complementares e adicionais àquelas que figuram nas atuais "fôlhas de arrolamento completo";

5 o arrolamento completo das unidades estatísticas de levantamento, para efeito da elaboração e revisão geral dos cadastros nos anos terminados em quatro e nove, de referência das Campanhas, ou em três e oito, de referência dos dados;

6. a atualização dos cadastros, nos anos intermédios àqueles estabelecidos para o arrolamento completo das unidades estatísticas de levantamento, isto é, nos anos de terminação diferente de quatro e nove, de referência das Campanhas;

7. a utilização do caderno "A" para organização dos cadastros oficiais, a cargo do sistema, e sua permanente atualização é extensiva a todos os assuntos incluídos nos Anexos I e II, das Campanhas, excetuando nesse último Anexo;

a) os assuntos, cujos cadastros poderão e deverão ser organizados com base em registros obrigatórios estabelecidos por legislação específica;

b) os assuntos, cujos levantamentos estatísticos têm por unidade básica o estabelecimento rural utilizarão o "Cadastro Rural", de organização já prevista;

8 a existência obrigatória do registro em uma fôlha do Caderno "A", para cada questionário da Série "Q", não sendo essa exigência necessariamente válida para a recíproca;

9. que tôdas as unidades estatísticas de levantamento para as quais seja exigido o preenchimento dos questionários da Série "Q" deverão constar obrigatoriamente do cadastro organizado com base no Caderno "A";

10. que a Secretaria-Geral providencie a remessa do Caderno "A" das Campanhas às Agências Municipais de Estatística, através das Inspetorias Regionais, nos anos estabelecidos para o arrolamento completo;

11. que nos anos para os quais o arrolamento completo não esteja programado, caberá à Inspetoria Regional de Estatística preencher, com base nas informações prestadas pelas AMES, quatro vias do Caderno "A", com as alterações que tenham ocorrido no universo das unidades estatísticas de levantamento, verificadas até 31-XII do ano imediatamente anterior ao da Campanha em desenvolvimento;

12. que as AMES comunicarão, através de um "Boletim de Alterações de Cadastro", a ser criado, cada uma das alterações verificadas no universo municipal das unidades estatísticas de levantamento, sob seu controle;

13. que fique terminantemente vedada a inclusão de quesitos de natureza dinâmica nas "Fôlhas de Cadastros",

14. que a Secretaria-Geral do Conselho providencie a elaboração dos cadastros e, bem assim, a sua permanente atualização, para todos os assuntos que, por razões de acôrdo firmado ou de outra natureza, estejam ou venham a estar sob a sua direta responsabilidade

Rio de Janeiro, GB, 15 de abril de 1966".

RESOLUÇÕES DA CCN

RESOLUÇÃO CCN-73, DE 27 DE ABRIL DE 1966

Altera a Resolução CCN-39 de 28 de fevereiro de 1963, que fixa normas para a concessão, aplicação e comprovação de adiantamentos.

A Comissão Censitária Nacional, usando de suas atribuições, e

considerando que o limite máximo para a concessão de adiantamentos, estabelecido no § 2º, do Art. 1º, da Resolução CCN n.º 39, de 28 de fevereiro de 1963, não atende mais às atuais necessidades do serviço;

considerando que, igualmente, o limite máximo para a concessão de adiantamentos, sem a emissão de cheques nominais, a critério do Diretor do SNR, também não corresponde às necessidades atuais,

RESOLVE

Artigo único — Passam a ter a redação abaixo, os seguintes dispositivos da Resolução CCN-39, de 28 de fevereiro de 1963

- 1 — § 2º do Art 1º “Nenhum adiantamento concedido poderá ultrapassar a importância equivalente a seis vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País”,
- 2 — Item 1º do Art 2º: “Quando o adiantamento não ultrapas-

sar a importância equivalente ao maior salário mínimo vigente no País”.

RESOLUÇÃO CCN-74, DE 1º DE JUNHO DE 1966

Aprova as contas do Serviço Nacional de Recenseamento, relativas ao exercício de 1965

A Comissão Censitária Nacional, usando de suas atribuições, e

considerando que nos termos do art. 7º do Decreto-lei n.º 969, de 21-XII-1938, cada recenseamento decenal terá o seu plano organizado e será assistido durante toda a sua execução pela Comissão Censitária Nacional,

considerando que, consoante o disposto na letra d do artigo 4º do seu Regimento, cabe-lhe “deliberar sobre a distribuição do crédito concedido para a execução do Recenseamento Geral de 1960, bem como sobre a prestação de contas das despesas efetuadas com pessoal, material ou quaisquer outros encargos”;

considerando o parecer da sua Subcomissão de Orçamento e Contas, aprovado na 355ª sessão ordinária de 1-VI-66,

RESOLVE:

Artigo único — Ficam aprovadas as contas do Serviço Nacional de Recenseamento, relativas ao exercício de 1965

XXIII ASSEMBLÉIA-GERAL DO CNE

REALIZOU-SE no Rio de Janeiro, do dia 11 ao dia 18 de junho, a XXIII Sessão Ordinária das Assembleias-Gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia, conforme o disposto no Decreto número 58 395, de 10 de maio último, baixado pelo Governo Federal.

Delegações — A representação federal para a reunião do CNE estava assim constituída: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Sr. Rubens D'Almada Horta Pôrto, Ministério da Fazenda, Sr. Luís Vicente de Ouro Preto Pinheiro; Ministério da Agricultura, Sr. Hilton Cunha; Ministério do Trabalho e Previdência Social, Sr. Milton Rangel da Silva; Ministério da Guerra, Coronel Délio Lobo Viana; Ministério da Marinha, Capitão de Fragata Venícios Carvalho da Silva, Ministério da Aeronáutica, Coronel-Aviador Mário Paglioli de Lucena; Ministério da Viação e Obras Públicas, Sr. Mário Ritter Nunes; Ministério das Relações Exteriores, Sr. Theodoro Oniga, Ministério da Educação e Cultura, Sr. João Tôrres Jatobá, Ministério da Saúde, Sr. Alceu Vicente W. de Carvalho; Ministério da Indústria e Comércio, Sr. Lauro Sodré Viveiros de Castro; Ministério das Minas e Energia, Senhor Mário Peçanha de Carvalho; Órgãos Filiados, Sr. Pergi Cafiero.

A delegação regional teve a seguinte constituição: Rondônia, Sr. Rubens Cantanhede Mota, Acre, Sr. Wilson Dourado dos Santos Leitão; Amazonas, Sra. Maria dos Remédios V. de Oliveira; Roraima, Sr. José Dulse Ayres Leitão; Pará, Sr. Hugo de Almeida; Amapá, Sr. Edvaldo Bezerra Pinto; Maranhão, Sra. Conceição de Maria Corrêa Bezerra; Piauí, Sra. Terezinha Pinheiro Leal Nunes; Ceará, Sr. Waldethyr Furtado do Nascimento, Rio Grande do Norte, Coronel Francisco Bilac Faria; Paraíba, Sr. Normando Guedes Pereira; Pernambuco, Sr. Laércio Coutinho de Barros; Alagoas, Senhor José Maria de Carvalho Veras; Sergipe, Sr. Paulo Gomes Dantas; Bahia, Sr. Waldemar de Oliveira Passos; Minas Gerais, Sr. Wilson Getúlio; Espírito Santo, Sr. Murilo de Castro Amaral; Rio de Janeiro, Sr. Aldemar

Alegria; São Paulo, Sr. Wladimir Pereira; Paraná, Sr. Odebal Bond Carneiro; Santa Catarina, Sr. Francisco Furtado Maia; Rio Grande do Sul, Senhor Adalberto Tostes; Mato Grosso, Sra. Hermelinda Corrêa da Costa e Silva; Goiás, Sr. Manoel Braz e Brasília, DF, Sr. Iberê Goulart.

Sessão preparatória — A sessão preparatória da Assembleia-Geral do CNE para a entrega das credenciais foi levada a efeito no dia 11 de junho, no auditório da Secretaria-Geral do CNE.

Sessão de instalação — No auditório do Ministério da Educação e Cultura realizou-se no dia 11, à tarde, sob a presidência do Sr. Sebastião Aguiar Ayres, Secretário-Geral do CNE, a sessão solene de instalação das Assembleias-Gerais do Conselho Nacional de Geografia e do Conselho Nacional de Estatística. A solenidade contou com o comparecimento de delegados federais e regionais de ambas as alas do sistema, autoridades e altos funcionários.

Dando início à sessão, o Sr. Sebastião Aguiar Ayres convidou para compor a Mesa os Srs. René de Mattos, Secretário-Geral do CNG, Antônio Teixeira de Freitas, Secretário-Geral substituto do CNE, Antônio Garcia de Miranda Netto, Diretor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Coronel Waldir da Costa Godolphim, membro honorário do Diretório Central do CNG, Rubens Pôrto, Diretor do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política e membro da Junta Executiva Central do CNE, Péricles de Mello Carvalho, do Diretório Central do CNG, Luís Gonzaga de Faria, Delegado do Estado de Goiás à Assembleia-Geral do CNG, Laércio Coutinho de Barros, Delegado do Estado de Pernambuco à Assembleia-Geral do CNE, Manuel Henrique Almeida de Moraes, Assessor de Relações Públicas da Presidência do IBGE, e General Licínio de Moraes, Diretor do Serviço Nacional de Recenseamento.

Justificando a ausência do Presidente do IBGE, General Aguinaldo José Senna Campos, impossibilitado, por motivo de saúde, de comparecer à solenidade, o Sr. Sebastião Aguiar Ayres, na qualidade de seu substituto, dirigiu

uma palavra de saudação aos que, quer como delegados regionais quer como integrantes da representação federal, iriam tomar parte nas reuniões que então se instalavam para cuidar do exame de assuntos estatísticos, geográficos e cartográficos.

Ao desincumbir-se de sua missão, o Sr. Secretário-Geral salientou a importância das Assembléias-Gerais para o aperfeiçoamento dos serviços estatísticos e geográficos do país, sentimento este — afirmou — que estava na consciência de todos os convencionais. Disse, também, que, do encontro que naquele momento se iniciava, adviriam, por certo, os mais promissores resultados para o engrandecimento da obra conjunta que a todos irmana com o objetivo comum de crescente expansão e eficiência dos trabalhos, a cargo dos sistemas estatístico e geográfico.

Prosseguindo, frisou que servir ao Brasil, com devotamento, tem sido o lema orientador das atividades ibgeanas. Assim, ainda uma vez, ao iniciar-se a nova jornada de discussões e deliberações sobre assuntos do maior interesse dos dois Conselhos, todos o fariam com o mesmo devotamento cívico capaz de tornar a todos dignos do legado recebido dos fundadores da entidade, tão bem personificada na figura austera e idealista de Mário Augusto Teixeira de Freitas.

Finalizando, o Sr. Secretário-Geral, ao apresentar escusas pela ausência involuntária do Sr. Presidente do Instituto, disse da satisfação e do entusiasmo com que o General Senna Campos teria presidido a solenidade, o que se poderia sentir através da oração por ele preparada para receber os delegados às Assembléias-Gerais do Conselho Nacional de Geografia e do Conselho Nacional de Estatística, e que seria lida pelo Assessor de Relações Públicas da Presidência, Sr. Manoel Henrique Almeida de Moraes, a quem, em seguida, passou a palavra.

Após, os Srs. René de Mattos, Secretário-Geral do CNG, e Antônio Teixeira de Freitas, Secretário-Geral, substituído, do CNE, procederam à leitura da relação dos representantes credenciados. A seguir, discursaram, saudando os delegados regionais, os Srs. Péricles de Melo Carvalho e Rubens Pôrto, respectivamente Delegados do Ministério do Trabalho e Previdência Social e do Ministério da Justiça e Negócios Interiores à Assembléia do CNG e à Assembléia do CNE. Em nome das delegações regionais falaram, agradecendo, os Srs. Luís Gonzaga de Faria, Delegado do Estado de Goiás à Assembléia-Geral do CNG, e Laércio Coutinho de Barros, Delegado do Estado de Pernambuco à Assembléia-Geral do CNE.

Encerrando a sessão, o Sr. Presidente da reunião dirigiu uma saudação à Marinha de Guerra do Brasil por motivo do aniversário da batalha naval do Riachuelo.

Reuniões plenárias — A Assembléia-Geral do CNE realizou seis reuniões plenárias — a primeira no dia 13 e a última no dia 17 — havendo examinado 40 projetos, dos quais 34 foram transformados em Resoluções.

Na primeira reunião plenária, o Sr. Sebastião Aguiar Ayres leu relatório referente aos trabalhos executados pela Secretaria-Geral no período decorrido entre a última Assembléia-Geral e a que agora se iniciava.

Comissões — Para apreciação das matérias discutidas ficaram assim constituídas as comissões regimentais:

Organização Técnica — (constituída por eleição) — Srs. Coronel Délio Lobo Viana e José Leão Costa, delegados dos Ministérios da Guerra e da Saúde, respectivamente, pela representação federal; Sra. Conceição de Maria Corrêa Bezerra e Srs. Wilson Getúlio e Laércio Coutinho de Barros, delegados, respectivamente, dos Estados do Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco, pela representação regional.

Redação final — (constituída por designação da Mesa) — Srs. Mário Ritter Nunes e Theodoro Oniga, delegados dos Ministérios da Viação e Obras Públicas e das Relações Exteriores, respectivamente, e Srs. Wilson Dourado dos Santos Leitão, Normando Guedes Pereira, Adalberto Tostes, delegados dos Estados do Acre, Paraíba e Rio Grande do Sul.

O Sr. Secretário-Geral, na qualidade de membro nato, participou dos trabalhos das duas comissões citadas.

A Comissão de Tomada de Contas, sorteada para funcionar na próxima Assembléia-Geral, ficou assim constituída: delegados dos Estados do Amazonas, Pernambuco e São Paulo, do Território Federal do Amapá e do Distrito Federal, pela representação regional, e delegados dos Ministérios da Guerra e das Relações Exteriores, pela delegação federal.

Mesas-redondas — Para exame e debate de assuntos atinentes à coleta e à apuração de questionários, e outros correlatos de interesse da estatística, foram realizadas mesas-redondas que obedeceram ao seguinte programa, todas alcançando resultados profícuos.

No dia 13, no Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, com a presença também dos Diretores do Serviço de Estatística da Saúde e Serviço de Estatística da Educação e Cultura; no dia 14, no Serviço de Estatística Econômica e Financeira, com a pre-

sença dos Diretores da Divisão de Estatística Industrial e Comercial e do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho; no dia 15, no Serviço Nacional de Recenseamento, com a presença do Diretor do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura e do Delegado do Ministério das Minas e Energia.

Resoluções — É o seguinte o ementário das Resoluções aprovadas:

Resolução n.º AG-829 — Formula veemente apêlo ao Governo da Guanabara no sentido de que volte êsse Estado a integrar o Sistema Estatístico Brasileiro.

Resolução n.º AG-830 — Recomenda a criação do Programa Nacional de Treinamento e dá outras providências

Resolução n.º AG-831 — Reitera pronunciamento sôbre a criação, no Ministério da Viação e Obras Públicas, de Órgão Central de Estatística.

Resolução n.º AG-832 — Recomenda à Junta Executiva Central o estudo da adoção, nas publicações do Conselho, das Normas Brasileiras de Documentação.

Resolução n.º AG-833 — Dispõe sôbre o estágio de alunos da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Conselho Nacional de Estatística e dá outras providências.

Resolução n.º AG-834 — Recomenda o exame, pela Junta Executiva Central, das siglas designativas das Unidades da Federação.

Resolução n.º AG-835 — Formula apêlo ao Governo Federal e aos Governos Regionais no sentido de proverem os Órgãos Oficiais de estatística dos recursos indispensáveis à execução dos seus encargos

Resolução n.º AG-836 — Dispõe sôbre a implantação gradativa do método de amostragem pelos órgãos do Sistema Estatístico Brasileiro e dá outras providências

Resolução n.º AG-837 — Recomenda a realização de pesquisa periódica sôbre migrações internas.

Resolução n.º AG-838 — Recomenda providências para o levantamento da bibliografia brasileira.

Resolução n.º AG-839 — Homologa as Resoluções das Juntas Executivas do Conselho e dá outras providências.

Resolução n.º AG-840 — Dispõe sôbre a uniformização do levantamento e apuração da estatística do comércio interestadual

Resolução n.º AG-841 — Formula apêlo aos governos municipais no sentido de organizarem cadastros prediais e dá outras providências

Resolução n.º AG-842 — Rende homenagem à memória de Antônio Ferreira da Silva.

Resolução n.º AG-843 — Dispõe sôbre a eleição do Representante dos Órgãos Filiados na Junta Executiva Central

Resolução n.º AG-844 — Altera o plano de apuração da estatística do ensino primário geral.

Resolução n.º AG-845 — Aprova as contas do Conselho Nacional de Estatística relativas ao exercício de 1965 e faz recomendações.

Resolução n.º AG-846 — Ratifica os termos das Resoluções n.º 815, de 29-VI-64 e n.º 849, de 21-VI-65, da Junta Executiva Central, que aprovam as contas do Conselho Nacional de Estatística, relativas aos exercícios de 1963 e 1964.

Resolução n.º AG-847 — Dispõe sôbre o estabelecimento de medidas práticas que tornem mais fidedignas as estatísticas baseadas no Registro Civil e dá outras providências

Resolução n.º AG-848 — Modifica o critério para distribuição do auxílio concedido aos Órgãos Centrais Regionais.

Resolução n.º AG-849 — Consigna pronunciamento do Conselho Interamericano Econômico e Social e dá outras providências

Resolução n.º AG-850 — Recomenda a constituição, pela Junta Executiva Central, de uma Comissão Permanente de Classificação Industrial.

Resolução n.º AG-851 — Formula apêlo ao Ministério das Minas e Energia para unificação dos seus Serviços de Estatística.

Resolução n.º AG-852 — Manifesta congratulações com o Presidente do IBGE e incorpora aos anais da Estatística Brasileira o discurso lido na instalação dos trabalhos da XXIII Assembléia-Geral.

Resolução n.º AG-853 — Manifesta aplausos à Comissão Central do Censo Escolar pela auspiciosa realização do Primeiro Censo Escolar do Brasil

Resolução n.º AG-854 — Manifesta regozijo pela conclusão dos trabalhos de divulgação da "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros".

Resolução n.º AG-855 — Formula apêlo aos Governos Estaduais no sentido de incluírem a carreira de Estatístico entre as de nível universitário

Resolução n.º AG-856 — Presta homenagem à memória de José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho pelo transcurso do seu centenário de nascimento.

Resolução n.º AG-857 — Simplifica normas para aplicação do auxílio concedido aos Órgãos Centrais Regionais.

Resolução n.º AG-858 — Recomenda a reformulação do plano das Campanhas Estatísticas Nacionais

Resolução n.º AG-859 — Dispõe sobre a realização da XXXI Campanha Estatística.

Resolução n.º AG-860 — Consigna aplausos ao Secretário-Geral do Conselho pela apresentação do Relatório de atividades, e manda incorporar esse documento aos anais do IBGE.

Resolução n.º AG-861 — Recomenda seja considerada a conveniência da criação de Auditoria no Conselho Nacional de Estatística.

Resolução n.º AG-862 — Fixa normas sobre crítica em apurações regionais das Campanhas Estatísticas.

Indicações — Foram ainda aprovadas duas indicações: uma estabelecendo a adoção de um emblema característico do IBGE, a figurar em todos os documentos e obras por ele editadas, e outra manifestando a homenagem do CNE à memória do escritor Euclides da Cunha, cujo centenário de nascimento ocorreu em 20 de janeiro do corrente ano. Ambas foram propostas pela delegação do Estado do Rio de Janeiro.

Publicações — Durante as reuniões plenárias, foram distribuídas aos Senhores Delegados as seguintes publicações:

1.^a reunião: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (XIII volume), Coleção de Monografias dos Municípios de Óbidos (PA), Jaicós (PI), Itapemirim (ES), Prata (MG), Mangaratiba (RJ), Clevelândia (PR), Cacequi (RS), Jaguari (RS), Quaraí (RS), do Conselho Nacional de Estatística; *Censo Industrial — 1960* (RO — AC — AM — RR — PA — AP), Vol. III — Tomo I, do Serviço Nacional de Recenseamento; *Recursos Minerais do Brasil*, por Sylvio Fróes de Abreu, edição do Conselho Nacional de Geografia, Relatórios dos Departamentos Estaduais de Estatística dos Estados do Pará (1965), Maranhão (1965) e Rio Grande do Norte (dezembro de 1965 a maio de 1966); *Origem, Estrutura, Recursos e Funcionamento* (em português e inglês) e *Revista do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico* n.º 2; *Segurança Industrial na Petrobrás* (exercício de 1966), *O mundo fabuloso do Petróleo* (Vol. 2), *Petrobrás*; (Quando, Quanto, Que É) (Vol. 3), 1965 *Como Foi para o Petróleo Brasileiro*, da Petróleo Brasileiro SA; 1.^a Conferência Nacional de Educação (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura).

2.^a reunião: *Revista Brasileira de Estatística* ns. 101/102 — jan/jun-1965, Coleção de Monografias dos Municípios de Camocim (CE), Conceição do Rio Verde (MG), São Mateus do Sul (PR), São Borja (RS), Santiago (RS), Barra do Garças (MT), Rosário Oeste (MT), Inhumas (GO), Brasília (DF), *Comércio Interestadual por Vias Internas*

(Exportação do Acre — 1965 e do Amazonas — 1964), do Conselho Nacional de Estatística; *Atlas Censitário Industrial do Brasil*, do Serviço Nacional de Recenseamento, *Mapa do Estado da Guanabara* (Relêvo e Hidrografia), *Revista Brasileira de Geografia* (N.º 1 — jan/mar.-1965), *Curso de Férias para Aperfeiçoamento de Professores de Geografia do Ensino Médio*, do Conselho Nacional de Geografia; Relatórios dos Departamentos Estaduais de Estatística dos Estados do Amazonas (maio/65 a maio/66), Piauí (maio/64 a maio/66) e Pernambuco (maio/64 a maio/66); *Aço em Jubileu* (Relatório da Diretoria) e *O Lingote* (n.º 183), da Companhia Siderúrgica Nacional.

3.^a reunião: *Revista Brasileira de Estatística* (ns. 103/104 — jul/dez.-1965), Monografia do Município de Maceió (AL), do Conselho Nacional de Estatística, *Inquérito Nacional de Preços Médios dos Gêneros no Comércio Varejista nas Capitais dos Estados de GB, SP, PE, MG, BA e RS*, do Conselho Nacional de Estatística; *Censo Industrial de 1960*, MA — PI — CE — RN, do Conselho Nacional de Estatística; Mapa de Sergipe (Escala 1 400 000), *Revista Brasileira de Geografia* (Ano XXVII — n.º 2 — abr/jun.-1965), do Conselho Nacional de Geografia; *Legislação* (atualizada até 31-12-59), *Revistas* (números 3 e 4 — 2 exemplares), *Seminário de Planejamento Estadual* (atuação do BNDE em MG), *Mercado Brasileiro de Plásticos* (1955-1958), *Mercado Brasileiro de Alcalis Sódicos* (1950/1970), *Mercado Brasileiro de Fertilizantes* (1950/1970), *Mercado Brasileiro de Ácido Sulfúrico* (1957/1970), *Mercado Brasileiro de Metais Não-Ferrosos* (Níquel — 1946/1970 — Magnésio 1957/1970), *O Turismo e o BNDE* (dez.-1964), do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; *Censo Escolar do Brasil* (Resultados Preliminares — Vol. I), do Ministério da Educação e Cultura; Relatório (jun.-1965 a mai-1966), do Departamento Estadual de Estatística do Amapá; Relatório (1965), *Exportação Geral do Estado em 1964*, *Cinco Anos de Ensino Primário*, do Departamento Estadual de Estatística de Alagoas; Relatório (1965), I — *Produção Agrícola*/II *Óleos e Gorduras Vegetais*, I — *População* Pecuaría/II — *Gado Abatido para Consumo*, do Departamento Estadual de Estatística de Sergipe; Relatório (1965), *Anuário Estatístico/1965*, *Intercâmbio Comercial* (1962/64), do Departamento Estadual de Estatística do Espírito Santo, *Saúde — 1965*, do Ministério da Saúde.

4.^a reunião: *Situação Demográfica e Social* (Tabelas de Órgãos do Ministério da Saúde — Separata do *Anuário Estatístico do Brasil* — 1965), Monografia do Município de Campinas (SP),

do CNE; *Inquérito Nacional de Preços* (fev./mar./1966), *Indústrias de Transformações* — *Dados Gerais* (Brasil 1963/1964), *Comércio Por Vias Internas* (Exportação na GB — 1964), *Inquérito Nacional de Preços* — *Comércio Varejista* — *Preços Médios e Índices Aritméticos Simples na Guanabara*, do CNE/DLE; *Pesquisas Demográficas* n.º 8 (A Composição por Sexo e Idade da População do Brasil, Segundo o Censo de 1960), do CNE/LE; *Boletim Geográfico* (n.º 186 — mai./jun. 1965), do CNG; *Boletim Informativo* n.º 66, da Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços; *Previsão de Safras* — *Estimativas de Consumo Aparente* — *Estimativas dos Excedentes Exportáveis*, *Produção de Cal, Peles e Couros de Animais Silvestres* — 1964, *Óleos e Gorduras Vegetais* — 1964, *Carnes, Derivados e Subprodutos* — 1964, *Pesca* — *Estrutura e Produção* — 1964, *Matança nos Frigoríficos* — 64/65, *Produção Extrativa Vegetal* — 1964, *Estimativa Preliminar da Produção Agrícola* (Apuração por Amostragem — 16 Produtos) 1965, *Pecuária* — *Avicultura* — *Apicultura e Sericicultura* — 1964, *Produção Extrativa Mineral* — 1964, do SEP do Ministério da Agricultura; Bahia — Relatório (1965), Minas Gerais — Relatório (1965), Rio de Janeiro — 1965 e *Ensaio Sobre a Produção Fluminense* (1965), *Relação dos Municípios e Distritos do Estado do Rio, Produção Industrial no Estado do Rio de Janeiro, Área, População Recenseada e Estimada por Municípios* (População Recenseada — 1960 — Estimada — 1964), *Movimento Bancário do Estado do Rio de Janeiro, Cantagalo, Valor da Produção Industrial do Estado do Rio, Segundo os Municípios* — 1962/63, *População Pecuária* (Aves) — *Cadastro de Legislação de Criação e de Instalações dos Municípios Fluminenses*, *O Transporte na Guanabara*, *Ensino Médio no Estado do Rio de Janeiro*, *Niterói em Números*, *Paraíba do Sul*, dos respectivos Departamentos Estaduais de Estatística.

5.ª reunião Monografias dos Municípios de São Paulo de Olivença (MA) e Jaú (SP), *Reorganização das Estatísticas Nacionais* (DDD), *Pesquisas Demográficas*, n.º 5 (LE), do Conselho Nacional de Estatística; *Censo Demográfico* (Resultados Preliminares — Vol II do Serviço Nacional de Recenseamento (Conselho Nacional de Estatística); *Boletim Geográfico*, n.º 187 (jul./ago. — 1965, do Conselho Nacional de Geografia); *Inquérito Demográfico Experimental da Guanabara*, do Instituto Latino-Americano de Demografia, Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; *O Sistema Interamericano, sua Evolução e Papel Atual*, *El Programa de*

Cooperación Técnica de La OEA, OEA — *A História do Pan-Americanismo desde 1826, Aliança Para o Progresso* — *Monumento Vivo à Memória de Kennedy*, da Organização dos Estados Americanos, *Conferências Internacionais de Instrução*, do Ministério da Educação e Cultura (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos); *Normalização da Documentação no Brasil*, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação; *Beneficiamento e Transformação de Minerais* — 1962/63, *Produção Florestal* — 1964, *Indústria Pesqueira* — 1964, do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura; Relatório/1965, de São Paulo, *Estimativa da Produção Agrícola/1964*, *Síntese Estatística do Município de Curitiba e Automóveis e Outros Veículos Rodoviários* — 1960/64, do Paraná e Relatório/1965, respectivamente dos Departamentos Estaduais de Estatística de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

6.ª reunião: *Revista Brasileira de Estatística* — n.º 105 — jan./mar./1966 — Monografias dos Municípios de José de Freitas (PI), Cabedelo (PB), Bananeiras (PB), Caravelas (BA), Perdões (MG), Caeté (MG), Maricá (RJ), Barra do Piraí (RJ) e General Vargas (RS), do Conselho Nacional de Estatística; Mapa do Brasil e *Curso de Informações Geográficas*, do Conselho Nacional de Geografia; *Registro Industrial* — 1962 (Maranhão e Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, Alagoas e Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, Santa Catarina), do Centro de Estudos Econômicos — Divisão de Estatística Industrial e Comercial do Ministério da Indústria e Comércio; *Conferências Internacionais de Instrução*, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos — Ministério da Educação e Cultura; *Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União e Legislação Regulamentada*, do Departamento Administrativo do Serviço Público; *Boletim Técnico* n.º 1, do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho e Previdência Social; *Mensário Estatístico* n.º 177, Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda; Relatórios de Roraima (1965/66) — Rio de Janeiro (1965) — Rio Grande do Sul (1965) — Mato Grosso (1965/66) e Goiás (1965/66), dos respectivos Departamentos Estaduais de Estatística

Outras atividades — Foi realizada, no dia 17 uma visita ao túmulo de Mário Augusto Teixeira de Freitas, sendo aí colocada uma coroa de flores como homenagem póstuma, dando-se, deste modo, cumprimento a proposta feita em reunião plenária pelo delegado da Bahia. Falaram, na oportunidade, os Delegados da Bahia e de Santa Catarina.

No dia 18, teve lugar uma concentração no Serviço Gráfico do IBGE, onde foi servido um almôço aos participantes das Assembléias-Gerais do CNG e do CNE.

Sessão de Encerramento — A solenidade de encerramento das Assembléias-Gerais realizou-se no auditório do Ministério da Educação e Cultura, no dia 18, às 20 horas, sob a presidência do General Aginaldo José Senna Campos

Após o Sr. René de Mattos proceder à leitura do relatório de atividades desenvolvidas durante a Assembléia-Geral do CNG, o Sr. Sebastião Aguiar Ayres, Secretário-Geral do CNE, leu o Relatório das atividades da XXIII Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística

Constaram ainda do programa da sessão discursos do Sr. Iberê Goulart, que falou de improviso, representando a delegação regional, e do Coronel Mário Paglioli de Lucena, pela delegação federal do CNE, além das orações pronunciadas pelos delegados federal e regional à Assembléia-Geral do CNG, Srs. Melo Franco e Décio Silvino de Faria, respectivamente

Encerrando os trabalhos, o General Aginaldo José Senna Campos pronunciou discurso salientando o alto significado da reunião que vinha de realizar-se

DISCURSO PRESIDENCIAL

É o seguinte o texto do discurso do Sr. Presidente, lido pelo Sr. Henrique Almeida de Moraes na sessão de instalação da XXIII Assembléia-Geral

Após dois anos de interrupção, voltam a reunir-se as Assembléias-Gerais do IBGE. A pausa decorreu de fatos que são do conhecimento de todos. Um sócio de renovação, e mesmo de reabilitação, nos diferentes setores da vida brasileira, seguiu-se aos acontecimentos de março-abril de 1964. Tornaram-se inadiáveis medidas de reajustamento administrativo, no país inteiro, cuja execução ao longo do último biênio impediu essas reuniões de âmbito nacional e alcance que seria óbvio acentuar, mas que, por sua natureza, poderiam ceder lugar, no tempo, a outras providências de caráter urgente

Encerrada essa fase, aqui estamos para balancear as atividades estatístico-geográficas, fixar rumos para a melhoria e aperfeiçoamento dos serviços, além de imprimir a necessária coordenação de esforços não só para dar unidade, como para assegurar continuidade à obra desenvolvida pelo IBGE, no curso dos seus trinta anos de existência. Dirigindo-me pela primeira vez a este esclarecido plenário, quero externar a satisfação com que o faço, bem como a confiança que nele deposito para que, da reunião ora iniciada, resultem os mais altos proveitos em favor da eficiência dos trabalhos estatísticos e geográficos em todo o país

Cumprindo-me referir, nesta oportunidade, e ainda que a largos traços, o que fez a alta direção do IBGE, nesse interregno de dois anos entre a última e a atual reunião das Assembléias-Gerais do Instituto. Assim é que, no setor da Estatística, cuidou-se de recolocar a

entidade na direção dos objetivos que lhe são específicos, reajustando-se os instrumentos de coleta, apuração e divulgação de maneira que deles se possa obter o melhor rendimento possível. Procurou-se, também, proporcionar aos usuários de elementos estatísticos não só os dados de solicitação mais freqüente, como fornecê-los com maior grau de atualização.

Matéria que continua reclamando atenções especiais é a que se refere à preservação dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal. A denúncia unilateral desses Convênios levou o Instituto a adotar gestões e providências, junto aos Executivos Municipais e na esfera judiciária, com o objetivo de restabelecer, onde isto acontece, tão valioso instrumento de cooperação e que, verdadeiramente, formaliza a integração nacional, no concernente ao campo estatístico, em tómo de um sistema que não pode sofrer qualquer prejuízo, sob pena de invalidar todo um esforço conjunto do mais elevado sentido nacional.

Quanto aos trabalhos geográficos, há que salientar a crescente expansão dos serviços em termos de cooperação com órgãos federais, os governos de várias Unidades Federadas, e entidades outras, inclusive no plano internacional, na forma de Convênios destinados à realização de tarefas do gênero. Paralelamente, buscou-se imprimir melhores condições de racionalização aos serviços, de modo geral, com o fim de conseguir rendimento cada vez maior dos recursos postos à disposição da ala geográfica para a realização dos seus programas

No que diz respeito aos serviços censitários, setor no qual avultavam as mais sérias dificuldades ao assumirmos a Presidência do IBGE, cabe realçar o vulto e a complexidade dos esforços envidados para colocar o Serviço Nacional de Recenseamento em condições de levar para diante as apurações do Censo Geral de 1960. Foi, na verdade, pesada a herança deixada pela imprevisão que pieisidiu a organização e efetivação do mencionado Censo Geral. O custoso aparelhamento de processamento e apuração de dados, representado pelo computador eletrônico, adquirido em bases desaconselháveis, não se achava, em abril de 1964, em condições de adequado funcionamento. Tornou-se imprescindível pô-lo em situação de cumprir a missão para a qual se destinava. Isso demandou medidas múltiplas e áduos trabalhos, para cuja realização tiveram de ser vencidos obstáculos que pareciam intransponíveis. Ao mesmo tempo, evidenciou-se a necessidade de retirar ao Serviço Nacional de Recenseamento o antigo caráter de transitoriedade que tanto o tolhia no cumprimento de suas tarefas específicas. Isso foi, afinal, obtido por meio de diploma legal originado do anteprojeto que, a respeito, encaminhou esta Presidência aos altos Poderes da República

Deixarei aos Secretários-Gerais dos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia a informação mais minuciosa e necessariamente completa de tudo quanto fizeram os órgãos integrantes do Instituto, durante o período em apreço. Antes, porém, desejo salientar a oportunidade de uma reestruturação do IBGE, para que o Instituto possa acompanhar de perto a evolução dos métodos e processos administrativos em vias de renovação, no plano federal, através da reforma competente que, como creio seja do vosso conhecimento, se acha em fase conclusiva no Ministério do Planejamento. Essa reestruturação em nada deverá afetar, em suas linhas mestras, o esquema orgânico do IBGE

Senhores Delegados:

Ao declarar inauguradas as atividades das Assembléias-Gerais de 1966, tenho a honra, que me é altamente grata, de apresentar aos estatísticos e geógrafos de todo o país, aqui representados, as boas-vindas e os votos no sentido de que se realize um trabalho profícuo que renda ao IBGE as mais vivas esperanças de consolidação e aperfeiçoamento da sua obra, e tudo no clima tradicional de cordialidade e fraternidade profissional que a todos nos une para o bem do Brasil

DISCURSO DO SR. LAÉRCIO COUTINHO DE BARROS

O discurso pronunciado pelo Senhor Laércio Coutinho de Barros, na sessão de instalação da XXIII Assembléia-Geral, em nome dos Órgãos Regionais, é o seguinte:

Fizemos o possível para fugir a esse privilégio que nos colheu quando, ainda doentes, aqui chegamos para tomar parte nesta Assembléia, apenas como um dos seus Delegados Regionais.

Fizemos o possível para fugir, não porque subestimássemos o privilégio, mas porque nos sentimos, pessoalmente, além de enfermos, como aquele personagem do Antigo Testamento, de que fala o Livro de Juizes, o qual chamado para u'a missão que excedia as suas forças, só sabia dizer: "Eis que a minha família é a mais pobre em Manassés, e eu o menor na casa de meu pai".

Entretanto, sendo-nos afinal imposta a honrosa tarefa, aqui estamos para agradecer, em nome dos Delegados Regionais, a maneira pela qual acabamos de ser recebidos nesta sessão de instalação da XXIII Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Podemos bem sentir, nesta hora, o entusiasmo dos nossos companheiros dos Estados pelo ensino de veiem renovada essa oportunidade de contato de uns com os outros, e com aqueles que, no Instituto, com visão panorâmica dos problemas, procuram estabelecer uma orientação e um comando único, na grande batalha que travamos em várias frentes.

E não há dúvida de que, entre o Instituto e os Órgãos Regionais de Estatística, tem de haver um conhecimento mais próximo, uma interdependência mais íntima, e não apenas relações friamente oficiais ou formalmente burocráticas.

Tem de haver mesmo, nos seus nem sempre cômodos afares, um espírito de compreensão mútua, sobretudo nesta ocasião em que o Instituto vem modernizando as suas técnicas, num esforço bem conduzido e prudente para superar o empirismo que ainda campeia, pela adoção de métodos legítimos ou puramente científicos.

Essa orientação, oportuna e necessária, de um modo geral merece o aplauso dos Órgãos Regionais, pois apesar de discreta, como referimos, não nos impede, com a vivência que temos dos problemas, de percebê-la.

Tudo isso, aliás, é motivo de satisfação para os que trabalham em Estatística, não somente pelas medidas em si, que representam atualização e progresso, como também por verificarmos que a Estatística no Brasil, apesar das suas falhas, das suas crises, e até mesmo das suas depressões, sempre encontrou quem a guiasse por caminhos certos.

É verdade que a adoção de alguns desses métodos teria, de início, prejudicado alguns Estados, por não apresentarem os resultados dos levantamentos discriminadamente, segundo as Unidades da Federação, e sim por Regiões. Mas isso não é uma dificuldade insuperável, e por certo o assunto encontrará no futuro solução satisfatória.

Ante essas ocorrências e constatações animadoras, somos levados a formular os nossos agradecimentos à atual Direção do IBGE: ao seu eminente Presidente, General Aginaldo José Senna Campos; ao seu ilustre Secretário-Geral, Professor Sebastião Aguiar Ayres; aos seus técnicos; aos seus funcionários, por nos restaurarem com lajeza a confiança nos destinos da Estatística Brasileira, e, particularmente, na ação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de tão nobres e tão puras tradições.

A propósito dessas tradições, é interessante recordar o que se passou na Assembléia realizada há muitos anos na cidade de Salvador, na oportunidade da visita feita ao então Governador da Bahia. Referiu-se aquele estadista ao IBGE dizendo ter sido a única democracia que funcionara durante o Estado Novo. E

porque era democracia autêntica, em sua forma e em seu espírito, possuindo-lhe a força irresistível, impôs-se ao respeito e ao acatamento de todos.

Estamos certos de que o Instituto não perdeu a sua inspiração dos tempos heróicos de Teixeira de Freitas — possui antes a mesma flama —, e que os Órgãos Regionais de Estatística, por sua vez, não esqueceram a profunda lição de trabalho e de civismo que então receberam. Por isso, nos achamos novamente aqui reunidos, nesta grande Assembléia, para pensar, para discordar ou aplaudir, para discutir os nossos problemas, num testemunho eloquente de que a Estatística Brasileira nasceu sob moderna inspiração sensivelmente democrática, e de que sob essa inspiração vitalizadora ela continuará a existir.

DISCURSO DO SR. RUBENS PÔRTO

Na sessão de instalação da XXIII Assembléia-Geral, o Sr. Rubens Pôrto pronunciou o seguinte discurso, em nome dos Órgãos Centrais:

Distinguido com a generosa delegação dos meus pares na Junta Executiva Central, quem sabe se por sei seu decano, para exprimir as nossas saudações de boas-vindas aos companheiros das delegações regionais, sinto-me inclinado a convidá-los, antes de tudo, a uma tomada de consciência quanto aos fundamentos e às realizações desta grande organização a que todos servimos, na medida de nossas possibilidades, sob a égide de um ideal comum.

Vale o momento para esse exame e para esse balanço. Bem indicada é a hora para que, voltando os olhos ao passado, prescitemos honestamente, fielmente, sem modestias falsas ou deslocada vaidade, o que se pôde fazer, nos longos e trabalhosos anos de vida, bem vivida e bem lutada.

Presta-se bem o momento para que, dirigindo o olhar confiante ao incerto horizonte do futuro impreciso, tentemos vislumbrar que vias iremos trilhar, que mésses colheremos, que obstáculos nos desafiarão, para que luminosas vitórias havemos de caminhar, tranqüilos e serenos.

Para iniciar esse exame do passado e esse planejar do futuro, conviã fixar em detalhe de ordem pessoal do qual resulta seguramente o meu privilégio de falar-lhes nesta hora; e lembrei assim que, participando por 17 dos seus 30 anos de vida, dos trabalhos desta Casa, tendo exercido por várias vezes a sua presidência, seja em virtude da vacância, seja como substituto eventual do titular, só encontrei motivos, em todo esse longo período, para ver reforçada a minha admiração e acrescido o meu respeito pela original concepção de que lhe resultaram os lineamentos políticos e técnicos, no quadro da vida brasileira.

O tempo já nos assegura a perspectiva histórica para um julgamento objetivo.

Nada menos de três décadas consagram uma experiência das mais fecundas e de que nos podemos desvanecer, todos quantos, de uma forma ou de outra, com o brilho de seu talento ou a modestia de seu esforço anônimo, trouxemos, ao longo desses anos, diferentes contribuições para os resultados de que hoje nos orgulhamos.

Não há como subestimar o que se conseguiu e o que se realizou. Com efeito Criado emboira em julho de 1934, pelo Decreto n.º 24 609, do então Presidente Getúlio Vargas, já como "entidade de natureza federativa", destinada ao campo da estatística a articular a ação das "três ordens administrativas da organização política da República", o então Instituto Nacional de Estatística só começou na verdade, a ter vida ativa em 29 de maio de 1936 — data histórica de sua instalação no Palácio do Catete, sob a presidência do ilustre brasileiro, o então chanceler Embaixador José Carlos de Macedo Soares. E é significativo assinalar que, menos de três meses após, ou seja, em agosto do mesmo ano de 1936, o original e vigoroso pensamento político que inspirara a

criação do Instituto já encontrava na Convenção Nacional de Estatística, então firmada, a significativa consagração de todas as Unidades Federadas, num instrumento de acordo que, na amplitude de seus propósitos e na perfeita caracterização dos seus objetivos, honra os eminentes brasileiros que o subscreveram.

Estabelecia-se assim a Estatística Brasileira com o espírito e forma de uma federação, na qual as diferentes unidades, descentralizadas e gozando de uma dilatada autonomia, tinham, na sua relativa independência, os meios necessários para um desenvolvimento próprio, não peitado por uma estrita subordinação a um despótico poder central. Tinha-se, contudo, no poder nacional, o indispensável elemento de coordenação normalizadora e de integração orgânica, capaz de fazer das diferentes partes componentes um todo harmonioso e mutuamente complementado.

Era a unidade vivificante, sem a uniformidade, esterilizante e desestimuladora.

A instituição em março de 1937 do Conselho Nacional de Geografia, com a qual se completava a estrutura do Instituto prevista no esquema inicial dos propugnadores de sua criação, deu origem ao Decreto-lei n.º 218, de 26 de janeiro de 1938, que, dando ao Instituto sua atual denominação, atendera a um aspecto formal, sem interferir na ordem cronológica o cômputo e o acervo de atividades realizadas nos dois primeiros anos de vida.

Remontando-se à filosofia política e à concepção doutrinária, expressas nos documentos legais ou técnicos em que se firmava o arcabouço jurídico e se ordenava a ação prática do Sistema Estatístico — Geográfico Brasileiro, não se pode deixar de reconhecer a linha vigorosa de coerência em que se baseiam todas as suas formulações. Nada se fez ao sabor temerário de impulsivas improvisações. Os princípios fundamentais da instituição atendem fielmente a seguras diretrizes que se inspiram numa consciência muito nítida da realidade nacional, seja em suas características de organização política, seja nas peculiaridades de sua estruturação social.

Se no Direito Constitucional brasileiro, a função estatística não cabe primitivamente em qualquer das três órbitas do Governo-federal, estadual ou municipal, é evidente que apenas mediante compromissos livremente assumidos por essas três ordens de poderes, seria possível assentar um regime de trabalho em que os resultados não se contradissem reciprocamente e os recursos não se dispersassem no paralelismo de ações que agissem descoordenadamente, embora visando aos mesmos fins.

O princípio de cooperação interadministrativa, fundamento doutrinário do sistema adotado, atende a esse objetivo de unidade, confirmando, no correr do tempo, a eficácia de sua aplicação.

Dessa mesma idéia matriz, na qual se assegurava a unidade técnica das pesquisas, resguardando "a livre competência da União, dos Estados e dos Municípios", terá resultado o empenho inicial que atribuiu ao Sistema do Instituto a condição jurídica de uma grande cooperativa política, delegatória dos três ramos de governo, subordinando-se apenas à ação coordenadora dos órgãos a que essa delegação se transfere e dos quais a Assembléa aqui reunida constitui o ponto culminante da pirâmide hierárquica.

Gracias a esse regime especial cuja pureza originária se deveria certamente restabelecer, com a revisão de atos unilaterais que porventura a tenham afetado, pôde armar-se o Instituto da indispensável flexibilidade administrativa que lhe permitiu impôr-se, sem reações, nos primeiros anos de sua atuação, ao respeito e ao reconhecimento das forças mais ponderáveis da opinião pública nacional.

A esse mesmo pensamento, a essa mesma concepção se filia sem dúvida o critério que condicionou a posição do IBGE, como órgão coordenador do Sistema Estatístico-Geográfico Brasileiro, no quadro político da Federação. Uma conclusão, então, se impõe, irrefutável: a não ser com um grave e inevitável risco de distorções e de deturpamento do espírito e de

doutrina que informam e revigoram a economia toda do Sistema, o único critério admissível, no caso, é da permanência do Instituto, unificado e autônomo, na subordinação direta à Presidência da República.

Só assim lhe será possível desempenhar-se da sua função coordenadora e integrante, dos vários escalões governamentais, de cuja ação harmônica depende vitalmente o sucesso da obra; função extremamente delicada, sem dúvida, e que só se poderá exercer uma vez que ao órgão central se assegurem a soma total dos poderes e o grau necessário de liberdade sem os quais seria apenas o fantasma burocrático do mais evidente irrealismo político.

Valerá enfim uma outra, mas assemelhada observação. Se a ação estatística exige uma harmonia intergovernamental, não menos certo é que ela supõe uma combinação intergovernamental na qual serviços diversos executam, nos setores correspondentes, a sua tarefa, absolutamente específica e formalmente diversa. Com o que se assegurará, também, a possibilidade de êxitos num ramo ou noutro, separadamente, sem que a falha de um centro único provoque o fracasso geral do sistema.

Dirigindo-me, nesta hora, a ilustres Colegas e Companheiros de trabalho dos Estados e Territórios, muitos dos quais aqui pela primeira vez comparecem (rogo a Deus não seja a última, para todos nós) parece-me interessante salientar outro aspecto da estrutura jurídica do sistema.

Emboia circunstâncias históricas tenham feito com que a nossa organização se completasse em plena vigência de um regime de decidida centralização de poder, sempre se inspirou a nossa ação num regime do mais amplo debate, da maior liberdade de aceitação e de concordância.

Fomos, mais uma vez, fiéis ao espírito federativo que, sempre e invariavelmente, nos conduziu e nos guiou, convencidos de que só na independência harmônica das três ordens de poderes — federal, estadual e municipal — será possível firmar uma ação compatível com a unidade e a grandeza de uma pátria que é todo um continente.

A reunião de Assembléas como essas são o meio e a realização desse ideal.

Só assim poderemos levar adiante a grave missão que nos pesa sobre os ombros dando "ao Brasil a Estatística que deve ter para que a Estatística faça o Brasil como deve ser", na frase lapidária de um dos nomes tutelares desta Casa Incidirei, talvez, num simples truismo ao assinalar que a cada época correspondem, em sua natureza e intensidade, solicitações diversas no campo da estatística. Nos mesmos 30 anos de sua vida dedicou-se, assim, solicitado, o IBGE a uma de suas primeiras e mais essenciais tarefas, realizando uma notável obra administrativa e cultural, criando um mercado de consumo para as estatísticas produzidas, introduzindo na consciência nacional a estatística como uma necessidade de primeiro plano.

Pouco a pouco, porém, sentiu-se que a exacerbação de certos problemas sociais e a urgência em resolvê-los antes que se convertam em caldo de cultura para as soluções preconizadas pelos regimes contrários a toda a nossa formação cristã, ia constituindo para as democracias, em todo o mundo, um rude desafio a que só em termos de planejamento se poderia responder. O Brasil, obviamente, incluiu-se nesse contexto histórico.

Ora, se a solução dos gravíssimos problemas sociais contemporâneos, exige um planejamento, não é menos claro que para planejar é preciso conhecer e conhecer estatisticamente a situação real nos vários setores em que se definem os planos e se procuram as soluções.

Estabelece-se, então, a inevitável sequência: estatística-plano-solução econômica e social.

E aí se verifica mais uma vez a importância fundamental das estatísticas.

Sabemos que nem sempre são justas; que vez por outra são falhas e deficientes, que jamais correspondem inteiramente aos nossos esforços, às nossas esperanças, às nossas necessidades. Sem embargo, e aceitando a crítica constitutiva dos que nos apontam as nossas próprias e confessadas insuficiências, seria

sumamente injustificado desprezar o muito que já conseguimos e o tanto que já progredimos, numa estrada difícil, sobretudo num país de tão vastas proporções e de educação tão pouco disseminada

Não tão perto da verdade como as estatísticas mas com certeza muito mais longe de verdade, sem elas

É esse o nosso estímulo, essa a nossa esperança

É esse, também, sem dúvida, o propósito dos companheiros ilustres que dos Estados e dos Territórios aqui vieram trazer subsídio insubstituível da sua experiência e do seu saber para a consecução de um objetivo que a todos nos é comum

Sabemos como é difícil atingi-lo, como impossível atingi-lo de todo

Que importa!

Continuaremos tranquilamente a nossa tarefa, a um tempo desanimadora e apaixonante

Sem desfalecer, sem desanimar, sem esmorecer, como o velho sineiro do outeiro da Glória, cujo apólogo nos conta o gênio amargo e lúcido de Machado de Assis. Como aquele escravo que foi deixado à igreja da Glória com a condição de servir durante dois anos e que, depois de livre, ali ficou pelo resto da vida, unicamente entregue ao gosto de tocar o sino

Há realmente grande semelhança com o meu caso. Para cá vim em 1949 para ajudar no censo de 50 e ele terminou; fiquei para o de 60; os governos mudaram, o regime também, presidencialismo e parlamentarismo, etc, etc, e fui ficando

Vejam o que do sineiro disse na imortecorada página antológica o velho Machado

"A torre era dele, dali regia a paróquia e contemplava o mundo"

Em vão passavam as gerações, ele não passava. Chamava-se João. Noivos casavam, ele repicava as bodas; crianças nasciam, ele repicava ao batizado; pais e mães moriam, ele dobrava aos funerais.

Acompanhou a história da Cidade. Veio a febre amarela, o cólera-mórbus, e João dobrando. Os partidos subiam ou caíam, João dobrava ou repicava, sem saber deles. Um dia começou a guerra do Paraguai, e durou cinco anos; João repicava e dobrava, dobrava e repicava pelos mortos e pelas vitórias.

Quando se decretou o ventre livre das escravas, João é que repicou

Quando se fez a abolição completa, quem repicou foi João

Um dia, proclamou-se a República: João repicou por ela e repicaria pelo Império, se o Império tornasse

Não lhe atribua inconsistência de opiniões; era o ofício (o giro é meu). João não sabia de mortos, nem de vivos; a sua obrigação de 1853 era servir à Glória, tocando os sinos, e tocando os sinos para servir à Glória, alegremente ou tristemente, conforme a ordem"

Assim continuarei eu, enquanto deixarem, a fazer estatística como ele "tocando os sinos para servir à Glória, alegremente ou tristemente, conforme a ordem"

DISCURSO DO SECRETÁRIO-GERAL

Em sessão plenária realizada no dia 13 de junho, o Sr. Secretário-Geral leu o seguinte relatório sobre as atividades da Secretaria-Geral no período entre a última Assembléia-Geral e a que então se iniciava

"Em cumprimento às disposições legais que orientam as atividades do Conselho Nacional de Estatística, tenho a satisfação de, pela primeira vez, dirigir-me a esta Colenda Assembléia, para apresentar um balanço das principais ocorrências no campo da Estatística brasileira, no intervalo entre a última e a presente reunião.

Quero, inicialmente, dizer-lhes do prazer que sinto, neste momento, em estar reunido com a mais alta expressão do poder deliberativo do sistema estatístico brasileiro, no desempenho

da honrosa função com que me distinguiu o Exmo. Sr. Presidente do Instituto, General Aguiinaldo José Senna Campos, a quem, pela energia e objetividade com que assumiu a responsabilidade de dirigir os destinos da nossa instituição, presto o tributo da minha homenagem

Senhores Delegados:

Acredito que esta é uma rara oportunidade que se tem de reunir conscientes e experientes dirigentes de trabalhos estatísticos coordenados pelo Sistema Estatístico Brasileiro, e nenhuma outra ocasião seria mais própria para, juntos, sentirmos a importância do momento estatístico nacional

Permito-me, pois, tentar transmitir-lhes algumas observações que me têm sido possível fazer sobre o panorama atual da estatística nacional ao longo dos vinte meses de minha gestão à frente da Secretaria-Geral do Conselho

Preliminarmente, pediria que se atentasse para essa realidade indiscutível, traduzida pelo reconhecimento de que a tarefa de produzir estatísticas é vital para os altos interesses do País. Os testemunhos dessa afirmativa surgem a todo momento e de maneira cada vez mais intensa sob a forma de críticas ou de apelos oriundos não somente dos meios ligados à administração pública, mas, também, do setor privado. Não lhes precisarei dizer muito da demanda estatística criada pelos órgãos de planejamento, nacional e regionais; ela é permanente e cresce em ritmo acelerado. A satisfação dessa justificada fome de dados estatísticos está, no entanto, condicionada à ocorrência de dificuldades oriundas de circunstâncias e fatores vários que necessitam ser removidos. Essa constatação não é recente, mas, a atual fase da conjuntura nacional, quando se procura dar novos impulsos ao desenvolvimento econômico e social do País, impõe que a retomemos para analisá-la e, se possível, orientá-la através de um plano objetivo de recuperação técnica

Neste ponto, cabe mencionar o Relatório em que o Dr. Tulo Hostilio Montenegro, ilustre técnico patricio e atual Secretário-Geral do Instituto Interamericano de Estatística, reuniu sugestões para a reformulação do Sistema Estatístico Brasileiro e a reorientação de suas atividades. Resultou aquele documento das observações realizadas no curso de sua permanência entre nós, em maio de 1964, a convite do Presidente do IBGE, então recém-empossado, ocasião em que teve ensejo de sentir de perto os problemas da Estatística Brasileira. Encontram-se nele elementos valiosos de crítica — que merecem ser cuidadosamente examinados — e recomendações úteis, algumas já aproveitadas como subsídios a estudos destinados a encontrar as melhores soluções para revitalização do sistema estatístico

Considero ser ainda oportuno registrar algumas observações sobre a situação atual dos levantamentos regulares das estatísticas mais reclamadas pelos usuários

No campo das estatísticas demográficas, em particular no que diz respeito às estatísticas vitais, a situação continua deficiente, em virtude da alta proporção de omissões nos registros civis. O Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, do Ministério da Justiça, tem atuado positivamente no sentido de aperfeiçoá-las, encontrando, porém, natural obstáculo na deficiência que continua a se observar, no próprio registro civil, referente a ponderável parcela da população brasileira, sobretudo da que se localiza no quadro rural.

A modificação fundamental da lei do Registro Civil, dando-lhe mais flexibilidade e maior força coercitiva, traria talvez a solução desejada. Volumes recentemente divulgados pelo SEDMP reúnem os dados da estatística vital relativos aos anos de 1959 a 1962. Permanece, entretanto, a carência de elementos sobre as migrações internas, enquanto os relativos às migrações externas, sofrem em sua apuração os efeitos das modificações sofridas pela repartição que delas se encarregava, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), absorvido pela Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), que foi extinta,

surgindo, então, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agário (INDA). Espera-se, entretanto, que o órgão estatístico do Ministério da Justiça assumirá a responsabilidade de levantar as estatísticas de migrações, propósito que já demonstrou ao incluí-las no seu novo regimento como encargo de sua competência.

Quanto às estatísticas econômicas, reconhece-se que há uma situação bastante diversificada em função da qualidade dos resultados de que se dispõe. As estatísticas industriais se constituem no alvo maior das críticas à estatística brasileira e, paradoxalmente, são elas as que quantificam as atividades do setor responsável pela maior parte do intenso desenvolvimento do País. A razão principal dessas deficiências ligava-se à dispersão da responsabilidade de levantá-las, o que se julgou possível resolver com a criação da Divisão de Estatística Industrial e Comercial, do Ministério da Indústria e Comércio. Todavia, esse órgão não foi aparelhado suficientemente até agora, e não pôde, em consequência, assumir integralmente suas principais atribuições. A criação do Grupo Especial de Trabalho de Estatísticas Industriais (GETEI), cujas atividades voltarei a referir adiante, foi a solução encontrada, numa situação de emergência, quando faltavam quaisquer indicadores para se avaliar o quadro real da conjuntura industrial brasileira. Instalado na Secretaria-Geral, que lhe fornece os meios para funcionar, empenha-se em cumprir sua importante tarefa.

Com referência às estatísticas agrícolas, objeto, também, de críticas severas, por continuarem sendo baseadas em estimativas obtidas por método subjetivo, desenvolve o Serviço de Estatística da Produção esforço louvável no sentido da implantação da técnica da Amostragem em seus levantamentos, para o que recebeu, inclusive, assessoria especializada da FAO. Dois estudos recentes, delineados pelo Serviço de Estatística da Produção, atestam a sua evolução. Um destinado a obter amostra cadastral para pesquisas econômico-sociais na área rural, a qual está sendo experimentada no Estado do Rio de Janeiro; outro, a estimar a área cultivada e a produção de 16 culturas agrícolas em todo o território nacional, por Unidade da Federação, através de amostra de aproximadamente 900 municípios.

O levantamento das estatísticas de transportes carece de coordenação, uma vez que muitos órgãos se encarregam de realizá-lo e, consequentemente, há dispersão de esforços e recursos, bem como duplicação de pesquisas. Ao Ministério da Viação e Obras Públicas, mais de uma vez o IBGE tem feito apelos para que seja criado um órgão de estatística que venha preencher a grave lacuna, que afeta a própria estrutura do Sistema.

Cumprida registral, neste ponto, que nos termos da Lei n.º 4.904, de 17 de dezembro de 1965, passou o Ministério de Minas e Energia a contar com dois Serviços de Estatística, subordinados ao Departamento Nacional de Produção Mineral e Departamento Nacional de Águas e Energia. Nessas circunstâncias, faz-se necessário seja encontrada, tão breve quanto possível, a fórmula que permita a unificação desses Serviços, a fim de serem evitadas as conhecidas desvantagens do funcionamento simultâneo de mais de um órgão de Estatística dentro de um mesmo Ministério.

Entre as estatísticas econômicas, destacam-se, pelo nível que atingiram, as do comércio exterior e de cabotagem. Infelizmente, não tem sido possível conjugar os resultados desta última com os das estatísticas do comércio interestadual por vias internas, em face da ausência de dados referentes à exportação de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. Essa anomalia, que se deseja ver afinal removida, tem, até hoje, impedido uma visão global da dinâmica das trocas internas.

Não se pode deixar de fazer referência ao setor das estatísticas de trabalho, cujas limitações, bem conhecidas, causam realmente problemas, por dificultarem o conhecimento perfeito do panorama social do País. Há, entretanto, sinais evidentes de recuperação, cada vez mais nitidos diante dos resultados do esforço realizado pelo Serviço de Estatística da

Previdência e Trabalho no sentido de apurar os questionários da "Lei dos 2/3", velho tabu, que, ao que tudo indica, será agora quebrado. Abrem-se, também, novas possibilidades com a aprovação do "Plano de Estatísticas da Previdência Social", coordenado pelo SEPT e que se espera venha a ser executado.

Ainda quanto aos levantamentos da situação social, observam-se flagrantes insuficiências no setor das estatísticas de saúde, cuja organização e recursos técnicos e materiais são reconhecidamente escassos, não permitindo que delas se possa dispor com a atualização desejada. O esforço desenvolvido pela atual direção do órgão de estatística do Ministério da Saúde começa a produzir resultados que decerto serão mais amplos se se concretizar a desejada unificação das repartições especializadas, incumbidas de elaborar estatística, que constam da estrutura orgânica desse Ministério.

Os levantamentos estatísticos das atividades educacionais e culturais têm-se aperfeiçoado constantemente e procurado satisfazer às exigências do planejamento governamental. Na parte relativa às estatísticas do ensino primário, que não conseguia ainda a atualidade desejada, as modificações introduzidas pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura, órgão por elas responsável, já começam a produzir resultados. O Censo Escolar de 1964, realizado, em regime de cooperação, pelo Ministério da Educação e Cultura e o IBGE, cobre, de certo modo, aquela deficiência de dados para análise e programação, em melhores bases, do ensino primário no País.

Não poderia, nesta limitada exposição, fazer um balanço completo da situação atual das estatísticas contínuas consideradas básicas. Deste modo, deliberadamente, cometi omissões, não por menosprezo ao trabalho estatístico realizado, todo ele importante e digno de apreço, mas pela impossibilidade de abordar o assunto, nesta oportunidade, em toda sua amplitude, o que me obrigou a estabelecer a prioridade que me pareceu mais justa.

Nas considerações até agora desenvolvidas, não se teve em mente senão chamar atenção para aspectos reais do problema da produção estatística no Brasil, que cabe ao Conselho Nacional de Estatística, pelos seus órgãos federais e regionais, solucionar, de acordo com as diretrizes que forem traçadas por esta Assembléia. Nossos propósitos serão, portanto, encontrar novos caminhos e realizar esforços conjuntos para vencer todas as dificuldades que nos impedem de satisfazer as solicitações de dados estatísticos considerados essenciais e que se espera definir, em breve, com o estabelecimento do "Plano Nacional de Estatísticas Básicas". Trata-se de aspiração nacional, em consonância com as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU), que serviram de roteiro ao Instituto Interamericano de Estatística (IASI), para organizar o Programa Interamericano de Estatísticas Básicas (PIEB), cuja adoção já foi proposta às Nações Americanas em 1964.

Algumas medidas para preservar a estrutura do IBGE, adaptando-a às realidades atuais e às necessidades mais prementes, e garantindo-lhe manter aquelas responsabilidades que lhe foram cometidas desde a sua fundação, têm sido encaminhadas pela alta direção do Instituto. Serão citadas em pontos dessa exposição com os quais se relacionam.

Para concluir esta introdução, que já vai longa, gostaria de reafirmar o nosso propósito de manter viva e brilhante a chama de entusiasmo na luta que se trava pelo reequilíbrio do IBGE, vale dizer, pela garantia de que o Brasil terá a Estatística de que necessita.

Desejo, daqui por diante, oferecer-lhes um quadro do trabalho levado a termo na Secretaria-Geral do Conselho, no período entre a XXII Assembléia-Geral e a presente.

Grande foi a atividade da Junta Executiva Central — o órgão de deliberação coletiva do Conselho, que, durante o recesso da Assembléia-Geral, estabelece as normas gerais para o seu funcionamento. No decorrer de 1964, realizaram-se 60 reuniões (23 ordinárias, 33 extraordinárias e 4 conjuntas), enquanto, no último ano, verificaram-se 52 (24 ordinárias, 27 ex-

traordinárias e 1 conjunta) No ano fluente, até esta data, a Junta realizou 23 reuniões (11 ordinárias, 11 extraordinárias e 1 conjunta) Nessas reuniões, foram discutidos e votados projetos sobre temas da maior importância para a vida da instituição, quer no campo estritamente técnico, quer no puramente administrativo, sobressaindo os assuntos econômico-financeiros As Resoluções de ns 794 a 836 foram aprovadas em 1964, as de ns 837 a 870, em 1965, e as de ns 871 a 879, no presente exercício, até 8 do corrente

Algumas dessas Resoluções merecem referências pela significação que tiveram para a orientação dos trabalhos técnicos do Conselho, especialmente em face da conjuntura nacional Entre elas, citarei as seguintes: n.º 797/64 — Determina estudos sobre a planificação das pesquisas estatísticas e das apurações mecânicas e sobre a revisão da rede de coleta; n.º 806/64 — Aprova minuta de anteprojeto de decreto dispondo sobre a execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal; n.º 811/64 — Aprova anteprojeto de lei dispondo sobre a obrigatoriedade da prestação de informações para fins estatísticos; n.º 814/64 — Faz sugestão sobre a revisão das atribuições dos Órgãos Centrais Federais, e dá outras providências; n.º 816/64 — Cria Grupo de Trabalho para proceder o inventário dos levantamentos estatísticos, e dá outras providências; n.º 820/64 — Dispõe sobre a realização da XXIX Campanha Estatística; n.º 852/65 — Dispõe sobre a realização da XXX Campanha Estatística; n.º 855/65 — Aprova substitutivo ao anteprojeto de Lei dispondo sobre a obrigatoriedade da prestação de informações para fins estatísticos; n.º 856/65 — Aprova minuta de anteprojeto de Decreto dispondo sobre a criação do Núcleo de Planejamento de Estatísticas Nacionais Básicas na Secretaria-Geral do CNE (IBGE) e n.º 857/65 — Institui a Comissão Técnica Permanente para as Estimativas Oficiais de População (COTEP), e dá outras providências. Finalmente, cabe referir a Resolução n.º 879/66 — Dispõe sobre a reformulação do Caderno "A", das Campanhas Estatísticas, e dá outras providências — aprovada na última reunião da Junta Executiva Central De conformidade com as normas previstas na legislação do Conselho, serão todas elas submetidas à vossa homologação

No período considerado, verificaram-se inúmeras alterações na composição da Junta Executiva Central, sendo de dever prestar uma homenagem àqueles que, com inteligência e discernimento, colaboraram para os trabalhos desse órgão deliberativo e que do mesmo se afastaram. Peço licença para citar apenas um nome, o de Da Mary Emille Tumminelli, infelizmente roubada ao nosso convívio em data recente, e que representou com muito brilho o Serviço de Estatística da Educação e Cultura do MEC. A ela, a homenagem e o agradecimento da Estatística Brasileira

Por deliberação da Junta Executiva Central, foi concedida filiação ao IBGE, de acordo com a Resolução JEC/773, aos seguintes órgãos: Seção de Documentação e Estatística do SESC (Res 827/64), Divisão de Estatística e Documentação da SUNAB (Res 829/64) e Divisão de Pesquisa e Estatística do Conselho de Desenvolvimento de Sergipe (Res 858/65)

A Secretaria-Geral procurou dar cumprimento às Resoluções aprovadas pela XXII Assembleia Geral Deste modo, a revisão anual da codificação dos formulários das Campanhas Estatísticas, aprovada pela Resolução n.º 811, passou a ser objeto de atenção especial Por sua vez, os prazos estabelecidos para processamento das fases dos trabalhos referentes às Campanhas passaram a ser fixados de acordo com a Resolução n.º 812

A programação adotada pelo órgão de divulgação da Secretaria-Geral tem sido organizada, quanto à edição de "Monografias Municipais", de modo a atender ao recomendado pela Resolução n.º 813. Nessas condições, os Municípios que completam centenários de criação ou celebram expressivos eventos históricos com eles relacionados são prioritariamente escolhidos para preparo de monografias no curso do ano

A recomendação contida na Resolução n.º 814 deu ensejo a que a definição das estatísticas básicas para o planejamento nacional se tornasse assunto de cogitação de outros órgãos nela interessados

Dos constantes contatos e troca de pontos de vista sobre assuntos estatísticos entre o IBGE e o Ministério do Planejamento, resultou recente iniciativa do Governo, que criou, através do Decreto n.º 58 226, de 20 de abril de 1966, o Grupo de Trabalho destinado à formulação do Plano Nacional de Estatísticas Básicas Constituído pelo Secretário-Geral do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, do Ministério do Planejamento, do representante do Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, do Chefe do Departamento Econômico do Banco Central da República do Brasil, do representante do Estado-Maior das Forças Armadas, do Diretor de Pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, do Chefe do Escritório da SUDENE na Bahia e do Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, o Grupo já iniciou suas atividades, que deverão estar concluídas no próximo mês

Espera-se que os resultados desse trabalho conjunto abram novas perspectivas para o levantamento regular de estatísticas consideradas indispensáveis para a formulação, execução e controle da política econômica e social do Governo — no setor público e no privado —, tarefa que se reconhece caber ao Instituto e da qual ele se desincumbirá, desde que lhe deem os meios necessários.

A Resolução n.º 818, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Serviço de Estatística para Fins Militares, também foi cumprida, como se poderá verificar das observações que adiante serão feitas sobre as atividades desse órgão da Secretaria-Geral

Registre-se, finalmente, que as recomendações para o reconhecimento da carreira de Estatístico como de nível superior, consagradas pela Resolução n.º 823, nortearam as gestões do Sr. Presidente do Instituto perante os poderes competentes, a fim de que se atendesse àquela justa pretensão O recente decreto do Governo da União reconhecendo ser de nível superior a atividade especializada do Estatístico, e concedendo-lhe os níveis 20, 21 e 22, atendeu a uma aspiração que sempre contou com a solidariedade da direção do Instituto. Vale lembrar, nesta passagem, também, a Lei n.º 4 739, de 15 de julho de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Estatístico, agora em fase de regulamentação, e que contou, desde a sua elaboração, com o apoio integral do IBGE

Finalmente, tendo em vista o que recomenda a Resolução n.º 825 sobre a realização de cursos intensivos e estágios de treinamento para servidores, me permitirei lembrar que, em 1965, foi possível fazer algo nesse sentido, com resultados ainda modestos, mas animadores. Registrarei, por exemplo, que 43 servidores se beneficiaram dos cursos realizados na Escola Nacional de Ciências Estatísticas (4 no curso de Estatística de nível Intermediário — 10 meses, e 39 no curso de atualização de conhecimentos de Estatística — 3 meses), ao passo que 6 concluíram o Curso de Estatística e Amostragem patrocinado pelo Ministério da Agricultura Em virtude de Convênio estabelecido pela SUDENE com o IBGE, foi possível realizar-se em Recife o Curso de Treinamento em Técnica e Supervisão da Coleta Estatística, que teve a duração de 42 dias e reuniu 40 servidores das Inspetorias Regionais e dos Departamentos Estaduais de Estatística da área nordestina

Utilizaram-se, ainda, duas bolsas de estudo oferecidas pela Organização dos Estados Americanos, uma para o Curso Interamericano de Administração, realizado em São José, Costa Rica (6 meses) e outra para o Curso do Centro Interamericano de Ensino de Estatística (CIENES), Santiago, Chile (10 meses, a partir de fevereiro do ano corrente) Dentro da programação traçada, foram concedidas, este ano, seis bolsas de estudo a funcionários das Inspetorias Regionais, para frequentarem, na Escola Nacional de Ciências Estatísticas, o

Curso de Estatística de Nível Intermediário. Verifica-se, assim, ser constante a preocupação do Conselho Nacional de Estatística no sentido de proporcionar aos servidores do sistema oportunidades de aperfeiçoamento, pois, pacificamente, se reconhece que somente através da elevação do nível de conhecimentos técnicos e práticos dos que prestam serviços no âmbito da Estatística, poderá esta atingir os níveis de eficiência desejados.

A Secretaria-Geral, através da Diretoria de Levantamentos Estatísticos, continuou a dispensar o maior interesse à coordenação dos inquéritos realizados pelos órgãos do sistema, bem como à execução dos que, supletivamente, se encontram sob sua responsabilidade.

A Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas cumpriu um programa regular de reuniões, nas quais foi concluído o estudo dos planos das 29.^a e 30.^a Campanhas Estatísticas, como também o dos demais inquéritos regulares levantados pelo Conselho Nacional de Estatística. Concluiu, também, o exame dos instrumentos de coleta referentes à 31.^a Campanha Estatística, a ser realizada em 1967, cujo elenco de assuntos será objeto de decisão desta Assembléia. Há preocupação permanente no sentido de que as suas sugestões atendam aos interesses da Estatística Brasileira, especialmente quanto à simplificação e objetividade das pesquisas.

Com relação ao desenvolvimento da 29.^a Campanha Estatística, há que destacar, inicialmente, o trabalho de coleta, cujos resultados foram bastante expressivos. Na maioria dos Estados, os prazos foram cumpridos, devendo assinalar-se que nas duas Unidades da Federação onde há maior número de questionários a preencher — São Paulo e Guanabara — registrou-se êxito surpreendente. O lançamento da 30.^a Campanha Estatística ocorreu dentro da época prevista, e a coleta correspondente processou-se em ritmo animador, sendo de notar que a 31 de maio último estava praticamente concluída, com 99,9% dos formulários do Caderno "A" e 99,3% da série "Q", já coletados. Espera-se, deste modo, contar com as apurações dos inquéritos que a integram dentro dos prazos estabelecidos, de sorte que os dados referentes a 1965 possam figurar nas tabelas do "Anuário Estatístico do Brasil", edição de 1966.

Deve-se salientar o esforço desenvolvido para preparar a apuração, segundo plano sistemático previsto, do *Comércio Interestadual Por Vias Internas*, do qual resultou a divulgação, em 1965, de 45 folhetos mimeografiados, compreendendo os resultados da exportação de diversas Unidades da Federação, no período de 1958 a 1964. O ritmo desse trabalho se mantém, sendo distribuídas, neste ano, até o momento, mais 22 publicações, enquanto outras 5 estão concluídas aguardando impressão. Há que se lamentar a omissão, nas apurações do levantamento, dos dados referentes aos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso, o que impede uma visão nacional desse aspecto da economia brasileira. O caso especial da Exportação da Guanabara, cujos últimos dados completos referiam-se a 1959 (os resultados parciais iam até o 1.^o semestre de 1962), foi objeto de cuidados especiais, conseguindo-se, em 1965, a publicação dos resultados completos de 1960, 1961 e 1962, enquanto iniciava-se a revisão dos relativos a 1963. Neste ano foram publicados os resultados de 1964.

O Inquérito Nacional de Preços tem apresentado, mês a mês, resultados relativos aos preços médios vigentes de 40 gêneros alimentícios e 14 artigos de vestuário, investigados em todo o Brasil. Para atender ao interesse dos usuários, divulgam-se por antecipação, com a maior atualidade possível, os dados obtidos no Estado da Guanabara e nas capitais mais populosas do País.

O Inquérito Mensal sobre Edificações, lançado em 1964, em caráter experimental, tem enfrentado inúmeras dificuldades relacionadas com a conclusão das apurações iniciais. Esse levantamento decorre de antigas aspirações do Conselho, que, através da Res. AG n.^o 778, de 7 de junho de 1962, autorizou a Secretaria-Geral do referido órgão "a designar uma co-

missão especial para proceder aos estudos necessários à implantação da estatística da construção e atividades correlatas, a qual contará com a assistência prevista no Item III-D do Convênio celebrado entre o IBGE e a Administração da Cooperação Internacional do Ponto IV".

Foi a Comissão de Estudos para a Implantação da Estatística da Construção instalada junto à Diretoria de Levantamentos Estatísticos, sendo constituída por técnicos da Secretaria-Geral, que vêm contando com a colaboração de dois assessores da USAID. Na fase em que se projetava o Inquérito Mensal sobre Edificações, a Comissão manteve contatos com órgãos ou pessoas vinculadas às atividades da Construção Civil, especialmente a Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil, procurando reunir elementos informativos que pudessem ser utilizados como subsídios ao projeto que se preparava. A par da execução do inquérito, cujos resultados relativos a 1965 espera-se para breve, a Comissão realiza, no momento, estudos para a sua implantação em bases estáveis.

Entre os problemas relevantes com que se defronta a Estatística Brasileira, coloca-se o levantamento das estatísticas industriais, tão ansiosamente reclamadas e cujos últimos resultados disponíveis, durante muito tempo, limitavam-se aos obtidos através do Registro Industrial, referentes a 1958, ou aos fornecidos pelo Censo Industrial de 1960, relativos a 1959. A necessidade de vencer essa lacuna levou o Governo da União a criar, pelo Decreto número 52.690, de outubro de 1963, o Grupo Especial de Trabalho para as Estatísticas Industriais (GETEI), que foi integrado por representantes dos Ministérios da Indústria e Comércio e do Planejamento, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Fundação Getúlio Vargas e IBGE, sob a coordenação geral deste último. Os trabalhos do GETEI, com a colaboração total da Diretoria de Levantamentos Estatísticos, desenvolvem-se regularmente desde julho de 1964 e visam a cumprir um plano de inquéritos especiais, no âmbito industrial, destinado a fornecer ao Governo e aos setores privados, devidamente atualizadas, as informações de que carecem para a programação de suas atividades.

Das primeiras iniciativas tomadas resultou a concentração dos esforços da Divisão de Estatística Industrial e Comercial, do Ministério da Indústria e Comércio, no sentido de apurar, em curto prazo, o Registro Industrial de 1962. Foi, assim, possível lançar, em dezembro de 1964, o volume com os dados apurados sobre os aspectos gerais dos estabelecimentos industriais, com 5 e mais empregados. Vieram, a seguir, os trabalhos programados pelo GETEI, mediante o emprego da técnica de amostragem e com base no cadastro utilizado para o Registro Industrial de 1962. Desses trabalhos, até a presente data, puderam ser divulgados: "Produção Física — 1963/64", incluindo dados de quantidade física produzida naqueles anos, para um elenco de produtos industriais, os quais foram utilizados para rever e atualizar o cálculo dos índices de produção industrial elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia, e "Indústrias de Transformação" — Dados Gerais — Brasil — 1963/64, que apresenta dados referentes a pessoal ocupado, salários e vencimentos, despesas de consumo, valor da produção e valor da transformação industrial, em cada um dos gêneros de indústria, para 11 regiões do País. Prosseguem os esforços do GETEI no sentido de levar a cabo pesquisa idêntica com referência ao ano de 1965, contando para isso com a colaboração das equipes técnicas e o equipamento mecanizado da Secretaria-Geral.

Cuida, também, o GETEI, em colaboração com a DLE, da reformulação dos "Inquéritos Econômicos — Indústria de Transformação", cujos resultados mensais complementarão os levantamentos anuais da estatística industrial, motivo pelo qual a base desse inquérito será, inicialmente, também, o Registro Industrial de 1962.

Relativamente a trabalhos da competência da Diretoria de Levantamentos Estatísticos,

cumprir assinalar, ainda, a realização das apurações de questionários da série "Q" das Campanhas Estatísticas, referentes às atividades das *Empresas ou Serviços de Transporte Rodoviário e Empresas Telefônicas*.

Assinale-se, também, a coleta dos vários inquéritos regulares, realizada na Guanabara pelas 14 Agências Distritais de Estatística supervisionadas pelo Serviço de Coleta, que funciona neste Estado como verdadeira Inspeção Regional, cumprindo mesmo missões especiais, como a do recente levantamento de vítimas das inundações, levado a cabo no início do corrente ano com grande rapidez, quando foram pesquisadas, em tempo hábil, 8.938 famílias, abrangendo 46.081 pessoas. Agora mesmo, incumbe-se o Serviço de Coleta da coordenação do Censo de Servidores Públicos Civis na Guanabara, enquanto as Inspeções Regionais assumem idêntica responsabilidade nas demais Unidades da Federação.

Ressalte-se, por outro lado, o início, na Secretaria-Geral, dos trabalhos preliminares objetivando a implantação do plano de "Pesquisa por amostra domiciliar", com aplicação a diversos campos de interesse. O modelo dessa pesquisa — denominada PLANO ATLÂNTIDA — que ora se intenta adaptar às condições brasileiras, foi organizado como projeto regional pela Repartição de Censos dos Estados Unidos, sob os auspícios da Agência Internacional para o Desenvolvimento, a título de contribuição ao Programa da Aliança para o Progresso.

Para a organização do Projeto, contou aquele órgão com a colaboração de outras entidades daquele País, do Instituto Interamericano de Estatística (IASI), do Departamento de Estatística das Nações Unidas, de Organismos especializados e regionais desta última — FAO, UNESCO, CEPAL, Organização Mundial de Saúde e Repartição Internacional do Trabalho — uma vez que a realização de pesquisas por amostra domiciliar por parte das nações latino-americanas estará estreitamente coordenada com as recomendações dos referidos organismos regionais e internacionais. O projeto foi examinado e recomendado pelo Seminário Interamericano de Estatística, realizado na cidade do México sob o patrocínio do Instituto Interamericano de Estatística.

Estão sendo, no momento, conduzidos por grupo de técnicos do CNE, com a colaboração de assessores da USAID, estudos preliminares que se encerrarão com uma pesquisa experimental, em dois Municípios fluminenses, provavelmente em julho próximo, visando à obtenção de bases para elaboração do plano para implantação definitiva do projeto, adaptado às necessidades e peculiaridades brasileiras.

Registre-se, ainda, a participação freqüente de técnicos da Secretaria-Geral em iniciativas destinadas ao levantamento de novas estatísticas e à melhoria das existentes. Inúmeras solicitações de cooperação técnica, vindas inclusive dos Estados, têm sido atendidas, não obstante o problema de escassez de pessoal especializado.

As atividades relacionadas com a documentação e a divulgação desenvolveram-se com regularidades e mesmo se intensificaram, em especial no período de julho de 1965 a esta parte.

O lançamento do *Anuário Estatístico do Brasil*, edição de 1965, antes do prazo previsto, constituiu-se em fato marcante, tendo em vista que para esse êxito não se tornou necessário sacrificar os cuidados gráficos habituais, nem o conteúdo do volume, que foi até acrescido de novos assuntos em relação ao anterior. A principal publicação do Conselho continua a refletir a sua capacidade de produzir estatísticas, havendo preocupação permanente para que divulgue todos os elementos informativos preparados nos Órgãos do Sistema e também fora dele.

As demais publicações periódicas de responsabilidade da Secretaria-Geral foram entregues ao público com a continuidade prevista. Deste modo, desde a última Assembleia-Geral, sete números do *Boletim Estatístico* (86 a 92) atualizam os dados das séries estatísticas selecionadas. A coleção de *Monografias Municipi-*

país, que continua a despertar grande interesse, sobretudo no interior do País, foi acrescida de mais de 105 títulos, entre os quais o relativo a *Brasília*, agora em 2ª edição. A *Revista Brasileira de Estatística* apresentou-se com os números 97/98, 99/100, 101/102, 103/104, e última-se o 105, todos eles divulgando matéria de alto interesse para os estudiosos da estatística. Manteve-se a publicação da *Revista Brasileira dos Municípios*, da qual foram divulgados os números 65/66, 67/68 e 69/70.

A fim de atender ao interesse crescente da imprensa escrita e falada pelas estatísticas brasileiras, ampliou-se a distribuição semanal de "comunicados", especialmente preparados com informações atualizadas fornecidas por diversas fontes oficiais ou não. Mediante o aproveitamento adequado desses "comunicados", tem sido possível lançar novos números da série *Flagrantes Brasileiros*, atualmente com nova apresentação gráfica, devendo-se mencionar o de n.º 31, em homenagem ao IV Centenário do Rio de Janeiro. Foram preparadas, ainda, notícias especiais sobre atividades da Secretaria-Geral.

As iniciativas editoriais estenderam-se ao campo das publicações, com matéria de interesse específico para a vida do Conselho, divulgando-se os volumes *Resoluções da Assembleia-Geral do CNE — 1956/65* (Índice), *Resoluções da Junta Executiva Central — 1963/1964* (Índice) e *Legislação Orgânica do CNE* (Legislação Federal), 2ª edição.

Tem sido expressivo o movimento de venda de publicações pelo setor especializado da Secretaria-Geral, o qual se elevou, em 1965, a mais de Cr\$ 12 milhões, incluindo-se nesse valor a parcela correspondente a US\$ 1.288, para o exterior. As remessas de publicações para venda nas Inspeções Regionais atingiram importância superior a Cr\$ 33 milhões. Prosseguiu com intensidade o intercâmbio de publicações com instituições do País e do estrangeiro.

Manteve-se o interesse, por parte de órgãos especializados e do público em geral, pelos dados estatísticos levantados ou compilados pelo Instituto, o que se comprova diante do número de pedidos registrados no período de outubro de 1964 a abril de 1966: 5.007, dos quais 4.608 atendidos na oportunidade do pedido. Há predominância das solicitações de dados de natureza econômica, relacionados especialmente com a produção industrial. Quanto aos solicitantes, é de notar a freqüência com que as entidades governamentais, em particular o Ministério do Planejamento, o Banco Central da República do Brasil, a Divisão de Águas do Ministério de Minas e Energia e muitas outras procuram obter estatísticas. É elevado, por sua vez, o número de estudantes de nível médio que atualmente solicitam dados estatísticos para elaboração de trabalhos escolares. Das entidades privadas, nota-se grande interesse por parte das que se dedicam a estudos de mercado e ao preparo de projetos para investimentos no setor econômico.

Cumpriu a Secretaria-Geral, através do Ponto Focal Nacional, os compromissos mantidos com organismos internacionais para fornecimento de dados estatísticos sobre o Brasil, a serem incluídos em suas publicações periódicas. Foram fornecidas, ainda, informações estatísticas avulsas a entidades privadas no estrangeiro.

Entre as instituições internacionais que participam desse intercâmbio com o IBGE, através do Ponto Focal, alinham-se as seguintes: Organização das Nações Unidas (Repartições de Estatística), Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Repartição Internacional do Trabalho (RIT), Instituto Interamericano de Estatística (IASI), Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Centro Latino Americano de Demografia (CELADE), Fundo Monetário Internacional, Conselho Interamericano de Comércio e Produção (CICYP), Organização dos Estados Americanos (OEA), Bureau of the Census (Estados Unidos), Commonwealth Economic Committee (Inglaterra), além de muitas outras,

especialmente empresas editoras de anuários internacionais (Statesman's Yearbook, Moody's Investors Service, Inc (USA), American Bureau of Metal Statistics (USA), International Wool Study Group (Inglaterra), e outros

Quanto as atividades de documentação, foram, também, significativos os resultados alcançados, sendo analisados 783 periódicos especializados e classificados 15 213 fichas e documentos. Manteve-se o contôile rigoroso da situação da *Divisão Territorial do Brasil*, tendo sido pôsto em circulação o volume correspondente a 31-XII-1963, com apêndice atualizado até 31-XII-1964. Acabou-se de preparar o quadro da situação municipal, com índice alfabético referido a 30-III-1966, que deverá constar do número próximo da *Revista Brasileira dos Municípios* e seã amplamente divulgado em separata. Desenvolveram-se de maneira satisfatória as tarefas relacionadas com o aperfeiçoamento dos arquivos de documentação mantidos sobre os Municípios brasileiros, além de outras de interesse geral, como seja, coleção de fotografias, recortes de jornais, etc

O movimento da Biblioteca da Secretaria-Geral foi marcado pela incorporação ao acervo de 753 obras catalogadas e classificadas e de 6 632 fascículos de periódicos fichados. As consultas ao órgão elevaram-se a 8 438 e os empréstimos a 3 241 (1 727 de obras e 1 514 de periódicos). O acervo atual da Biblioteca Waldemar Lopes inclui 19 672 obras e 4 253 títulos de periódicos, versando predominantemente sobre assuntos de estatística e economia

Ocupa-se, ainda, a Diretoria de Documentação e Divulgação em preparar, para utilização futura em estudos relacionados com o desenvolvimento das pesquisas estatísticas no País, o material reunido pelo Grupo de Trabalho criado com a finalidade de proceder o inventário de levantamentos estatísticos. Esse Grupo, instituído por força da Resolução JEC n.º 797, formado com elementos da Secretaria-Geral, levou a bom termo a missão que lhe fôra confiada, reunindo valioso acervo

O Laboratório de Estatística procedeu ao estudo de resultados dos últimos dois censos e dos levantamentos estatísticos a cargo dos órgãos do sistema. Preparou contribuições técnicas, no campo da estatística, para entidades nacionais e internacionais. Pronunciou-se sobre levantamentos estatísticos em realização ou a serem realizados no País. Fomentou a difusão da cultura estatística, através de publicações especializadas. Participou dos trabalhos de revisão e aperfeiçoamento do plano nacional de levantamentos estatísticos.

No tocante às estatísticas demográficas, o Laboratório divulgou oito estudos, elaborados com base nos resultados do censo de 1950, no volume intitulado *Pesquisas sobre a natalidade no Brasil*, nos quais iessalta as características de fecundidade da mulher em oito Unidades da Federação e a variação dessa fecundidade segundo a cor e a localização urbana ou rural do domicílio da mulher. Um outro estudo incluído nesse volume examina a fecundidade masculina, segundo os ramos de atividade econômica, nas diferentes Unidades da Federação. Consta, ainda, desse volume um trabalho dedicado ao exame da taxa média anual retrospectiva de fecundidade por ano de vida fértil, para todas as Unidades

Além dessas análises, foram elaborados dois ensaios de determinação de erios nas estatísticas do registro civil relativas aos anos de 1960-1962, e um terceiro, em que se estima a fecundidade feminina, por grupos de idade, e se determina a taxa bruta de reprodução. Realizaram-se várias pesquisas, das quais duas sobre o desenvolvimento da população, nas quais se apresentam estimativas populacionais para o Brasil e as Unidades da Federação até o ano de 1970. Duas outras pesquisas dizem respeito, respectivamente, à composição da população do Brasil, segundo o sexo, a idade e o estado conjugal, e à composição das populações latino-americanas, segundo as mesmas características. Foram, também, objeto de estudo a população urbana e rural na América Latina, bem como o progresso de sua alfabetização no decênio 1950-1960. Por último,

pesquisaram-se aspectos do ensino primário comum na Guanabara, bem como as características e tendências da população do mesmo Estado em 1960

Ainda no campo das estatísticas demográficas, o Laboratório procedeu ao exame dos documentos "Princípios e Recomendações relativos aos censos de população e de habitação", do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, princípios que deverão prevalecer nos censos de 1970. Participou ativamente dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Técnica Permanente para as Estimativas Oficiais de População, criada pela Resolução JEC-857, de 13 de outubro de 1965, seja cooperando nos estudos destinados à revisão e atualização da Lei do registro civil, com vistas à sua adaptação às reais necessidades do País, seja assumindo, mediante convênio, a responsabilidade pela elaboração das estimativas oficiais de população, enquanto faltarem ao órgão responsável pelo seu cálculo as condições necessárias para execução da tarefa

Quanto às estatísticas econômicas, figuram na relação a análise dos principais aspectos da estrutura das economias agropecuárias dos Estados de Sergipe e de Alagoas, segundo dados do censo agrícola de 1960; seis estudos sobre os aspectos principais da atividade industrial em outras tantas Unidades da Federação (Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina), alicerçados no último censo industrial; trabalho sobre a tendência passada e a projeção futura da produção agrícola brasileira, com base nos mais recentes dados do Serviço de Estatística da Produção. Registre-se finalmente a divulgação de dois volumes, nos quais se coordenam todas as séries de índices gerais e parciais, de "quantum" e de preços ou de "quantum" e de valores médios unitários, que a Secretaria-Geral acaba de calcular para os setores da produção primária e do comércio. Esses indicadores de tendência referem-se aos anos de 1952 a 1954, realizando-se, neste momento, a sua necessária atualização

A Resolução AG n.º 818, de 21 de junho de 1963, modificou profundamente o processamento dos trabalhos relacionados com a estatística para fins militares. Procurou o Serviço de Estatística Para Fins Militares levar a cabo a implantação de novo sistema de trabalho, o que vem sendo realizado através de circulares esclarecedoras e visitas de funcionários do Serviço e da Inspetoria Técnica às Seções de Estatística Militar dos Departamentos Estaduais de Estatística.

O *Boletim Estatístico de Interesse Militar* (BEIM), confeccionado segundo modelo especial de folhas soltas, foi distribuído aos Estados-Maiores das Forças Armadas e, até o momento, seis remessas de dados sistematizados em tabelas, constantes de 325 folhas foram feitas àqueles órgãos militares para inclusão no *Boletim*

O Serviço de Estatística Para Fins Militares registrou, até 31 de maio último, a entrada de 729 tabelas, de 19 Unidades da Federação, referentes a assuntos de interesse militar pesquisados na XXIX Campanha Estatística, faltando, ainda, 493 para completar as apurações relativas ao ano de 1964. Cabe ressaltar que 5 Estados e 1 Território nenhuma contribuição enviaram, até o momento. Dentro do seu programa de trabalho, vem o SEFM colaborando com os setores de estatística dos Estados-Maiores das Forças Armadas, fornecendo-lhes pessoal para execução de tarefas especializadas. Presentemente, há 5 servidores prestando serviços técnicos aos órgãos estatísticos do Exército (2), Aeronáutica (2) e Marinha (1)

As tarefas de levantamento estatístico realizadas na Administração Central continuam a receber o apoio eficiente das Inspetorias Regionais, onde a insuficiência de pessoal técnico e administrativo se faz sentir intensamente. Nelas, militam arduamente, com entusiasmo e reconhecida dedicação, cerca de 3 660 servidores, dos quais 2 745 Agentes de Estatística distribuídos por todo o território nacional. A eficiência da rede de coleta pode ser avaliada pela constatação de que, em 31 de maio último, estava praticamente concluída

a coleta da XXX Campanha Estatística, como já se mencionou, bem assim, pela maneira auspiciosa com que reagiu às diversas solicitações especiais que lhe foram formuladas no decorrer de 1965

Apraz-me lembrar a importância das Inspetorias Regionais como veículos da integração perfeita dos órgãos regionais ao Sistema Estatístico Brasileiro, como eles que são entre a Administração Central, os Órgãos Centrais Federais, os Departamentos Estaduais e a rede de Agências Municipais de Estatística

Os problemas que se apresentam com relação à atividade fim das Inspetorias Regionais, isto é, a de bem coletar os dados estatísticos, foram analisados por Grupo de Trabalho constituído em atenção ao estabelecido pela Resolução — JEC-797, o qual concluiu, ao fim de suas atividades, por sugerir medidas adequadas à melhoria dos serviços da rede de coleta e à obtenção de melhor rendimento dos recursos financeiros a ela destinados. Essas sugestões têm sido consideradas em todos os estudos que, em perseguição à meta de aperfeiçoamento da rede de coleta, vêm sendo realizados pela Secretaria-Geral

Cumpra acentuar, neste ponto, o importante papel desempenhado pelos Inspetores Técnicos junto às Inspetorias Regionais. Foram intensificadas, no último ano, as inspeções periódicas, que se elevaram a 27. Nessas visitas às Inspetorias Regionais, não só se procurou conhecer a situação dos serviços, mas, também, os problemas que afetavam o bom desenvolvimento dos mesmos. Delas, decorreram providências para melhorar a eficiência dos trabalhos executados nas Inspetorias ou de responsabilidade de Administração Central. Outras missões de interesse da estatística, ou para solução de problemas administrativos, foram confiadas à Inspetoria Técnica, que presta, também, excelente serviço de assessoria ao titular da Secretaria-Geral

Além das responsabilidades técnicas, de que me ocupei até agora, a Secretaria-Geral assume encargos administrativos os mais variados. Essas atividades, como não poderia deixar de ser, foram, nos últimos tempos, condicionadas por ocorrências diversas e pelo estabelecimento de novas normas administrativas, especialmente por parte dos poderes da União.

Deste modo, verificou-se que, durante largo período, a base institucional do sistema foi perturbada pela denúncia dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, por decisão unilateral de vários Municípios, alguns da maior importância, como os de São Paulo, Porto Alegre e Juiz de Fora. As razões dessa atitude foram quase sempre de ordem política e não puderam ser neutralizadas com facilidade. Uma feliz sugestão da direção do Instituto ao Governo da União foi aceita e transformou-se no Decreto n.º 53.947, de 5 de junho de 1964, que dispõe sobre a execução dos Convênios, estabelecendo que a concessão de empréstimos e financiamentos da União aos Municípios, ou a obtenção dos mesmos, através da União, ficaria condicionada à observância, pelos mesmos, dos referidos convênios. De outra parte, conseguiu o CNE ver reconhecidos pela Justiça seus pontos de vista quanto à impossibilidade de denúncia unilateral dos convênios. Tais fatos contribuíram para o reatamento de relações com o IBGE de 16 Municípios que haviam denunciado os Convênios em anos anteriores, criando-se, novamente, condições favoráveis para a arrecadação da Quota de Estatística, antes afetada com a suspensão da cobrança do tributo em Municípios tão importantes como os citados. No decorrer dos anos de 1963, 1964 e 1965, cabe assinalar, os Convênios foram ratificados por 10, 78 e 120 novos Municípios, respectivamente. No corrente ano, até o momento, 27 outros novos Municípios ratificaram os Convênios

Fiz referência, anteriormente, a gestões da Presidência junto às autoridades do Governo no sentido de que a profissão de Estatístico fôsse incluída entre as consideradas de nível superior, o que foi conseguido através do Decreto n.º 55.004, de 13 de novembro de 1964. Em consequência, foi baixado o Decreto número 57.837, de 17 de fevereiro último, determi-

nando a classificação dos Estatísticos nos níveis 20, 21 e 22. A essa ocorrência auspiciosa na área administrativa, ajuntaria outros fatos também de importância para a vida do Conselho, como sejam a classificação das funções gratificadas, aprovada pelo Decreto n.º 52.284, de 22 de julho de 1963, e a fixação, pelo Decreto n.º 56.264, de maio de 1965, das vantagens pecuniárias aos membros das Assembleias-Generais do Instituto.

O Serviço de Pessoal prosseguiu na execução de suas tarefas específicas, deixando, no entanto, de orientar diretamente uma de suas unidades, a Seção de Assistência Social, que, por decisão superior, foi fundida, com os serviços médicos e assistenciais de outros órgãos do IBGE, na AMOS — Assistência Médica, Odontológica e Social — subordinada diretamente ao Gabinete da Presidência do Instituto

A atuação mais relevante do órgão de pessoal em 1964 e 1965 esteve relacionada à classificação de cargos, ainda decorrente da aplicação dos princípios estabelecidos na Lei n.º 3.780/60. Procedeu-se ao enquadramento definitivo de 63 servidores ocupantes de algumas séries de classe do pessoal de nível superior (Decreto n.º 56.238, de 21 de maio de 1965) e ao enquadramento provisório de 795 Estatísticos, Técnicos de Administração e Redatores, aprovado pela Portaria n.º SP/1, de 19 de janeiro de 1965 e com base no Decreto n.º 55.301, de 29-XII-64. Foi efetuada revisão do enquadramento aprovado pelo Decreto n.º 51.367/61, do que resultaram os Decretos ns. 55.272, de 22 de dezembro de 1964, e 56.469, de 16 de junho de 1965, beneficiando 621 servidores; foram ultimados o enquadramento do pessoal amparado pelas Leis ns. 3.967/61 e 4.069/62, que se consubstanciou no Decreto n.º 53.562, de 19 de fevereiro de 1964, beneficiando 278 servidores e a revisão de enquadramento a que se refere o art. 2.º do Decreto n.º 52.265, de 1963, este último propiciando elevação dos níveis de 723 servidores da Administração Central e das Inspetorias Regionais.

Os processos de readaptação continuam em exame pelos órgãos de classificação de cargos do CNE, de acordo com as normas baixadas pelos Decretos ns. 57.460 e 57.461, ambos de 20 de dezembro de 1965, já tendo sido expedidas instruções a todos os órgãos sobre o assunto. Ressalte-se que em 1964, por Decretos de 28 de fevereiro e de 2 de outubro, foram concedidas 278 readaptações, sendo 165 de servidores da Administração Central e 113 de pessoal das Inspetorias Regionais

Foi preparada, em tempo útil, o estudo sobre a aplicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva ao pessoal da Administração Central e das Inspetorias Regionais, o qual, aprovado pela Comissão de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (COTIDE), criada e instalada junto ao DASP, deverá ser submetido à assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da República em breves dias

Esse trabalho permitirá que sejam incluídos no novo regime 844 ocupantes de funções de direção, chefia e assessoramento, sendo 94 na Administração Central e 750 nas Inspetorias Regionais. No mesmo regime, poderão ser colocados 516 cargos de carreira — 273 na Administração Central e 243 nas Inspetorias Regionais. Em decorrência ainda da mesma regulamentação, 864 servidores efetivos poderão ser destacados para o regime de trabalho em horas extraordinárias em caráter permanente: 222 na Administração Central e 642 nas Inspetorias Regionais. A escolha e seleção do pessoal para cumprir o novo regime de trabalho será feita dentro de critérios objetivos, de modo que os serviços da repartição possam vir a lucrar, realmente, com a inovação adotada

O pessoal pertencente aos quadros do Conselho, em 31 de maio deste ano, abrangia 1.121 servidores na Administração Central, 923 nas Inspetorias Regionais e 2.745 nas Agências Municipais de Estatística, num total de 4.789 funcionários

Nesse número incluem-se 97 novos servidores (21 Datilógrafos e 76 Agentes de Estatística) concursados pelo DASP e nomeados nos últimos meses em decorrência da autorização do Senhor Presidente da República

Cabe informar, neste ponto, que no 2º semestre de 1964 foram exonerados 42 servidores e aposentados 16; em 1965, as exonerações subiram a 62 e as aposentadorias a 36; e nos cinco primeiros meses do ano fluente ocorreram 20 exonerações e 5 aposentadorias. Assim, em 2 anos, 181 servidores deixaram os quadros do CNE: 124 por exoneração e 57 por aposentadoria.

Há presentemente 356 claros nos quadros da repartição. A direção do CNE procurará preenchê-los, na medida das necessidades de serviço, observados os termos da legislação vigente.

O Serviço de Comunicações ocupou-se, com regularidade, da redação e expedição da correspondência e de impressos diversos, do protocolo e do arquivo de documentos, além da responsabilidade de coordenar e fazer editar o "Boletim de Serviço" do IBGE. Essas tarefas, quantitativamente, se expressam, no ano de 1965, em 9 331 minutas de expedientes redigidas ou revistas; 2 992 notas publicadas no "Boletim de Serviço"; 1 952 matrizes para impressão em mimeógrafo, que resultaram em 367 056 folhas rodadas; 7 199 peças de correspondência, 87 860 impressos e publicações (volumes) e 3 041 processos expedidos; 16 658 documentos protocolados, 17 899 distribuídos, 13 340 consultados e 10 394 arquivados.

Quanto ao Serviço de Material, teve o mesmo, no período, pequeno decréscimo de atribuições, resultante da fusão dos serviços de transporte dos dois Conselhos e sua subordinação ao Gabinete da Presidência. Em compensação, recebeu apreciável sobrecarga de trabalhos, com o advento da nova legislação referente à locação de imóveis, que introduziu sensíveis modificações nas relações entre locadores e locatários.

Os novos encargos assim criados, trouxeram ao SM aumento ponderável de trabalho, já que lhe cabe o controle das locações de 13 prédios ocupados pelas Inspetorias Regionais, além daquelas relativas a muitas Agências Municipais e Distritais.

Para atender ao suprimento de material, inclusive questionários, às Inspetorias Regionais, foram despachados pelo SM, no decorrer de 1965, por via aérea, 1 168 volumes, com 14 734 kg, em 467 despachos, representando uma despesa superior a Cr\$ 19 milhões. As remessas rodoviárias compreenderam 1 005 caixas, com 100 766 kg, em 362 despachos, totalizando mais de Cr\$ 10 milhões o valor dos fretes.

Foram realizadas durante o mesmo ano, de acordo com a legislação vigente, 8 concorrências públicas, 23 administrativas e 192 cotas de preço, para aquisição de material permanente e de consumo.

A manutenção das instalações da Secretaria-Geral exigiu obras e reparos diversos, de acordo com a acertada orientação de procurar conservar, da melhor maneira possível, o patrimônio imobiliário do Conselho. Esse patrimônio compreende, além da sede da Secretaria-Geral, prédios próprios, ocupados pelas Inspetorias do Amazonas, Roraima, Pará, Piauí, Alagoas, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Goiás, além do prédio destinado aos serviços do Conselho em Brasília. O Serviço de Coleta da Guanabara está instalado em excelente edifício, cuja aquisição ora se concretiza, com a aprovação da Resolução JEC-878, de 25 de maio de 1966.

O controle orçamentário e contábil da Secretaria-Geral e Inspetorias Regionais foi efetuado com regularidade pelo Serviço Econômico e Financeiro, que para isso movimentou cerca de 7 500 processos, com exame de mais de 30 000 documentos contábeis.

A receita global do Conselho, nos exercícios de 1964, 1965 e 1966, foi estimada, respectivamente, em Cr\$ 10 719 630 625; Cr\$ 21 289 586 000; e Cr\$ 22 265 373 300. De outro lado, a despesa global, nos referidos exercícios, atingiu os mesmos quantitativos, configurando-se, assim, o equilíbrio orçamentário.

A receita global em apreço compreende recursos provenientes de três fontes: auxílio da União, arrecadação da quota de estatística e receitas diversas. Em 1964, tais receitas fo-

ram estimadas da seguinte forma: Auxílio da União, Cr\$ 9 843 830 625; Quota de Estatística, Cr\$ 831 300 000; Receitas Diversas, Cr\$ 44 550 000. No exercício de 1965, as previsões foram as seguintes indicadas: Auxílio da União, Cr\$ 19 372 836 000; Quota de Estatística, Cr\$ 1 805 000 000; Receitas Diversas, Cr\$ 104 200 000. No exercício de 1966, estimou-se o Auxílio da União em Cr\$ 18 960 000 000; a Quota de Estatística em Cr\$ 3 005 000 000; as Receitas Diversas em Cr\$ 279 073 300.

Quanto à realização da Receita, observou-se que nos exercícios de 1964 e 1965 o seu montante atingiu, respectivamente, a ... Contribuíram para a formação efetiva dessas receitas, em 1964, as seguintes parcelas: Auxílio da União, Cr\$ 6 789 659 836; Quota de Estatística, Cr\$ 2 027 500 186; Receitas Diversas, Cr\$ 82 110 790. No exercício de 1965, as parcelas realizadas foram as seguintes: Auxílio da União, Cr\$ 13 433 768 163; Quota de Estatística, Cr\$ 5 415 616 165; Receitas Diversas, Cr\$ 231 845 128.

Cumpra assinalar que entre a movimentação financeira de 1965, se inclui o apreciável montante de Cr\$ 1 423 393 848, decorrentes da cobrança de faturas do Serviço Gráfico. Tal montante foi atingido, em parte, graças às medidas recomendadas pela Comissão de Tomada de Contas e adotadas, no exercício passado, pela administração do CNE, tendo em vista a regularização dos débitos em atraso.

A despesa orçamentária do Conselho, fixada para 1964 em Cr\$ 10 892 468 625, não foi integralmente realizada naquele exercício, quando se situou em Cr\$ 8 988 476 270. Em 1965, o orçamento previu uma despesa de Cr\$ 21 289 586 000, sendo aplicados efetivamente Cr\$ 15 700 200 548.

No exercício de 1964, as despesas extra-orçamentárias atingiram a Cr\$ 260 436 697, em virtude do pagamento de remanescentes do plano de classificação de cargos. Em 1965, esses encargos abrangeiram Cr\$ 10 968 275 na Administração Central e de Cr\$ 142 350 178 nas Inspetorias Regionais, em face, principalmente, do pagamento de aumentos salariais decorrentes de enquadramento e readaptações de pessoal.

As disponibilidades financeiras que ao encerrar-se o exercício de 1964 atingiram Cr\$ 2 643 554 656, elevaram-se a Cr\$ 6 904 606 687, ao término do exercício de 1965.

As Comissões de Tomada de Contas de 1963, 1964 e 1965, que examinaram e relataram as contas dos exercícios de 1962, 1963 e 1964, respectivamente, ofereceram sugestões e formularam recomendações, visando: a padronização dos processos de prestações de contas dos órgãos ligados ao CNE; o fiel cumprimento dos prazos para a sua apresentação à Junta Executiva Central; a adoção de medidas no sentido de solucionar o problema da cobrança das faturas do Serviço Gráfico; a mecanização dos serviços de contabilidade do Conselho, para obtenção de maior eficiência e possibilidade de apuração mecânica de elementos específicos acerca do custo das estatísticas; a consolidação dos balanços anuais do sistema estatístico-geográfico nacional com a fusão das cifras de todos os seus órgãos, sem prejuízo do conhecimento dos resultados econômico-financeiros que normalmente são apurados em cada um dos órgãos do referido sistema, face aos dispositivos legais.

Para atender a essas recomendações a Secretaria-Geral do Conselho, através do seu Serviço Econômico e Financeiro, vem realizando os estudos necessários e, concomitantemente, adotando as medidas indispensáveis à melhoria do padrão das prestações de contas, tanto das Inspetorias Regionais como dos Departamentos Estaduais de Estatística, sobretudo no que diz respeito ao cumprimento de prazos e à formalização das comprovações das despesas. Relativamente à cobrança das faturas do Serviço Gráfico, foram adotadas medidas, de emergência emboira, que têm produzido bons resultados. Quanto à mecanização dos serviços contábeis, foi adquirido novo e moderno equipamento mecanizado, visando dar maior eficiência e rendimento aos serviços da Conta-

bilidade, corrigindo-se o ligeiro atraso na apresentação semestral da prestação de contas à Junta Executiva Central. Instruções e recomendações foram transmitidas aos Inspetores Regionais visando à eliminação das ocorrências relatadas pelas Comissões de Tomada de Contas. Promove, ainda, a Secretaria-Geral os estudos que possibilitarão, tanto quanto possível, padronizar as prestações de contas dos órgãos do sistema estatístico regional e atender a sugestão da consolidação dos balanços anuais do sistema estatístico-geográfico nacional.

O Serviço Gráfico do IBGE deu curso às suas atividades atendendo aos trabalhos de impressão dos instrumentos de coleta, editando, igualmente, as publicações preparadas pela Secretaria-Geral do CNE, os trabalhos do Conselho Nacional de Geografia e do Serviço Nacional de Recenseamento, dos Serviços Centrais Federais de Estatística e de outras repartições vinculadas ou não ao Instituto, além das encomendas de particulares. O alto nível gráfico dessas publicações vem sendo mantido, não obstante necessitar o Serviço Gráfico de modernização de seus equipamentos. Assim, nesse sentido, a iniciativa, já em andamento, visando à execução de um plano de reequipamento que colocará aquele Serviço em posição de destaque na indústria gráfica da Guanabara.

A receita total das atividades do Serviço Gráfico atingiu 515 milhões de cruzeiros em 1964 e 1.755 milhões de cruzeiros, em 1965, observando-se um incremento de 240% em relação ao exercício anterior, cuja expressão seria ocoso assinalar. Assim, verificou-se em 1965, na verdade, sensível aumento de produtividade naquele Serviço, pois elevavam-se os índices físicos da produção, sem aumento do quadro de pessoal, o que possibilitou obter-se, como resultado operacional do exercício, montante superior a Cr\$ 45 milhões.

Relativamente à despesa do Serviço Gráfico, que no exercício de 1964 atingiu 885 milhões de cruzeiros, em 1965 evoluiu para 1.694 milhões de cruzeiros, notando-se que a maior repercussão no crescimento da despesa corresponde à rubrica de pessoal, cumprindo ressaltar que o crescimento dos encargos de pessoal resulta da política salarial, regida pela legislação trabalhista.

Permanece em funcionamento, no referido órgão, a Escola de Artes Gráficas, criada com a finalidade de preparar mão-de-obra especializada, já estando sendo obtidos bons resultados desse empreendimento.

No decorrer desta exposição, mencionei a adoção de medidas legais destinadas à melhoria do funcionamento do Sistema. Não desejo concluir, entretanto, sem realçar outras iniciativas encaminhadas pela atual administração do Instituto, visando a obter novos suportes legais para fortalecimento da base institucional da entidade.

A primeira diz respeito à competência da União para legislar sobre Estatística, Geografia e Cartografia, o que motivou a criação de um Grupo de Trabalho incumbido de estudar o assunto em profundidade. Com base no trabalho apresentado, os órgãos colegiados do Instituto elaboraram anteprojeto de emenda constitucional, dando à União aquela competência, o qual foi encaminhado, em outubro de 1964, à Presidência da República, por intermédio do Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais.

A segunda relaciona-se com a criação, desdobramento e fusão de Municípios, problema de magna importância para as atividades de natureza estatística e geográfica. Coube à Assessoria da Secretaria-Geral estudar o assunto, objeto final de anteprojeto que, aprovado pelos órgãos colegiados, foi encaminhado à consideração da Presidência da República através do mesmo Ministério.

Finalmente, merece a maior atenção a iniciativa de caráter técnico decorrente da Resolução JEC-797/64. Para estudo da matéria, constituiu-se, por igual, um Grupo de Trabalho, que se empenhou em estudar a planificação das pesquisas estatísticas no Brasil, cujos resultados se acham reunidos em minu-

cioso relatório, com uma série de recomendações, entre as quais se destaca a criação, na Secretaria-Geral, de um órgão de assessoramento destinado a planejar e acompanhar a execução de um plano nacional de estatísticas básicas. A medida, consubstanciada em anteprojeto de decreto preparado pela Secretaria-Geral, mereceu acolhida da Junta Executiva Central, que o encaminhou à elevada consideração do Sr. Presidente da República, por intermédio do MECOR.

É oportuno registrar não haver sido focalizada nesta exposição a atividade desenvolvida pelo Serviço Nacional de Recenseamento, dada a natureza autônoma desse órgão, não subordinado ao Conselho Nacional de Estatística. Levando em conta, porém, a importância dos trabalhos censitários e o interesse que os mesmos têm para todos os órgãos estatísticos, incluiu-se no calendário da Assembleia-Geral a realização de mesa-redonda no SNR, com a presença dos dirigentes do órgão, para discussão de temas de interesse geral para o Sistema Estatístico Brasileiro.

As palavras finais envolvem não raro sentido de mensagem. Não fugirei a essa prática. Mas, antes, permito-me ligeira consideração. É incontestável que o Sistema Estatístico enfrenta problemas graves. Problemas que se inserem no amplo contexto das exigências da realidade nacional, em processo de transformações rápidas.

Não há como contornar o desafio implícito no agigantamento da demanda de dados estatísticos. Impõe-se fazer-lhe frente com a tenacidade característica dos que idealizaram o Sistema, dando-lhe bases cuja solidez lhe tem permitido superar dificuldades.

Quando assim me expresso, tenho presente o exemplo do Fundador do Instituto, o inolvidável Mário Augusto Teixeira de Freitas, cujo idealismo, longe de inspirar-se na contemplação de miragens, nutria-se da seiva sumarenta das próprias realidades. A lição de sua existência continua viva. Mais do que um trabalhador extraordinário, foi ele, principalmente, um informado, com a estagnação, como testemunham todos quantos o conheciam de perto ou os que tomaram conhecimento do seu acervo imenso de idéias fecundas e generosas. E, assim, uma homenagem que se presta ao Fundador do IBGE, neste momento, a exaltação daquele traço marcante de sua personalidade.

Minhas últimas palavras serão palavras de fé e confiança. Fé e confiança nesta ilustre Assembleia, que saberá encaminhar soluções adequadas para os sérios problemas estatísticos nacionais; fé e confiança na capacidade de renovação e no espírito cívico dos diversos quadros de pessoal do sistema estatístico brasileiro; fé e confiança nas novas gerações de estatísticos, cuja formação profissional se processa na Escola Nacional de Ciências Estatísticas; fé e confiança nos destinos do IBGE, sob a orientação segura, esclarecida e patriótica do nosso querido Presidente, General Aguiinaldo José Senna Campos.

A estrada que temos diante de nós não se apresenta com a perspectiva de uma avenida asfaltada, lembando, antes, um daqueles ásperos caminhos sertanejos. Fiéis ao legado dos que acreditaram na obra gigantesca, animados pelo estímulo que nos vem da direção superior e pelo calor do entusiasmo ibegano, prossigamos na marcha iniciada há trinta anos, com o desejo sincero de dar ao Brasil a Estatística que ele reclama."

DISCURSO DO CEL. MÁRIO LUCENA

Na sessão de encerramento da Assembleia-Geral, o Cel. Mário Paglioli de Lucena leu, em nome da Representação Federal, o seguinte discurso:

"Decidiram os meus pais da Junta Executiva Central que eu proferisse algumas palavras por ocasião do encerramento desta Assembleia-Geral. A honrosa missão muito me emociona e a cumprio com prazer e convicção.

Meus Senhores, chegamos ao final dos nossos trabalhos e estamos certos de que os objetivos almejados foram plenamente alcançados, a despeito de há três anos não termos tido a ventura de privarmos do convívio sadio dos senhores delegados regionais, peças vitais do sistema nacional de estatística.

Num país como o Brasil, país-continente, que por diversas razões ainda não atingiu ao grau de maturidade necessário à consolidação do verdadeiro espírito de brasilidade e de grandeza, qualquer organização que não possua estrutura adequada, ficaria abalada frente ao primeiro sinal de subversão e corrupção, dois aliados perniciosos, que, a qualquer preço, tentam corroer os alicerces morais e cristãos do ente humano. A eliminação desses males é um dever elementar de todo cidadão dotado de honestidade de propósitos.

Ainda estão bem vivos na nossa memória os tristes episódios que antecederam e geraram a Revolução de 31 de março. Órgãos da mais Alta Administração estavam completamente minados pelo vírus destruidor dos nossos patrimônios morais. Princípios hierárquicos, propositalmente, eram esquecidos por maus brasileiros que mantinham as rédeas do poder. As ações maléficas da máquina político-administrativa, dominada por ideologias importadas, já estavam colhendo os primeiros frutos em várias Unidades da Federação. E assim, o desmoronamento das Instituições estava à vista de todos nós.

Mas, felizmente, este estado de coisas foi contido no seu devido tempo e aí estão as instituições retomando o caminho dos seus destinos.

Ora, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo parte de um todo, não poderia deixar de ser atingido pelo veneno espalhado por ambiciosos impatriotas e ateus. A estatística sofreu e foi seriamente comprometida.

O nosso Instituto, no passado, teve a infelicidade de possuir administrações que talvez não tenham atentado para o crime que estavam cometendo, ao permitirem que interesses espúrios interferissem na fecunda, gloriosa, nobre e patriótica missão do IBGE.

Mas, a despeito de tudo, a estatística não sucumbiu; muito ao contrário, resistiu e sobreviveu, a fim de fornecer ao país elementos básicos para o planejamento que, posto em execução, permitirá o desenvolvimento que o Brasil tanto aspira para minorar a miséria humana, presa fácil dos demagogos vulgares.

Estamos convencidos de que a sobrevivência da estatística é devida, em grande parte, ao sistema idealizado pelo saudoso Mario Augusto Teixeira de Freitas. Difícilmente ruirá uma organização orientada — e até certo ponto dirigida — pelas três órbitas do Poder Executivo, aqui representadas pelos delegados que constituem esta Assembléia-Geral, órgão máximo do Sistema Estatístico. É óbvio que a estrutura existente seria inócua, sem a dedicação e o espírito de grandeza da vasta maioria dos seus servidores.

Meus Senhores, a Sessão de hoje significa o coroamento da XXIII Assembléia-Geral do Instituto. Os Membros da Junta Executiva Central agradecem a valiosa e imprescindível cooperação prestada pelos seus colegas regionais, cujos entendimentos e livre manifestação de opiniões, possibilitaram a aprovação de 34 Resoluções, todas elas visando o aperfeiçoamento da estatística, o que vale dizer, o progresso do Brasil.

Seríamos audaciosos se afirmássemos que sem estatística o Brasil estagnaria. Mas, acreditamos que, sem ela, jamais galgará o lugar de destaque que lhe está reservado entre as grandes Nações do Mundo; estamos convencidos de que a Estatística não pode parar, custe o que custar.

Para finalizar, não poderíamos deixar de expressar à Presidência do Instituto, o nosso reconhecimento pela excelente organização dos trabalhos da Assembléia-Geral que ora se encerra.

Muito obrigado."

RELATÓRIO DO SR SECRETÁRIO-GERAL

O Sr Secretário-Geral, na sessão de encerramento, apresentou ao plenário o seguinte relatório dos trabalhos da XXII Assembléia-Geral:

"Sejam as minhas primeiras palavras expressões de regozijo por termos o prazer de ver, na presidência desta solenidade, nosso ilustre Presidente, o Exmo. Sr General Aguiar do José Senna Campos, já restabelecido, assim o esperamos, da enfermidade que o impediu de participar, conforme o seu desejo, de todas as atividades desenvolvidas em nossas reuniões ordinárias.

A realização desta Assembléia-Geral assinala um dos acontecimentos mais expressivos na existência do Sistema Estatístico Brasileiro. Constituiu ela, com efeito, oportunidade para comunicação entre os representantes dos órgãos regionais e federais, para reatamento de contatos e, até mesmo, para que novos e velhos dirigentes se conhecessem. Proporcionou ensejo a uma troca salutar de pontos de vista e de experiências hauridas no trato diário de problemas comuns, variáveis apenas em grau quanto à extensão e intensidade. Dêsse intercâmbio, dessa interação que é um fator de progresso na vida de grupos sociais ou de instituições, decorreu um saldo que — estou certo — será capitalizado em favor da Estatística. Tudo isso — note-se — num ambiente de camaradagem e cordialidade, dentro da mais pura tradição ibicana.

Mas o que sobretudo legitima o alcance desta Assembléia é a circunstância de haver permitido um balanço realista das atividades estatísticas em nosso País, a par da compreensão da necessidade de reorientá-las no sentido de pronto atendimento dos consumidores. Já me referi, no Relatório inicial que tive a honra de apresentar a esta ilustre Assembléia, a verdadeira fome de dados estatísticos que lava no Brasil, fruto das exigências de sua evolução sócio-econômica e cultural. Fome que, generalizada a vários domínios da produção estatística, se traduz, em particular, na procura de elementos indispensáveis à configuração exata da realidade e ao consequente labor de planejamento nos setores público e privado.

Registrarei aqui outro aspecto positivo das atividades da Assembléia, investida do poder de legislar no campo específico que lhe foi prescrito. Elevaram-se a 40 os projetos de Resolução apresentados, discutidos em plenário e examinados pelas Comissões. Dêsse elenco vultoso de projetos, cuja discussão se processou por vezes com ardor, sempre com interesse, e em todos os momentos com o resguardo das normas legais e regimentais, resultaram 34 Resoluções aprovadas. Apesar da importância de que todas se revestem, mencionarei algumas de expressão maior, pelas implicações que necessariamente terão no Sistema.

Ninguém ignora a crise que atravessa a Estatística Brasileira em face da escassez de pessoal técnico especializado em diversos setores responsáveis pela produção de estatísticas, problema que uma infra-estrutura educacional incipiente não pôde ainda solucionar no ritmo e na amplitude desejáveis. Um passo importante foi dado pelo Conselho, anos atrás, com a criação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, impondo-se, entretanto, aumentar a oferta de possibilidades no setor da formação e do treinamento de pessoal.

Dai o significado da Resolução n° 830, agora aprovada pela Assembléia-Geral recomendando à Secretaria-Geral do Conselho a criação de um Programa Nacional de Treinamento, destinado a contemplar as necessidades do conjunto de órgãos que compõem o Sistema.

Merece destaque, por se enquadrar na mesma ordem de preocupações, a Resolução n° 833, que dispõe sobre o estágio de alunos da Escola Nacional de Ciências Estatísticas em órgãos do Sistema. Em consequência, fica a Secretaria-Geral autorizada a aceitar e encaminhar a órgãos especializados do Sistema, em



Flagrante da sessão de instalação da XXIII Assembléia-Geral, quando falava o Sr Sebastião Aguiar Ayres, Secretário-Geral do CNE.

caráter de estagiários remunerados, até dez alunos do terceiro e quarto anos daquela Escola, por semestre, em cada exercício financeiro.

Diga-se o mesmo da Resolução n.º 836, que dispõe sobre a implantação gradativa do método da Amostragem pelos Órgãos do Sistema e na qual se recomenda à Secretaria-Geral a criação de um Núcleo Especializado de Amostragem. Terá esse Núcleo a finalidade de planejar, executar e orientar a realização de pesquisas para atendimento das necessidades da própria Secretaria-Geral, prestando, quando solicitado, assistência aos demais órgãos do Sistema. Trata-se de aspiração antiga, consubstanciada afinal em ato que terá repercussões benéficas em todos os setores estatísticos.

Destacarei, também, a Resolução n.º 840, que dispõe sobre a uniformização do levantamento e apuração das estatísticas do comércio interestadual; a n.º 847, que recomenda a adoção de medidas práticas no sentido do aperfeiçoamento das estatísticas baseadas no Registro Civil; a de n.º 850, que institui a Comissão Permanente de Classificação Industrial; as de números 858 e 859, que dispõem sobre a reformulação do plano das Campanhas Estatísticas e a realização da XXXI Campanha Estatística.

No que concerne ao setor administrativo, merece referência a Resolução n.º 835, em que se formula apelo aos Governos federal e regionais para proverem os órgãos estatísticos oficiais dos recursos indispensáveis à execução dos seus encargos, e, por igual, devem ser destacadas as Resoluções números 848 e 857, uma modificando o critério para distribuição do auxílio concedido pelo Conselho aos Órgãos Centrais Regionais, e outra tornando mais racionais as normas para sua aplicação.

Particularmente significativa foi a Resolução pela qual a Assembléia prestou homenagem à memória do Fundador da Estatística Brasileira — José Luís Sayão de Bulhões Carvalho —, pelo transcurso do centenário de nascimento do ilustre brasileiro.

Igualmente merece registro, pela justeza da proposição aprovada, a Resolução n.º 852, pela qual a Assembléia considera digna de congratulações a atuação do General Aguiar José Senna Campos na Presidência do IBGE.

Finalmente, não posso deixar de mencionar a Resolução n.º 839, com a qual a Assembléia homologou as Resoluções das Juntas Executivas do Conselho, e a de n.º 845, pela qual foram aprovadas as Contas do Conselho Nacional de Estatística, referentes ao exercício de 1965.

As mesas-redondas previstas no programa de trabalhos da Assembléia e realizadas pelos Srs. Representantes, em dois órgãos ministeriais e no Serviço Nacional de Recenseamento, ensejaram o enfoque de temas relevantes ligados ao levantamento e apuração das estatísticas comuns a todos os órgãos regionais e federais, resultando de tais encontros, sem dúvida, proveitosa troca de informações e experiências.

Senhor Presidente, Senhores Delegados:

Ao encerrar estas palavras, quero deixar suficientemente marcado que o problema maior da Estatística Brasileira pode ser resumido em termos de *produção atualizada ao nível da demanda*. Este desafio lançado aos responsáveis pela direção dos Órgãos do Sistema só poderá ser respondido pela coordenação racional de esforços, pela soma de energias de todos os que labutam no campo da Estatística, e, de modo especial, pela firme determinação de vencer dificuldades onde quer que se apresentem. Não estou enunciando algo que vos seja novo. Tenho certeza de que todos, sem exceção, estão cientes desta necessidade e de que cada um fará o máximo para consecução do objetivo comum.

Congratulo-me com os Srs. Representantes por haverem levado a termo feliz, durante os dias em que estivemos reunidos, os trabalhos programados. O espírito de colaboração dos delegados regionais e federais, a compreensão mútua em tudo o que é essencial para os destinos da Estatística, a solicitude dos dedicados colegas incumbidos de oferecer aos participantes das sessões o assessoramento necessário, a abnegação dos servidores da Secretaria da Assembléia encarregados de tarefas, muitas vezes penosas, a solidariedade de uns para com os outros — todas essas recordações gratas do nosso convívio fraternal — são estímulos que nos encorajam a prosseguir no caminho traçado. Sem titubelos. Sem desfalecimentos.

Sem minimizar o passado, rico em realizações e ensinamentos, mas atentos para as solicitações do presente. Com aquêlê velho espírito ibgeano — que teve em Teixeira de Freitas o seu mais lídimo representante — renovado miraculosamente ao sópro das realidades atuais”

DISCURSO PRESIDENCIAL

No encerramento dos trabalhos da Assembléa-Geral, o Sr. Presidente do Instituto leu o seguinte discurso:

“Ao dai por encerrados os trabalhos da Vigésima-Terceira Assembléa-Geral dos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia, quero, antes de tudo, deixar patenteado o alto espírito de coesão e unidade que caracterizou os trabalhos desta semana, durante a qual foram balanceados e equacionados os problemas ligados ao aperfeiçoamento dos serviços estatísticos e geográficos no país

Embora impossibilitado, por motivos de saúde, de acompanhar pessoalmente, no dia-a-dia dos debates e discussões que se desenvolveram sob um clima saudável de franqueza, lealdade e entendimento de caráter construtivo, o exame das questões de que resultaram Resoluções e Recomendações tendentes à melhoria e aprimoramento de tarefas comuns, desejo salientar, aqui, o profundo interesse com que partilhei do empenho no sentido de que, do encontro ora concluído, resultassem os melhores proveitos em favor da obra conjunta que a todos nós une e solidariza para o bem do país. Posso dizer agora, com efeito, que foram aproveitados da melhor maneira estes dias dedicados a um contato mais estreito entre os que, na hora presente, se acham à frente dos órgãos e entidades responsáveis pelas prospecções e levantamentos estatísticos e geográficos que objetivam um conhecimento cada vez mais minucioso da vida nacional sob todos os aspectos

Somente isto bastaria para que retornássemos aos nossos postos com a consciência plenamente satisfeita. Resultados, porém, que extrapolam da finalidade específica destas Assembléas-Gerais merecem sejam realçados nesta oportunidade. Refiro-me à coincidência de anseios, verificada no curso dos trabalhos, para que se reforcem, por todos os meios possíveis, uma compreensão mais estreita e um entrosamento de interesses baseados exclusivamente no engrandecimento da pátria comum, através da integração nacional. Tudo isso, tanto a coordenação indispensável ao êxito de nossas tarefas como o superior objetivo dessa integração, podem ser devidamente sopesados na forma e na substância das deliberações conjuntas destas Assembléas-Gerais.

A veificação dessas realidades conforta e anima, além de representar estímulos novos para o prosseguimento da caminhada na direção de rumos constantemente corrigidos segundo o vulto dos obstáculos a vencer e a excelência das metas a serem alcançadas

Senhores Delegados,

Cabe-me externar, na hora da despedida, em meu nome e no de quantos emprestam o melhor de seus esforços ao IBGE, o reconhecimento mais expressivo pela dedicação, boa-vontade e elevados propósitos de cooperação, com que todos souberam desempenhar as missões que os trouxeram dos mais longínquos recantos do país, para a participação na obra patriótica pela causa da Estatística e da Geografia em nossa terra.

Os Senhores Secretários-Gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia expuseram pormenorizadamente o quanto se fez nas jornadas desta semana. De minha parte, formulo votos para que se cumpram à risca, sem titubelos nem vacilações, todas as Resoluções e Recomendações aprovadas. E agradeço de todo coração as visitas e manifestações de carinho que recebi, por motivo da enfermidade que me privou da honra de presidir à solenidade de abertura destas Assembléas-Gerais.”

Bibliografia

FRUMENTO A — *I disegni economici intermedi Roma*, Fondazione Luigi Einaudi, 1966.

A importância de uma adequada organização das estatísticas econômicas para o planejamento é posta em relevo nesta análise aprofundada das relações entre os “desenhos econômicos centrais”, referentes ao conjunto de um país, e os “desenhos intermediários”, referentes a áreas ou agregados particulares

O autor distingue três tipos de desenho econômico central (entre os quais, aliás, as fronteiras não são rígidas), isto é, o da “planificação” total e compulsória, aplicado na União Soviética, na China e nos respectivos países satélites, o da “programação”, que traça diretrizes de ação, deixando às iniciativas privadas e públicas a sua realização; e o da “guia metódica”, que se limita a sugerir os rumos desejáveis da atividade econômica. É óbvio que nos dois últimos sistemas a ação do Estado visa a incentivar a adoção das diretrizes programadas ou sugeridas

Qualquer que seja o tipo do desenho central, este implica a necessidade de preparar e de coordenar reciprocamente e no quadro geral toda uma série de desenhos intermediários concernentes a regiões geográficas, tradicionais ou administrativas, a zonas de características especiais, a áreas depressas, a áreas de desenvolvimento, etc. Justamente a análise dos problemas de organização e de atuação desses desenhos intermediários constitui o objetivo principal desta monografia, que discute com doutrina e com vivacidade o assunto, aproveitando as experiências dos países que adotaram ou estão progressivamente adotando sistemas de desenho econômico central não compulsório e os resultados de numerosos estudos de âmbito nacional ou internacional que foram dedicados à busca das possíveis melhores soluções.

O autor salienta a variedade da significação das “regiões de programação”, cuja delimitação é determinada principalmente por um conjunto de circunstâncias e de problemas comuns, amiúde divergindo da delimitação das regiões geográficas, tradicionais ou administrativas. Exemplificando para a Itália, discrimina áreas de desenvolvimento mais adiantado, áreas moderadamente atrasadas e áreas depressas.

Descreve, depois, comparativamente, as formas institucionais de organização dos “desenhos intermediários” em vários países (França, Bélgica, Holanda, Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos), e ilustra as dificuldades particulares que surgem na Itália pela planejada generalização da autonomia administrativa já concedida a algumas regiões tradicionais. Sucessivamente, expõe e discute os critérios preliminares para a preparação dos desenhos intermediários regionais, os princípios de elaboração destes desenhos e as diretrizes para a sua realização

O esmerado estudo põe em evidência a complexidade e a multiplicidade dos problemas que derivam do planejamento, mesmo não coercitivo, e da sua extensão regional, e implicitamente mostra também o perigo de que a necessária ampliação das atividades e das iniciativas econômicas da administração pública retarde, em vez de acelerar, o desenvolvimento, e ao mesmo tempo agrave a inflação burocrática que já perturba vários países.

O Brasil, que ainda está na etapa inicial do caminho para o planejamento, poderá muito apreender pela experiência dos demais países da qual a análise de Frumento tira variados e úteis ensinamentos. Poderá, também, aproveitar as sugestões do autor referentes aos desenvolvimentos e aprofundamentos das apurações de estatísticas econômicas que se tornam indispensáveis para o bom êxito da programação central e local

GIORGIO MORTARA

BAFFI P — *Studi sulla moneta*. Milano, Giuffrè, L. 3 200.

Estão reunidos neste volume doze estudos sobre assuntos de economia monetária, redigidos entre 1944 e 1960 pelo autor, que atualmente ocupa o alto cargo de diretor geral do banco central (*Banca d'Italia*): estudos já anteriormente divulgados em parte na Itália e em parte em outros países

Dividem-se esses estudos em três grupos: o primeiro compreende pesquisas de análise monetária de caráter geral; o segundo, discussões de problemas internacionais, o terceiro, descrições e análises da política monetária italiana do período sucessivo à segunda guerra mundial.

O livro do Dr. Baffi, embora destinado principalmente aos economistas,

aos quais apresenta, ilustra e esclarece os complexos problemas da economia monetária nacional e internacional, intimamente ligados entre si, oferece também informações, sugestões e diretrizes de trabalho muito úteis para os cultores da estatística econômica. Com efeito, o autor emprega com habilidade e eficácia os métodos estatísticos, conseguindo algumas vezes confirmar, outras vezes retificar, opiniões correntes acerca de determinadas relações entre fatos monetários e outros fatos e fatores econômicos, e até abrindo novas vias para a investigação de fenômenos monetários dependentes simultaneamente de muitas e variadas circunstâncias. Determinações de tendências e discriminações de variações cíclicas e estacionais, cálculos de correlações e de equações interpolatórias nas baseadas, diagramas e cartogramas, integram o texto em estreita e necessária conexão com a discussão, ilustrando na forma mais perspicua seus elementos, desenvolvimentos e resultados.

Alguns dos estudos merecem sobretudo a atenção do historiador das vicissitudes econômicas e de suas relações com as políticas; mas a maior parte deles apresenta interesse atual. Devem ser especialmente lembrados os que tratam dos problemas monetários internacionais, que hoje mais do que nunca ocupam, preocupam e dividem economistas e políticos, em busca de soluções aptas para facilitar o desenvolvimento das trocas internacionais comerciais e financeiras. Merecem, também, relevo os estudos que ilustram os fatores e os aspectos monetários do "milagre econômico" italiano dos anos cinquenta e o sucessivo retardamento do progresso nos últimos anos sob a influência, em parte, de fatores políticos.

Merece, portanto, a gratidão dos estudiosos a Faculdade de Economia da Universidade de Roma que promoveu esta publicação, onde os diversos estudos ficam coordenados num conjunto orgânico.

GIORGIO MORTARA

J BOURGEOIS — PICHAT — *Population Growth and Development*
New York, Carnegie Endowment
for International Peace, 1966

Nesta monografia, densa de fatos e de idéias, o ilustre diretor do Instituto Nacional de Estudos Demográficos de Paris ilustra sumariamente os problemas suscitados pelo acelerado aumento da população, especialmente nos países economicamente atrasados, onde este aumento determina grandes dificuldades para o desenvolvimento econômico e não somente para a melhoria mas também para a própria manutenção do padrão de vida.

Após ter delineado na introdução os problemas econômicos de curto e de longo prazo oriundos do rápido incremento demográfico, e ter exposto e comentado dados sobre o aumento da população do mundo e de grupos étnicos e econômicos de países entre 1750 e 1960, o autor apresenta as previsões recentemente efetuadas pelo Serviço de População das Nações Unidas, por J D Durand e por ele próprio, acerca da marcha provável do incremento demográfico até o ano de 2000, com referência aos vários continentes, às regiões em que estes se dividem e aos principais países de cada região, analisando variados aspectos desse desenvolvimento, entre os quais o da crescente urbanização.

Trata, depois, da natalidade, da mortalidade e das migrações internacionais, examinando não somente o andamento passado e a situação atual, mas também o provável andamento destes fatores das variações populacionais nos próximos decênios. Tem aqui ocasião de expor e discutir a marcha do movimento para o controle dos nascimentos, que até agora obteve apenas modesto e limitado sucesso justamente nos países atrasados da Ásia, onde esse controle seria mais urgente. Descreve as variações prováveis da composição por idade das populações no próximo futuro, e ilustra os progressos conseguidos na duração média da vida calculada de acordo com as tábuas de sobrevivência.

Conclui, analisando a possível ação e a efetivamente exercida nesse domínio por organizações internacionais, para a defesa e a elevação do nível de vida das populações ameaçadas pela "explosão demográfica", salientando as recentes modificações do princípio de não-intervenção que fora adotado pelas Nações Unidas e que nos últimos tempos foi substituído por uma clara decisão de intervenção a favor do controle dos nascimentos nos países atrasados.

Escrita em forma simples e eficaz, e rica de informações e de pensamento, esta monografia constitui uma introdução objetiva e instrutiva ao estudo do que foi dito o maior problema de nosso tempo.

GIORGIO MORTARA

ISTITUTO CENTRALE DI STATISTICA
— *Sviluppo della popolazione italiana dal 1861 al 1961* Roma, 1965.

Na ocasião do primeiro centenário da unidade política da Itália, o Instituto Central de Estatística organizou e divulgou uma série de publicações destinadas a ilustrar vários aspectos da vida social do país e suas modificações no curso desse período secular. O volume aqui anunciado, onde está exposto e analisado o desenvolvimento

da população, é fruto da colaboração de funcionários especializados da administração estatística e de outros demógrafos italianos.

A introdução, que delinea a posição da Itália na revolução demográfica, pela qual no período referido foram profundamente alterados o desenvolvimento e a distribuição da população mundial, segue-se, na primeira parte do volume, o estudo da estrutura da população (quantidade; composição por sexo, idade e estado conjugal), da sua distribuição territorial (por regiões, províncias, zonas urbanas e zonas rurais, áreas de população concentrada e áreas de população esparsa), e da composição da população ativa segundo ramos e classes de atividade. Está incluída nesta parte também a exposição comentada dos levantamentos estatísticos referentes à família, à habitação e à instrução escolar. Na segunda parte, trata-se do movimento natural da população e de seus fatores (nupcialidade, natalidade e fecundidade, mortalidade geral). As estatísticas referentes às causas de óbito (doenças infecciosas e parasitárias, tumores, doenças cardiovasculares e do sistema nervoso, outras doenças) e às doenças sujeitas a denúncia obrigatória constituem o assunto das análises apresentadas na terceira parte. A quarta e última parte concerne aos movimentos de migração internacional e interior.

No período secular considerado, a população da Itália nas fronteiras atuais aumentou de pouco mais de 25 para quase 50 milhões de habitantes, apesar da perda de cerca de 8 milhões pelo excedente da emigração sobre a imigração internacional. A natalidade caiu de pouco menos de 40 para menos de 20 por 1 000 habitantes, e a mortalidade de 30 para 10 por 1 000.

Pela organização e divulgação desta coletânea de estudos valiosos e densos de fatos e de comentários esclarecedores, o Instituto Central de Estatística merece os louvores e a gratidão dos demógrafos, aos quais ele oferece esta excelente fonte de informações.

GIORGIO MORTARA

OUTRAS PUBLICAÇÕES

Durante o 2º trimestre de 1966, o Conselho Nacional de Estatística lançou as seguintes publicações:

Pela Diretoria de Documentação e Divulgação: *Revista Brasileira de Estatística*, ns. 103/104 e 105; *Boletim Esta-*

tístico, n.º 92; *IBGE-1965*; 36 monografias, ilustradas, das séries A e B, referentes aos Municípios de Brasília, DF (2.ª edição); Campinas, SP (2.ª edição); São Paulo de Olivença, AM; Itapemirim, ES; Maceió, AL (2.ª edição); Jaú, SP; Caeté, MG; José de Freitas, PI; Guadalupe, MG; Brasília, AC; Ribeirão Preto, SP (3.ª edição); Bauru, SP (2.ª edição); Rosário Oeste, MT; Inhumas, GO; São Borja, RS; São Mateus do Sul, PR; Barra do Garças, MT; Camocim, CE; Conceição do Rio Verde, MG; Santiago, RS; Cacequi, RS; Óbidos, PA; Jaicós, PI; Quaraí, RS; Mangaratiba, RJ; Clevelândia, PR; Jaguari, RS; Prata, MG; Maricá, RJ; Barra do Piraí, RJ; Perdões, MG; Bananeiras, PB; Caravelas, BA; Goiatuba, GO; General Vargas, RS e Cabedelo, PB.

Pelo Laboratório de Estatística: *Características da População da Guanabara em 1960 e suas Tendências* (série Pesquisas Demográficas, n.º 16), *Algumas Características da Atividade Industrial do Estado de Santa Catarina, segundo o Censo de 1960* (série Estatística Industrial, n.º 7) e *Algumas Características da Atividade Industrial do Estado do Ceará, segundo o Censo de 1960* (série Estatística Industrial, n.º 8).

Pela Diretoria de Levantamentos Estatísticos: 18 volumes da série *Comércio Interestadual por Vias Internas*, correspondentes aos seguintes Estados e exercícios: Amazonas — 1964; Roraima — 1964 e 1965; Pará — 1964; Piauí — 1962, Alagoas — 1964; Sergipe — 1963 e 1964; Guanabara — 1964; Santa Catarina — 1962; Maranhão — 1961; Espírito Santo — 1963 e 1964; Piauí — 1963, Pernambuco — 1961; Rio Grande do Norte — 1963 e Rio de Janeiro — 1963; 8 volumes da série *Inquérito Nacional de Preços* relativos ao Estado da Guanabara (abril a junho de 1966); seis Capitais mais populosas (março a junho de 1966) e Brasil (abril de 1966).

O Serviço Nacional de Recenseamento editou: *Resultados Definitivos do Censo Demográfico — Condição de Presença — Idade — Alfabetização do Espírito Santo — Tabulações Avançadas*; *Resultados Definitivos do Censo Demográfico — Condição de Presença — Idade — Alfabetização dos Territórios Federais de Rondônia — Roraima e Amapá — Tabulações Avançadas*, *Resultados Definitivos do Censo Industrial*; *Resultados Definitivos do Censo Demográfico — condição de presença — Idade — Alfabetização do Estado do Amazonas*.

EXPORTAÇÕES: 1965

As exportações brasileiras em 1965 elevaram-se a 1,6 bilhões de dólares (valor FOB), correspondentes a um volume físico da ordem de 19 678 mil toneladas. Estes dados evidenciam razoável incremento sobre os resultados de 1964, quando as exportações superaram, de leve, o nível de 1,4 bilhões de dólares, equivalentes a 14 587 mil toneladas.

O café continua liderando a linha de produtos exportados. Em 1965 sua participação, na pauta, foi da ordem de 706,1 milhões de dólares, isto é, 44,28% do valor global das exportações naquele ano. Os embarques somaram 13 483 181 sacas. No ano anterior o volume exportado atingiu 14 946 241 sacas, ou 759,7 milhões de dólares (53,13% do valor de nossas vendas naquele ano).

As apurações do Serviço de Estatística Econômica e Financeira indicam, ainda, que os embarques de hematita e algodão em rama se situaram, respectivamente, em torno de 103,0 e 95,7 milhões de dólares, isto é, 6,46% e 6,00% do valor FOB de nossas exportações em 1965. Em 1964, esses itens figuraram, na pauta, com os totais de 80,6 milhões de dólares (5,64%), a hematita, e 108,3 milhões (7,57%), o algodão em rama. As quantidades exportadas de hematita alcançaram 9,7 e 12,7 milhões de toneladas, respectivamente, em 1964 e 1965, enquanto o algodão em rama figurou com quantitativos da ordem de 217,0 e 195,7 mil toneladas.

Merecem destaque as exportações de açúcar de cana, que se elevaram de 33,1 (2,32%) em 1964, a 56,7 milhões de dólares em 1965, ou seja, o correspondente a 3,56% do valor total de nossas exportações no referido exercício. As vendas de pinho serrado, por sua vez, experimentaram ligeiro incremento: de 46,4 milhões de dólares em 1964, alcançaram 51,7 milhões no ano seguinte, representando 3,24% do montante da pauta exportadora.

Na faixa de 20 a 30 milhões de dólares aparecem o óleo de mamona "Palma-Christi" ou ricino — 29,3 milhões de dólares, ou 1,84% — minérios

de manganês — 29,2 milhões (1,83%) —, milho em grão — 27,9 milhões (1,75%) —, cacau em amêndoas — 27,7 milhões (1,74%) —, fumo em folhas — 26,2 milhões (1,64%) —, arroz — 23,8 milhões (1,49%) —, sisal ou agave — 22,7 milhões (1,42%) e carne de boi congelada — 20,2 milhões, ou 1,27%.

CRÉDITOS PARA A INDÚSTRIA

Durante o ano de 1965 os créditos concedidos à indústria pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil ascenderam a 159,3 bilhões de cruzeiros. Esta cifra corresponde a um total de 8 636 operações, e nela estão incluídos os Empréstimos para Desenvolvimento Industrial (EDI), para Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE) e para Investimentos.

Dados divulgados no Relatório do Banco do Brasil, indicam que, enquanto o número de operações caía, no biênio, de 15,2% (9 739 em 1964, e 8 636 em 1965), seu valor crescia de 32,7%, passando de 120,0 bilhões de cruzeiros, em 1964, ao nível de 159,3 bilhões em 1965. Os grupos das indústrias de produtos alimentares e têxtil absorveram 97,1 bilhões de cruzeiros, isto é, 61% dos créditos concedidos, naquele ano, ao parque industrial brasileiro pela CREA.

No ramo das indústrias de transformação, a assistência financeira da CREA está representada por mais de 142,3 bilhões de cruzeiros, o que corresponde a um aumento de 36,6% sobre o total de 1964. O número de operações somou 6 145, contra 7 488 em 1964. O atendimento prioritário aos grupos de alimentos e têxtil se justifica, segundo o Banco do Brasil, pelo fato de que, o primeiro, de ampla diversificação, além de concorrer diretamente para o fornecimento, ao mercado consumidor, de bens essenciais, vem beneficiar, indiretamente, os setores da produção — agricultura e pecuária, enquanto a indústria têxtil apresenta características mais ou menos semelhantes à de gê-

neros alimentícios quanto à origem das matérias-primas utilizadas.

No tocante à indústria extrativa, os créditos concedidos alcançaram quase 2,4 bilhões de cruzeiros, ou seja, um aumento de 156,6% sobre os resultados de 1964. O número de operações somou 94. O item "prestação de serviços industriais", em 1965, foi beneficiado com um quantitativo da ordem de 14,6 bilhões de cruzeiros. Em 1964, o total dos créditos, nesse setor, atingiu 14,8 bilhões de cruzeiros.

PRODUÇÃO DE CIMENTO

A produção nacional de cimento Portland comum superou em 1965 a marca de 5,5 milhões de toneladas, registrando-se ligeiro acréscimo sobre o nível do ano anterior. São Paulo e Minas Gerais, os dois grandes produtores de cimento do País, são responsáveis por quase 60% da produção. Os quantitativos atribuídos aos dois Estados praticamente se colocam no mesmo nível — cerca de 1,6 milhões de toneladas —, sendo de notar que, enquanto a produção paulista experimentava leve declínio em relação à do ano anterior, a mineira se elevava de 1 512 mil a 1 590 mil toneladas. No conjunto, a participação de cada um dos dois Estados é da ordem de 29%.

Outro grande produtor de cimento — o Estado do Rio de Janeiro — figurou em 1965 com um quantitativo da ordem de 925 482 toneladas, representando 16,70% do total nacional. Em Pernambuco, o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento registrou naquele ano uma produção de cerca de 313 mil toneladas (5,70%), superior ao quantitativo assinalado para o Rio Grande do Sul, que foi de 232 mil toneladas, ou 4,20%.

Os quantitativos atribuídos ao Paraná e à Bahia praticamente se igualam — 190 mil e 186 mil toneladas, respectivamente, ou 3,40%. Segue-se o Espírito Santo, com 157 mil toneladas. A Paraíba, por sua vez, participou, naquele ano, com pouco mais de 130 mil toneladas (2,40%). Em plano secundário figuram Santa Catarina (89 mil toneladas), Pará (68 mil), Mato Grosso (52 mil), e Goiás, apenas 4 627 toneladas.

Finalmente, a Guanabara, único produtor de cimento branco, foi responsável por um total de 32 311 toneladas, segundo a mesma fonte.

COMÉRCIO DE CABOTAGEM

O comércio de cabotagem, em 1964, traduziu-se por um movimento de 9 513 951 toneladas, de mercadorias, no valor de 507 bilhões de cruzeiros. Há

forte preponderância do Leste como região de procedência e do Sul como região de destino. Em 1964, o Norte despachou 327 159 toneladas de mercadorias, no valor de 83,9 bilhões de cruzeiros e recebeu 522 908 toneladas, no valor de 109,5 bilhões de cruzeiros. O Nordeste embarcou 1 174 118 toneladas, no valor de 96 bilhões de cruzeiros, e importou por mar 1 471 115 toneladas, no valor de 111,7 bilhões de cruzeiros. As importações, por cabotagem, do Leste somaram 2 828 619 toneladas, no valor de 108,5 bilhões de cruzeiros, contra exportações no valor de 254,1 bilhões, equivalentes a 6 831 582 toneladas. Finalmente, o Sul exportou por via marítima, 1 181 092 toneladas, no valor de 73,1 bilhões de cruzeiros, e importou 4 691 048 toneladas, no valor de 177,3 bilhões de cruzeiros. Nesses dados está compreendido também o comércio de cabotagem interestadual dentro de cada região.

Individualmente, o maior importador por cabotagem foi o Estado de São Paulo, com 3 110 202 toneladas, no valor de 76,2 bilhões de cruzeiros, seguindo-se a Guanabara, com 1 763 237 toneladas, no valor de 63,5 bilhões de cruzeiros. O Pará adquiriu 58,2 bilhões de mercadorias (346 307 toneladas), o Rio Grande do Sul 52,3 bilhões (814 501 toneladas) e Pernambuco 48,6 bilhões (681 913 toneladas).

O maior exportador por cabotagem, quanto ao valor, foi a Guanabara, com 160,9 bilhões de cruzeiros (2 321 925 toneladas); e quanto ao volume, o Estado da Bahia, com 4 491 391 toneladas exportadas, no valor de 91,3 bilhões de cruzeiros. O Pará exportou para outras Unidades da Federação, por cabotagem, mercadorias no valor de 39,5 bilhões de cruzeiros; São Paulo, 38,7 bilhões de cruzeiros, e o Amazonas, 33,8 bilhões de cruzeiros.

SAFRA ALGODOEIRA MUNDIAL

A safra algodoeira mundial da temporada 1956/66, segundo estimativas divulgadas pela Bolsa de Mercadorias de São Paulo, pode ser estimada em torno de 52 milhões de fardos, colocando-se no mesmo nível da colheita anterior. Embora o consumo tenha experimentado nos últimos três anos razoável incremento (ao redor de 5 milhões de fardos), a produção se manteve bastante distanciada, registrando-se acréscimo ponderável nos estoques acumulados. Adicionando-se à colheita desta temporada os excedentes das safras anteriores, verifica-se que o suprimento mundial anda beirando a casa de 80 milhões de fardos.

Responsáveis por cerca de 30% da produção mundial os Estados Unidos participam nesta temporada com um quantitativo da ordem de 15,1 milhões de fardos, total ligeiramente inferior ao da colheita 1964/65, cujo rendimento de 531 lb por acre foi considerado excepcional. A produção mexicana, por sua vez, deverá superar a anterior, fixando-se ao redor de 2,4 milhões de fardos, representando cerca de 5% do total mundial. Por outro lado, as colheitas de El Salvador e Nicarágua experimentarão decréscimo de 100 mil fardos, concorrendo para uma quebra na produção da América Central, cuja safra não deverá ultrapassar a casa de 1,2 milhões de fardos, isto é, 2% do total mundial. Quanto à Índia, a escassez de chuvas tem prejudicado a colheita, calculada em cerca de 4,7 milhões de fardos (9% da produção mundial).

As perspectivas de produção no Paquistão são mais promissoras, aguardando-se uma colheita de 2 milhões de fardos (4% da produção mundial). No que diz respeito à URSS, as previsões indicam uma safra da ordem de 7,8 milhões de fardos, ou seja, 15% da produção total desta temporada, inferior à da estação anterior; a China Continental estima sua colheita em torno de 5,8 milhões de fardos (11%), superando o nível da safra anterior, que se situou ao redor de 5,5 milhões.

No que tange à safra algodoeira do Brasil as previsões assinalam uma colheita no mesmo nível da anterior, isto é, 2,1 milhões de fardos, embora se admita queda na produção nordestina, que possivelmente não atingirá 800 mil fardos.

POPULAÇÃO DA FRANÇA

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística e dos Estudos Econômicos, a população ativa da França deverá aumentar de dois milhões de pessoas, no fim deste ano, em relação ao recenseamento de 1962, passando então a 21 680 000, contra 19 680 000 em 1962.

O aumento varia conforme as regiões. Por exemplo, somente a região parisiense, no que concerne os trabalhadores, terá um acréscimo de 800 000 novos operários, seja 40% da cifra global da França. Em seguida, a região do Ródano-Alpes receberá mais de 200 000 trabalhadores. Essas duas regiões juntas aumentarão mais a população ativa, que as outras dezenove regiões reunidas.

Segundo essas perspectivas, as regiões mais numerosas serão as seguintes. Região parisiense 5 milhões de trabalhadores — Ródano-Alpes 2 milhões — Norte 1 500 000 — Provença-Côte d'Azur 1 300.

Ainda de acordo com o INSEE, a esperança de vida ao nascimento se situa atualmente aos 75 anos para as mulheres e a 68 para os homens. Essa esperança de vida está em ascendência e é muito superior àquela que foi registrada nos anos de 1930, que era apenas de 62 anos para as mulheres e 56 para os homens. Os cálculos publicados pelo INSEE possibilitam ainda conhecer nossas probabilidades de sobrevivência em uma determinada idade. Um francês de 30 anos pode esperar viver pelo menos até 71 anos; aos 40, suas chances são mais fortes e ele pode esperar viver ainda 32 anos; aos 55, pode esperar viver até os 75 anos, e, aos 85, tem ainda, em média, 4 anos de esperança de vida. Quanto à mulher, sua longevidade é superior à do homem.

30.º ANIVERSÁRIO DO IBGE

Em comemoração ao trigésimo aniversário do IBGE, na Guanabara, em 29 de maio, realizaram-se várias solenidades na sede da instituição, nos dias 26 e 27

Constavam do programa uma sessão de cinema, no dia 26, na Associação dos Ibgeanos, missa gratulatória com a realização da Páscoa dos Estatísticos e dos Geógrafos, no dia 27, seguida de lanche oferecido aos participantes. As 12 horas do dia 27, realizou-se sessão solene no auditório da Sociedade Nacional de Agricultura, presidida pelo Sr. Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, em face da impossibilidade de comparecimento do Senhor Presidente do Instituto, General Aginaldo José Senna Campos, por motivo de saúde.

A solenidade contou com a presença de membros do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, membros da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, Secretário-Geral do CNG, Diretor do SNR, Diretores de

Departamentos Estaduais de Estatística de Santa Catarina e Bahia, Diretor do Serviço de Geografia e Estatística de Roraima, representante do Diretor do DEE do Pará, diretores e funcionários dos Órgãos Centrais Federais de Estatística, diretores, chefes de serviço e funcionários das Secretarias do CNE, do CNG e do SNR.

Focalizando a obra ibgeana nos três decênios de vida, a fé e a tenacidade dos criadores e impulsionadores da entidade, a dedicação e o espírito cívico da comunidade, presente em todos os quadrantes do território nacional, a importância das atividades estatísticas, geográficas e censitárias do país — discursaram, na oportunidade, os Srs. Ademar de Melo Franco Filho, pela ala geográfica, Valdemar de Oliveira Passos, diretor do Departamento Estadual de Estatística da Bahia, em nome dos Órgãos Regionais do Sistema, Francisco de Paula e Silva Saldanha, pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas, e Sebastião de Aguiar Ayres, pelo Conselho Nacional de Estatística e em nome do Sr. Presidente do IBGE.

Aspecto da Mesa que dirigiu os trabalhos da sessão comemorativa do 30.º aniversário do IBGE





Nas comemorações do 30.º aniversário do IBGE no Rio de Janeiro, o Prof Lúcio Soares, proferindo conferência sobre o significado da data

Nos Estados, a comemoração também foi levada a cabo, sem exceção, com o brilhantismo tradicional. O Secretário-Geral do CNE fez-se representar nas comemorações realizadas em duas Unidades da Federação em São Paulo, pelo Sr Raul Romero de Oliveira, Diretor de Documentação e Divulgação, e no Rio de Janeiro, pelo Sr José Ayres de Sousa Filho, Coordenador da Inspetoria Técnica.

Na capital paulista, as comemorações tiveram início com missa gratulatória rezada na Igreja da Consolação e prosseguiram com a homenagem prestada, no saguão do edifício-sede da Inspetoria Regional, à memória do Sr. Roberto Sérgio de Paiva Meira, antigo titular da repartição. Usaram da palavra, na ocasião, o Sr Nelson Bernardes, atual Inspetor Regional, que recordou episódios reveladores da eficiência e dos atributos de administrador do homenageado, o Sr Raul Romero de Oliveira, que resumiu, em seu discurso, as atividades do IBGE ao longo das suas três décadas de existência e pôs em relevo a figura do Sr Roberto Sérgio de Paiva Meira como administrador de alta proficiência, o Sr Vladimir Pereira, diretor do Departamento Estadual de Estatística, e a Sra. Ernestina Reis Magalhães Meira, viúva do homenageado, que agradeceu as palavras proferidas.

No Estado do Rio de Janeiro, a data foi assinalada por visitas a indústrias locais e à Associação Fluminense de Jornalistas. No dia 26, às 20h30m,

realizou-se no salão nobre da Academia Fluminense de Letras a solenidade do Geógrafo, à qual compareceram, além de altas autoridades estaduais, os Srs Lúcio de Castro Soares, chefe do Gabinete do Presidente do IBGE, que proferiu conferência sobre a organização e a finalidade do Instituto, José Ayres de Sousa Filho, representando o Secretário-Geral, Antônio Teixeira de Freitas, Diretor de Administração, José Guimarães Lôbo e Francisco Cronje, chefes, respectivamente, dos Serviços de Estatística para Fins Militares e de Inquéritos. Após a solenidade, foi inaugurada uma exposição de gráficos. No dia 27 realizou-se missa na Catedral Metropolitana. Foram também realizadas competições esportivas.

Flagrante da reunião que assinalou o transcurso da data aniversário do Instituto, na IR de São Paulo, quando falava o Sr Raul Romero de Oliveira





HOMENAGEM A UM ESTATÍSTICO MINEIRO — Realizou-se a 17 de maio na Agência Municipal de Estatística de Juiz de Fora, a inauguração da Biblioteca Hildebrando Clark, homenagem da repartição a esse vulto da estatística mineira, tendo sido orador o Sr. Cid Fonseca, titular da Agência (foto)

CIENES

O Centro Interamericano de Ensino de Estatística (CIENES) foi criado em 1961, quando o Conselho da OEA aprovou os fundos necessários para sua instalação e o início de suas atividades. Todavia, seus primórdios remontam a 1959, quando o mesmo Conselho aprovou a Resolução n.º XIX, proposta pela Comissão Especial para Estudar Novas Medidas de Cooperação Econômica, relativa ao "Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Estatísticas na América". As atividades docentes do CIENES tiveram início em 19 de março de 1962, em Santiago do Chile, onde tem sede, sob os auspícios da OEA e do Governo chileno.

O objetivo primordial do CIENES é prover, em caráter interamericano, ensino de estatística destinado a preparar o pessoal técnico necessário para atender à demanda de informações e estudos econômicos para os planos de desenvolvimento econômico e social dos países membros da OEA. O CIENES tem o seguinte organograma:

Direção do Projeto
Junta Coordenadora Nacional
Direção do CIENES
Coordenação de Cursos
Corpo Docente
Atividades Auxiliares
Sede

O desenvolvimento da política geral e a formulação da orientação técnica e administrativa do CIENES, bem como a coordenação entre as instituições internacionais e nacionais que o

patrocinam, estão a cargo da OEA, que exerce a Direção do Projeto, através do Departamento de Estatística da União Pan-americana e da Secretaria-Geral do IASI.

A Junta Coordenadora Nacional (JCN) é presidida pelo Reitor da Universidade do Chile, estando integrada pelos representantes de vários Ministérios, Faculdades e entidades oficiais do Chile, bem como pelo Diretor-Geral de Estatística e Recenseamento.

O CIENES funciona em edifício pertencente à Universidade do Chile, anexo à Escola de Ciências Econômicas.

Proporciona, simultaneamente, três diferentes cursos: (1) Técnicas Estatísticas, (2) Estatísticas Econômicas e Sociais e (3) Estatística Matemática, os dois primeiros com a duração de 10 meses e o terceiro em dois anos, com a duração de dez meses cada ano letivo.

Em 1965, três bolsistas brasileiros obtiveram diploma de conclusão de cursos: Glória Beleza de Oliveira e Silva, do IBGE, Victor Mário Fittipaldi, da Universidade do Ceará, e Paulo Carneiro Bravo, do IRB.

PLANO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Por decreto presidencial, de 20 de abril, (na íntegra, na seção "Legislação") foi criado, junto ao Ministério do Planejamento, um Grupo de Trabalho destinado a elaborar o Plano Nacional de Estatística. O ato ressalta o papel que deve caber ao IBGE, diretamente ou através de convênios, no levanta-

mento regular de um conjunto de estatísticas básicas necessárias à formulação, execução e controle da política econômica e social do Governo, sendo prevista a proposição de medidas de caráter executivo ou legislativo que permitam a sua realização em caráter sistemático. São membros do GT o Secretário-Geral do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA), do Ministério do Planejamento, a quem caberá a coordenação geral da tarefa a ser executada, o Secretário-Geral do CNE, o Chefe do Departamento Econômico do Banco Central da República, o Diretor de Pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, o Chefe do Escritório Regional da SUDENE em Salvador, um representante do Estado-Maior das Forças Armadas e um do Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais.

Os principais órgãos do sistema estatístico nacional, bem como as principais entidades usuárias de estatísticas serão convidadas a colaborar para formulação do *Plano Nacional de Estatística*

VISITANTES

Visitou a Secretaria-Geral do CNE, a 14 de abril, o Sr. Kurt Herstmann, da Repartição de Estatística da República Federal Alemã, com sede em Wiesbaden, na qual é responsável pelas estatísticas econômicas e sociais. O ilustre técnico foi recebido pelo Secretário-Geral do Conselho, Sr. Sebastião de Aguiar Ayres, manifestando interesse, nessa oportunidade, pelos serviços estatísticos brasileiros.

Na mesma data, esteve em visita à Diretoria de Documentação e Divulgação da Secretaria-Geral o Prof. Masunori Hiratsuka, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais, do Japão, o qual procurou inteirar-se dos trabalhos brasileiros no campo das estatísticas educacionais e do ensino, bem assim da organização do IBGE.

HOMENAGEM AO MARECHAL MASCARENHAS DE MORAIS

Visitou o IBGE, no dia 5 de maio, o Marechal Mascarenhas de Moraes, que foi recebido pelo Presidente da entidade, General Aginaldo José Sena Campos, e elementos da alta direção dos órgãos integrantes do Instituto

Foi prestada, nessa ocasião, uma homenagem ao ex-comandante da FEB, presentes os ex-combatentes que pertencem aos quadros funcionais do IBGE, em cujo número se inclui o próprio Presidente do Instituto, que serviu como membro do Estado-Maior da Força Expedicionária Brasileira.

Participaram, também, da recepção ao Marechal Mascarenhas de Moraes os Secretários-Gerais dos Conselhos Nacional de Geografia e Nacional de Estatística, bem como os Diretores do Serviço Nacional de Recenseamento, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas e o Superintendente do Serviço Gráfico do IBGE.

TIRADENTES

Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, é hoje o patrono cívico da Nação Brasileira, por força da Lei nº 4897, que o Presidente da República sancionou a 9 de dezembro de 1965. Em decorrência dessa Lei, serão anualmente prestadas, a 21 de abril, homenagens à memória do grande brasileiro, no seio das Forças Armadas, nos estabelecimentos de ensino, repartições públicas e de economia mista, sociedades anônimas em que o Poder Público for acionista e empresas concessionárias de serviços públicos.

Reza o artigo 3º da Lei, textualmente: "Esta manifestação do povo e do Governo da República em homenagem ao Patrono da Nação visa evidenciar que a sentença condenatória de Joaquim José da Silva Xavier não é labéu que lhe infame a memória, pois é reconhecida e proclamada oficialmente pelos seus concidadãos, como o mais alto título de glorificação do nosso maior campatriota de todos os tempos".

EEB

Pelo Decreto nº 57817, de 15 de fevereiro, foi concedido, pelo Presidente da República, o reconhecimento à Escola de Estatística da Bahia, mantida pela Fundação Visconde de Cairu. O ato presidencial veio assim prestigiar um estabelecimento de ensino especializado que alcançou justa projeção pelo padrão que tem mantido e que vem assim prestando relevante serviço à causa da elevação do nível intelectual e técnico dos estatísticos daquele Estado, e, sobretudo, da formação de novos elementos para os quadros do sistema estatístico regional.

NECROLÓGIO

EVERAL ACIOLI PIMENTEL

Faleceu no dia 18 de abril o engenheiro Everal Acioli Pimentel, antigo servidor do Conselho Nacional de Estatística (IBGE), ao qual, em cargos de destaque, prestou relevantes serviços, com dedicação, eficiência e probidade exemplares

Filho do Sr Egydio Ferreira Pimentel e D Ana Acioli Pimentel, nasceu na cidade de Barreiros, Estado de Pernambuco, a 7 de agosto de 1907. Fêz o curso primário e o secundário no Recife. Colou grau em engenharia na Escola Politécnica da capital pernambucana, em 1937, tendo exercido, sucessivamente, as funções de Delegado Especial no Estado do Mato Grosso, Inspetor Regional no Piauí e Goiás, diretor do Departamento Estadual de Estatística de Sergipe, e, finalmente, Chefe do Serviço de Material do CNE, por dois períodos, de 1947 a 1951 e de 1955 a 1960, sendo, em ambas as oportunidades, substituído do Diretor de Administração.

Dada a sua alta capacitação técnica, prestou colaboração no preparo

do II Curso de Treinamento, promovido pelo Banco do Nordeste, e na elaboração do Plano Geral da Seção de Estatística do Parque de Aeronáutica dos Afonsos, prestando serviços ainda à Fundação da Casa Popular e no Conselho de Desenvolvimento da Pesca. Em 1951 exerceu o cargo de Secretário-Executivo da Comissão Nacional de Bem-Estar Social. Requisitado, em 1961, pela Rede Ferroviária Federal, desempenhou nesse órgão as funções de Chefe do Setor de Suprimento do Departamento de Material, sendo substituído do Chefe desse Departamento.

Casado, Everal Pimentel deixou viúva a Sra Vanda Carvalho Pimentel e um filho menor, Maurício José Vivos, ainda, três irmãos: Euvaldo Pimentel, residente em Pernambuco, e Sras. Haidê Pimentel Ferreira Carvalho e Maria Haidê Pimentel de Lemos. Era irmão de um antigo diretor do Departamento Estadual de Estatística, de Pernambuco, Sr Paulo Pimentel, falecido há vários anos.

O QUE É O IBGE

O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA é uma entidade de natureza federativa, instituída segundo os princípios de cooperação interadministrativa para coordenar e superintender as atividades estatísticas e geográficas desenvolvidas no País. Compõe-se de dois Conselhos — o Conselho Nacional de Estatística e o Conselho Nacional de Geografia — que desenvolvem atividades de modo coordenado. Reúnem-se anualmente em Assembléias-Gerais, no interregno das quais funcionam como órgãos dirigentes a Junta Executiva Central quanto ao CNE, e o Diretório Central, quanto ao CNG. Participam das Assembléias-Gerais representantes dos órgãos federais e regionais integrantes do sistema.

As repartições centrais de estatística dos Ministérios constituem o quadro executivo do CNE no plano federal; no âmbito regional os Departamentos Estaduais de Estatística. Existem, ainda, com as atividades devidamente supervisionadas, os órgãos especializados de diversas instituições econômicas e administrativas. Todos os levantamentos do Conselho apoiam-se basicamente na rede nacional de agências municipais, mantidas em regime de convênio com as municipalidades.

A Junta Executiva Central é integrada pelos representantes ministeriais e do sistema de órgãos filiados. Conta o Conselho com um quadro de consultores técnicos e outro de Comissões Técnicas, que se incumbem do estudo sistemático das estatísticas brasileiras, além de uma Comissão Técnica de Revisão das Campanhas Estatísticas. Nas Unidades Federadas estão instaladas Juntas Executivas Regionais. A Secretaria-Geral do CNE funciona como órgão centralizador e executa, em caráter supletivo, as tarefas que, por qualquer circunstância, não possam ser realizadas por outros órgãos do sistema. Nas Unidades da Federação, coordena a ação das Inspetorias Regionais de Estatística Municipal, superintendendo, também, a rede de agências municipais de estatística.

O Conselho Nacional de Geografia mantém uma Secretaria-Geral, que coordena a atividade de cinco órgãos: Divisão de Geografia, Divisão de Geodésia e Topografia, Divisão de Cartografia, Divisão Cultural e Divisão Administrativa. O Diretório Central é composto pelo Presidente do IBGE, Secretário-Geral do Conselho, Secretário da Mesa, um membro honorário, representante dos Ministérios militares, da Fazenda, Educação e Cultura, Saúde, Agricultura, Previdência e Trabalho, Justiça e Relações Exteriores, bem como por um representante do CNE. Em alguns Estados funcionam Diretórios Regionais.

Subordinados diretamente ao Presidente do IBGE, estão o Serviço Nacional de Recenseamento, responsável pela realização dos censos decenais, a Escola Nacional de Ciências Estatísticas, cuja finalidade é ministrar o ensino estatístico em vários níveis, e o Serviço Gráfico, que observa regime industrial.

Cabe à Comissão Censitária Nacional, instituída pelo Decreto n.º 44 229, de 31 de julho de 1958, a tarefa de organizar o plano do Recenseamento Geral e superintender sua execução. Integram a CCN o Presidente do IBGE, os Secretários-Gerais dos dois Conselhos, os membros da Junta Executiva Central do CNE e, como assessor, o Diretor do SNR.

PUBLICAÇÕES

Encontram-se à venda, na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística (Seção de Intercâmbio: Av. Franklin Roosevelt, 146-A, loja B — Rio de Janeiro, GB) as seguintes publicações:

A — PERIÓDICOS

Anuário Estatístico do Brasil	C1\$
1965	4 000
1964	2 500
1963	2 200
1962	1 000
1961	600
1960	400
1959	300
Revista Brasileira de Estatística	
Revista Brasileira dos Municípios	
Boletim Estatístico	
Assinatura anual	1 230
Número avulso	500
Número atrasado	400

B — ESTUDOS DE ESTATÍSTICA

Exercícios de Estatística, 9ª edição — Lauro Sodré Viveiros de Castro	2 500
Pontos de Estatística, 13ª edição — Lauro Sodré Viveiros de Castro	2 500

C — RESULTADOS ESTATÍSTICOS

Comércio Exterior do Brasil, por mercadorias — 1964	4 000
Comércio Exterior do Brasil, por mercadorias — 1963	1 700
Comércio Exterior do Brasil, por mercadorias — 1962	1 500
Comércio Exterior do Brasil, por países — 1963	6 000
Comércio Exterior do Brasil, por países — 1962	2 600
Indústrias de Transformação — Dados Gerais — Brasil 1963/64	600
Movimento Bancário do Brasil, segundo as praças — 1964	4 500
Produção Industrial Brasileira — 1958	300
Produção Industrial Brasileira — 1957	200
Registro Industrial — 1962	650

D — PUBLICAÇÕES DIVERSAS

Cadastro de Cartórios	200
Cadastro Industrial da Guanabara	400
Enciclopédia dos Municípios Brasileiros — cada volume	1 000
Ferrovias do Brasil	100
Manual do Agente Municipal de Estatística	250
Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, 3ª edição	100

DESCONTOS: É concedido desconto de 30%, em todas as publicações, exceto a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, a funcionários do sistema estatístico-geográfico, sócios quites da Sociedade Brasileira de Estatística, professores, estudantes e livreiros. Pagamento à vista, sem consignação.

VENDAS NO INTERIOR: Nos Estados e Territórios, as publicações do CNE poderão ser adquiridas nas sedes das respectivas Inspetorias Regionais de Estatística Municipal, localizadas nas capitais.

VENDAS PARA O INTERIOR: São efetuadas vendas mediante a remessa de pedidos endereçados ao Conselho Nacional de Estatística, Avenida Franklin Roosevelt, 166, Rio de Janeiro, GB, para pagamento contra apresentação da fatura respectiva.

Na Seção de Intercâmbio são também distribuídas diversas publicações, entre as quais as seguintes:

- ✧ Flagrantes Brasileiros
- ✧ Monografias Municipais

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE

GEN. AGUINALDO JOSÉ SENNA CAMPOS

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República. Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República e da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do País, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistematizado do território brasileiro. Dentro do seu campo de atividades, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretrizes, estabelece normas técnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente favorável às iniciativas necessárias, reclamando, em benefício dos seus objetivos, a colaboração das três órbitas de Governo e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade.

ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do Instituto compreende três sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos, o dos Serviços Geográficos e o dos Serviços Censitários.

I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, consta de:

1. Um "ÓRGÃO ADMINISTRATIVO", que é a Secretaria-Geral do Conselho.
2. "ÓRGÃOS DELIBERATIVOS", que são: a *Assembleia-Geral*, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos Presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e os Territórios (reúne-se anualmente no mês de julho); a *Junta Executiva Central*, composta do Presidente do Instituto, dos Diretores das Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena e delibera "ad referendum" da Assembleia-Geral); as *Juntas Executivas Regionais*, no Distrito Federal, nos Estados e Territórios de composição variável, mas guardada a possível analogia com a JEC (reúnem-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena).
3. "ÓRGÃOS OPINATIVOS", subdivididos em *Comissões Técnicas*, isto é, "Comissões Permanentes" (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas etc.) e tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, compostos de 36 membros eleitos pela Assembleia-Geral.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. "ORGANIZAÇÃO FEDERAL", isto é, as seis Repartições Centrais de Estatística — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Cultura (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura), Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda) e Serviço de Estatística da Saúde (Ministério da Saúde); e órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos.
2. "ORGANIZAÇÃO REGIONAL", isto é, as repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados — Departamentos Estaduais de Estatística, e no Distrito Federal e no Território do Acre — De-

partamento de Geografia e Estatística, mais os órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos regionais.

3. "ORGANIZAÇÃO LOCAL", isto é, as Agências Municipais de Estatística, existentes em todos os Municípios, subordinadas administrativamente à Secretaria-Geral do CNE, através da respectiva Inspeção Regional das Agências Municipais e, tecnicamente, ao Departamento Estadual de Estatística.

II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação, criado pelo Decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, consta de:

1. Um "ÓRGÃO ADMINISTRATIVO", que é a Secretaria-Geral do Conselho.
2. "ÓRGÃOS DELIBERATIVOS", ou sejam a *Assembleia-Geral*, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e os Territórios (reúne-se anualmente no mês de julho); o *Diretório Central*, composto do Presidente do Instituto, do Secretário-Geral do CNG, de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Cultura pelas instituições do ensino da Geografia, de um representante do Governo Municipal da Capital da República e de um representante do CNE (reúne-se ordinariamente no terceiro dia útil de cada quinzena); os *Diretórios Regionais*, nos Estados e nos Territórios de composição variável, mas guardada a possível analogia com o DG (reúnem-se ordinariamente uma vez por mês).
3. "ÓRGÃOS OPINATIVOS", isto é, *Comissões Técnicas*, tantas quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, subdividido em Consultoria Nacional articulada com o DC e 21 Consultorias Regionais, articuladas com os respectivos DR.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. "ORGANIZAÇÃO FEDERAL", com um órgão executivo central, — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica — e órgãos cooperadores — Serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada).
2. "ORGANIZAÇÃO REGIONAL", isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos Estados.
3. "ORGANIZAÇÃO LOCAL", os Diretórios Municipais, Corpos de Informações e Serviços Municipais com atividades geográficas.

Sede do INSTITUTO: Av. Franklin Roosevelt, 166

RIO DE JANEIRO

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Quadro executivo em 30-VI-1966

ORGANIZAÇÃO FEDERAL:

Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política — Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Diretor — *RUBENS D'ALMADA HORTA PÔRTO*

Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda

Diretor — *CORY LOUREIRO ACIOLI*

Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura

Diretor — *HILTON CUNHA*

Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — Ministério do Trabalho e Previdência Social

Diretor — *SÍLVIO PINTO LOPES*

Serviço de Estatística da Educação e Cultura — Ministério da Educação e Cultura

Diretor — *JOÃO TÔRRES JATOBA*

Serviço de Estatística da Saúde — Ministério da Saúde

Diretor — *ALCEU VICENTE W. DE CARVALHO*

Divisão de Estatística Industrial e Comercial — Ministério da Indústria e do Comércio

Diretor — *LAURO SODRÉ VIVEIROS DE CASTRO*

ORGANIZAÇÃO REGIONAL:

Território do Amapá	— Serviço de Geografia e Estatística	Diretor: <i>Edvaldo Bezerra Pinto</i>
Território de Rondônia	— Serviço de Geografia e Estatística	Diretor: <i>Rubens Cantanhede Mota</i>
Território de Roraima	— Serviço de Geografia e Estatística	Diretor: <i>Antonio Ferreira de Souza</i>
Acre	— Departamento de Geografia e Estatística	Diretor: <i>Raimundo Gomes de Lima</i>
Amazonas	— Departamento Estadual de Estatística	Diretora: <i>Maria dos Remédios V. de Oliveira</i>
Pará	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor: <i>Orion Klautau</i>
Maranhão	— Departamento Estadual de Estatística	Diretora: <i>Maria Elys Bayma Saade</i>
Piauí	— Departamento Estadual de Estatística	Diretora: <i>Terezinha Pinheiro Leal Nunes</i>
Ceará	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor: <i>Waldethyr Furtado do Nascimento</i>
Rio Grande do Norte	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor: <i>Amaury Pires de Medeiros</i>
Paraíba	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor: <i>Normando Guedes Pereira</i>
Pernambuco	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor: <i>Laercio Coutinho de Barros</i>
Alagoas	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor: <i>José Maria de Carvalho Veras</i>
Sergipe	— Serviço Estadual de Geografia e Estatística	Diretor: <i>Maria Risoleta Maia</i>
Bahia	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor: <i>Waldemar de Oliveira Passos</i>
Minas Gerais	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor: <i>Wilson Getúlio</i>
Espírito Santo	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor: <i>Murilo de Castro Amaral</i>
Rio de Janeiro	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor: <i>Aldemar Alegria</i>
Guanabara	— Divisão de Estatística da Coordenação de Planos e Orçamento	Diretor: <i>Moysés Jacob Llienbaum</i>
São Paulo	— Departamento de Estatística do Estado	Diretor: <i>Wladimir Pereira</i>
Paraná	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor: <i>Odebel Bond Carneiro</i>
Santa Catarina	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor: <i>Francisco Furtado Maia</i>
Rio Grande do Sul	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor: <i>Adalberto Tostes</i>
Goiás	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor: <i>Manoel Braz</i>
Mato Grosso	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor: <i>Hemelinda Corrêa da Costa e Silva</i>

Nota — Colaboram com essas repartições as Agências Municipais de Estatística, além de numerosos órgãos de estatística especializada, da União, dos Estados e dos Municípios.